

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**COOPERATIVAS DE TRABALHO:  
UMA ALTERNATIVA PARA O DESEMPREGO?**

**GLADES HELENA DA SILVA**

**DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO**

**EM: 30/06/04 --**

*Teresa Kh.*  
**Teresa Kleba Lisboa**  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

Florianópolis, junho de 2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**COOPERATIVAS DE TRABALHO:**  
**UMA ALTERNATIVA PARA O DESEMPREGO?**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Assistente Social.

Orientadora: Profª. Doutora Ivete Simionatto

**GLADES HELENA DA SILVA**

Florianópolis (SC), junho de 2004

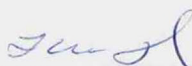


**GLADES HELENA DA SILVA**

**COOPERATIVAS DE TRABALHO:  
UMA ALTERNATIVA PARA O DESEMPREGO?**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, e aprovada em sua forma final pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina

**Banca Examinadora**



---

**IVETE SIMIONATTO**  
Orientadora e Presidente da Banca



---

**DIRCE MARIA MARTINELLO**  
1ª Examinadora



---

**KÁTIA DE MACEDO RABELO**  
2ª Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, fonte da criação e de transformação, o início, o meio e o fim, o ponto de partida e de chegada.

À Divina Mãe, que escreve sempre certo, nas tortuosas linhas de nossas fraquezas, pelas infinitas e sutis lições.

Ao meu esposo Renato, meu filho Ricardo e minha filha Michely pelo apoio, compreensão e paciência ao longo dos anos de graduação.

Aos meus irmãos e irmãs pelo incentivo e carinho.

Às amigas da Universidade: Fernanda Lia, Simone Bittencourt e Simoni Júlia pela disponibilidade que mostraram em compartilhar seus conhecimentos comigo.

À Cooperativa de Trabalho e Informática – COOSERVI que me proporcionou todo o conhecimento sobre Cooperativismo.

À minha Orientadora Prof<sup>ª</sup> Dra. Ivete Simionatto pela orientação paciente e disponibilidade em compartilhar sua sabedoria.

À amiga Dirce Maria Martinello pelo apoio, carinho e receptividade.

À Professora Kátia de Macedo Rabelo pela valiosa contribuição como integrante da Banca Examinadora.

À todos que de alguma maneira auxiliaram na minha formação acadêmica e na concretização deste trabalho.

“Sempre é tempo de entusiasmo e coragem em que todo desafio é mais um convite à luta que a gente enfrenta com toda a disposição de tentar algo novo, de novo e de novo, e quantas vezes for preciso”.

Mário Quintana

## RESUMO

O crescimento do desemprego, gerado também pelo fenômeno da globalização da economia, tem provocado uma série de debates em busca de soluções para atenuar esta situação de exclusão dos trabalhadores brasileiros. Diante deste contexto o cooperativismo direcionado ao trabalho surge como uma importante alternativa para diminuir o alto índice de desemprego urbano. Assim sendo, o presente trabalho trata da apresentação de uma alternativa para o desemprego através das cooperativas de trabalho e foi estruturado em três capítulos. O primeiro aborda o surgimento do cooperativismo, algumas raízes históricas, suas definições, seus símbolos, sua legislação e definição, estando identificados os princípios e valores que regem esta forma de associação, as exigências para a constituição de sociedades cooperativas, abordando também como deve ser o funcionamento das cooperativas segundo o que determina a lei que rege o cooperativismo e quais são os direitos e deveres dos associados. O segundo capítulo trata especificamente das cooperativas de trabalho, suas definições, características e objetivos, suas formas de proteção e a história da Cooperativa de Trabalho e Informática - COOSERVI. No terceiro capítulo, está apresentado o perfil dos associados da Cooservi que foi estruturado através de gráficos, resultado da aplicação de um questionário para cinquenta cooperativados. De uma maneira geral, buscou-se enfocar sempre a questão da idoneidade das cooperativas de trabalho que devem estar sempre comprometidas com os princípios cooperativistas, obedecendo a legislação vigente, a fim de proporcionar trabalho e renda aos seus sócios, razão maior de sua existência.

**Palavras-chave:** desemprego, trabalho e renda, alternativa, cooperativismo.

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1 - Escolaridade dos cooperados da Cooservi.....                    | 78 |
| Gráfico 2 - Estado civil dos cooperados da Cooservi .....                   | 79 |
| Gráfico 3 - Faixa Etária dos cooperados da Cooservi.....                    | 80 |
| Gráfico 4 - Procedência dos cooperados da Cooservi.....                     | 81 |
| Gráfico 5 - Média de prólabore dos cooperados da Cooservi .....             | 81 |
| Gráfico 6 - Cooperados que ajudam no sustento da família.....               | 82 |
| Gráfico 7 - Situação de empregabilidade antes do ingresso na Cooservi ..... | 83 |
| Gráfico 8 - Cooperados da Cooservi que preferem o regime CLT.....           | 84 |
| Gráfico 9 - Grau de satisfação dos cooperados da Cooservi .....             | 84 |
| Gráfico 10 - Resposta dos cooperados da Cooservi para a pergunta:.....      | 85 |



## SUMÁRIO

|          |  |           |
|----------|--|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>9</b>  |
| <b>2</b> | <b>CAPÍTULO – FUNDAMENTOS DO SISTEMA COOPERATIVISTA.....</b>               | <b>12</b> |
| 2.1      | SURGIMENTO DAS COOPERATIVAS NO MUNDO, NO BRASIL E EM SANTA CATARINA.....   | 12        |
| 2.2      | SIGNIFICADO DOS SÍMBOLOS DA COOPERAÇÃO.....                                | 23        |
| 2.3      | LEGISLAÇÃO COOPERATIVISTA NO BRASIL.....                                   | 25        |
| 2.4      | DEFINIÇÃO DE COOPERATIVA.....  | 30        |
| 2.5      | PRINCÍPIOS COOPERATIVOS.....   | 35        |
| 2.6      | VALORES COOPERATIVOS.....  | 40        |
| 2.7      | EXIGÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DE UMA COOPERATIVA.....                         | 42        |
| 2.8      | FUNCIONAMENTO DE UMA COOPERATIVA E SEUS PODERES .....                      | 47        |
| 2.9      | DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS DE UMA COOPERATIVA.....                  | 50        |
| <b>3</b> | <b>CAPÍTULO – COOPERATIVAS DE TRABALHO .....</b>                           | <b>52</b> |
| 3.1      | DEFINIÇÃO, CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS DE UMA COOPERATIVA DE TRABALHO..... | 52        |
| 3.2      | COOPERATIVA DE TRABALHO E TRABALHO SUBORDINADO.....                        | 61        |
| 3.3      | COOPERATIVAS DE TRABALHO E SUAS FORMAS DE PROTEÇÃO .....                   | 66        |
| 3.4      | ORIGEM DA COOPERATIVA DE TRABALHO E INFORMÁTICA - COOSERVI....             | 69        |
| <b>4</b> | <b>CAPÍTULO – PERFIL DOS ASSOCIADOS DA COOSERVI.....</b>                   | <b>77</b> |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>88</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>92</b> |
|          | <b>ANEXOS .....</b>  | <b>98</b> |

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto a apresentação de uma das alternativas de trabalho que hoje aparece aos que estão excluídos do mercado de trabalho. Trata-se das sociedades cooperativas.

O cooperativismo surgiu como forma de organização da atividade produtiva, sendo uma opção de fonte de trabalho e renda em resposta à situação de desemprego existente e, também, em virtude do processo de mecanização das indústrias, reflexo da Revolução Industrial.

As sociedades cooperativas apresentam-se nos mais diversos ramos. Destacamos no trabalho em tela o estudo sobre as cooperativas de trabalho que foram fruto da situação que se instaurou no auge do liberalismo econômico, devido à ascensão da burguesia ao poder e a concentração de capital, verificada após a Revolução Industrial. Os trabalhadores foram forçados a buscar novas fontes de trabalho e renda, encontrando lugar no associativismo. Sua finalidade é a execução do trabalho de forma autônoma, de maneira a eliminar o intermediário entre o sócio cooperado e o resultado produtivo, proporcionando melhores condições de trabalho e renda.

Através da organização e das lutas é possível fazer da igualdade um fato e um direito, buscando racionalidade, rentabilidade e competitividade através do desenvolvimento da participação, dos sentimentos da lealdade e de adesão dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, pois é através do trabalho e de todas as suas formas de realização que o indivíduo encontra o verdadeiro sentido da cidadania. O trabalho tem por finalidade fazer com



que o cidadão tenha acesso aos bens necessários a uma vida digna, pois dela depende o bem maior do ser humano, que é o bem da vida. O mundo do trabalho encontra-se acometido de mutações profundas que fecham as perspectivas e abrem vias incertas. As turbulências são permanentes, pois os trabalhadores que são despedidos não são, na maioria das vezes, os mesmos que são contratados nos novos postos de trabalho criados. Isso acontece por vários motivos: a idade dos trabalhadores, a qualificação técnica, a falta de experiência, dentre outros.

O sistema cooperativado apresenta-se como alternativa para diminuir o desemprego por representar uma maneira de obtenção do trabalho, embora não necessariamente seja uma forma de trabalho sujeita às mesmas condições do trabalho assalariado, mas que deverá respeitar a legislação vigente e visar sempre o respeito aos direitos de seus sócios.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, apresentamos os fundamentos do sistema cooperativista, comentando sobre o surgimento do Cooperativismo no mundo, no Brasil e em Santa Catarina. A seguir, destacamos o significado dos símbolos da Cooperação, a legislação cooperativista no Brasil, a definição de Cooperativa e também estão mencionados os princípios e valores cooperativos. Descrevemos ainda, sobre as exigências legais para a formação de uma cooperativa, pois, diferentemente do que muitos imaginam, formar uma cooperativa não acontece de um dia para o outro. O processo tem início com a compreensão dos princípios do cooperativismo, com o conhecimento da lei cooperativista n.º 5.764/71 e com consulta a entidades do setor, mais precisamente às Organizações Estaduais (OCE'S) para receber orientação na constituição e verificação da viabilidade associativa e econômico-financeira, definindo objetivos do grupo, avaliando o mercado e a competência técnico-operacional da cooperativa, além de receber esclarecimentos sobre a constituição legal e jurídica. Os passos para a constituição de sociedades cooperativas, o funcionamento de



uma cooperativa e seus poderes, bem como os direitos e deveres dos associados de uma cooperativa é parte integrante deste trabalho também no primeiro capítulo.

O segundo capítulo trata especificamente das cooperativas de trabalho. Apresentamos um exemplo de sucesso, a Cooperativa de Trabalho e Informática – COOSERVI que está no mercado de informática há doze anos. É constituída por profissionais que, sendo demitidos de uma empresa tendo como justificativa a terceirização, buscaram no cooperativismo uma forma de sobrevivência.

O perfil dos associados da COOSERVI constitui-se no terceiro capítulo do presente trabalho. Este processo foi realizado usando-se como instrumental o questionário, aplicado aleatoriamente, usando-se uma amostra simples correspondendo a mais ou menos dez por cento dos associados que exercem suas atividades na Grande Florianópolis.

Nas considerações finais, tecemos de forma sucinta algumas reflexões sobre as conseqüências que o capitalismo vem causando aos trabalhadores urbanos, e como as cooperativas de trabalho têm se apresentado como uma das alternativas para os problemas decorrentes dessa situação excludente. E, por fim, apresentamos as referências e os anexos.

## **2 CAPÍTULO – FUNDAMENTOS DO SISTEMA COOPERATIVISTA**

### **2.1 SURGIMENTO DAS COOPERATIVAS NO MUNDO, NO BRASIL E EM SANTA CATARINA**

Em todas as épocas da vida da humanidade encontram-se formas de economia coletiva que se aproximam mais ou menos da forma cooperativa. Na época das cavernas, a organização daquelas sociedades era pautada em técnicas rudimentares de sobrevivência. Produzia-se apenas o necessário para sobreviver. Já neste contexto histórico, podemos vislumbrar alguns dos valores do cooperativismo moderno: a ajuda-mútua, a equidade e a solidariedade.

As sociedades primitivas lutavam pela sobrevivência do grupo e não do indivíduo caracterizando aí a ajuda-mútua. Apesar das tarefas serem divididas por gênero e idade, o resultado final era baseado na divisão equânime, nos demonstrando o valor da equidade. Podemos vislumbrar o prisma da solidariedade como a relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada um se sinta responsável pelo outro.

Na Babilônia, antes de Cristo, já existia um sistema de exploração, em comum, de terras arrendadas. Na Grécia antiga havia diversas formas de associações, entre as quais as que objetivavam garantir enterro e sepultura decente aos seus associados.

Também entre as civilizações Asteca e Maia (Região Centro-Americana) e Inca (Peru), existia um regime de verdadeira ajuda mútua. Regime este sustentado pela organização agrária, através do qual o rei mantinha soberania sobre a terra, repartindo-a entre os súditos para a exploração e usufruto, na modalidade de propriedade familiar, passando de pai para filho desde que fossem cumpridas algumas normas, tais como: divisão do resultado das colheitas, proporcional ao trabalho de cada um; reserva de uma parte como tributo ao rei e outra para o sustento das crianças e dos idosos; construção coletiva de sistemas de irrigação, a exemplo do que era feito no combate às pragas; obras de defesa e embelezamento nos locais a eles destinados; celebração coletivas de festas religiosas e adoção do costume de empréstimo de sementes, pelo grupo, para o próximo plantio, àquele que perdesse a colheita (OCESC, 2003).

Com o passar dos anos a produção, antes limitada à sobrevivência, começa a ser maior que o necessário, gerando um excesso na produção, despertando em alguns indivíduos a possibilidade do poder. Nesta época, as pessoas livres, que detinham poder e riqueza não trabalhavam. Dedicavam-se à política, ao estudo das artes, da filosofia e da jurisprudência. O trabalho era para os escravos (SAUCEDO; NICOLAZZI JÚNIOR, 2001).

Segundo Lafargue (2000, p. 65) “[...] apenas aos escravos era permitido trabalhar; o homem livre conhecia apenas os exercícios corporais e os jogos da inteligência.” Os escravos eram conquistados durante as batalhas e guerras daquela época e portando, deveriam forçosamente servir aos cidadãos livres, apesar de não gostarem de trabalhar. Estes eram separados de suas famílias e os que se recusavam a trabalhar, eram eliminados (SAUCEDO; NICOLAZZI JÚNIOR, 2001).



Ao longo da história, os proprietários de escravos perceberam que o trabalho executado por eles não era satisfatório, pois trabalhavam contra a sua vontade e, juntamente com a evolução tecnológica e a necessidade de trabalhadores mais motivados, decidiram pela libertação da escravidão e sua substituição por novas relações de servidão e por trabalhadores assalariados. O custo de manter trabalhadores escravos era muito alto e o retorno muito pouco. Os proprietários de escravos então concluíram que seria melhor deixá-los livres, contudo, dependentes. Continuariam a viver nas propriedades dos antigos senhores, só que agora teriam que pagar pela moradia e sustento.

Este período conhecido como Idade Média, foi marcado por uma sociedade de poderes fragmentados dividida entre nobreza, clero e servos. No período chamado de Alta Idade Média (do século V ao século X) forma-se e consolida-se o sistema feudal. Seus últimos séculos (do século XI ao século XV), período chamado de Baixa Idade Média caracterizam a dissolução do sistema feudal e a formação do sistema capitalista.

Neste novo processo de transformação do trabalho, aparece um outro modelo de estrutura familiar, condicionando um novo modo de viver, diferente daquele em que prevalecia o trabalho escravo.

A jornada de trabalho iniciava ao nascer do sol e se encerrava com o crepúsculo. O agricultor trabalha nos arredores de sua residência, em terreno concedido pelo seu senhor, juntamente com sua família. O sapateiro trabalha em sua casa, não havia um lugar apropriado. Da mesma maneira, o alfaiate.

Nessa sociedade, a necessidade de sobrevivência e as obrigações servis não dispensavam o trabalho feminino e o trabalho infantil. Assim, quanto mais filhos, mais produtivo seria o trabalho. Esta lógica ainda está presente nos dias de hoje nas comunidades rurais mais atrasadas (SAUCEDO; NICOLAZZI JÚNIOR, 2001).

Esta estrutura de trabalho também traz algumas semelhanças com os valores cooperativistas. Os sapateiros de determinada localidade agrupavam-se nas corporações de sapateiros, tendo por objetivo a ajuda-mútua, no sentido de organizar as relações entre eles, o público e o mercado, estipulando preços justos e não prejudiciais entre eles mesmos. Não deixa de ser uma relação de responsabilidade e solidariedade entre pessoas que estão unidas por interesses comuns.

Na segunda metade da Idade Média, o renascimento do comércio e o crescimento urbano começam a se destacar. O mercado torna-se o espaço das trocas, do comércio e a cidade passa a ser o centro de exposição de produtos, frutos do trabalho de agricultores e artesãos, tornando-se cada vez mais o espaço do trabalho, rompendo com a exclusividade do espaço temporal do dia e do espaço físico dos lares. O trabalho agora passa a ser executado na cidade, seja de dia ou de noite, seja em casa ou nas fábricas, rompendo de vez com a estrutura feudal, cedendo espaço ao surgimento do sistema capitalista (SAUCEDO; NICOLAZZI JÚNIOR, 2001).

Uma das evidências mais marcantes neste processo histórico é a transformação da relação senhor versus escravo, para a marca do capitalismo: burguês versus proletário. O sistema capitalista vai se firmar na transformação dos produtos em mercadorias. O valor de uso dá a vez ao valor de troca. Os trabalhadores irão vender sua força de trabalho em troca de um pagamento. O tempo e o espaço para o trabalho são outros. A quantidade de trabalho será mensurada em horas e o espaço físico será a fábrica, condicionando os trabalhadores a um disciplinamento constante. Todos os membros da família eram trabalhadores, sendo intensa a procura por mulheres e crianças, já que o baixo custo compensava, tendo em vista que as mulheres ganhavam muito menos que os homens, e as crianças ganhavam muito menos que as mulheres, além do que estes dois grupos eram mais fáceis de disciplinar. Chegavam a trabalhar até dezesseis horas por dia, sem nenhum



sistema previdenciário, sem segurança no emprego com condições de trabalho insalubres (CRUZ, 2002).

Para Lafargue (2000, p. 61):

A moral capitalista, triste paródia da moral cristã, rodeia de anátemas a carne do trabalhador: seu ideal é reduzir o produtor ao mínimo de necessidades, suprimir suas alegrias e paixões e condená-lo ao papel de máquina de gerar trabalho, sem trégua e sem piedade.

Lafargue nos ensina que o século do trabalho; na verdade foi o século da dor, da miséria e da corrupção. Depois do cansaço de um longo dia de trabalho, os trabalhadores chegam em casa com uma necessidade enorme de dormir e no dia seguinte saem sem ter conseguido descansar completamente, a fim de estarem na fábrica no início do expediente.

Demonstra Lafargue (2000, p. 79) o lado perverso desta época quando escreve sobre a lei inexorável do capitalismo: “Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem, para que, ficando mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e tornarem-se miseráveis.”

Os capitalistas querem produzir cada vez mais mercadorias e passam a investir em novas tecnologias que representará a redução dos postos de trabalho, em nome do aumento da produtividade. A mecanização da indústria, ao mesmo tempo que fazia surgir a classe assalariada, promovia o desemprego em massa e, em consequência, a miséria coletiva e os desajustes sociais.

Expulsos de seus postos de trabalho, sem emprego e sem as mínimas condições de sobrevivência, os trabalhadores das fábricas começaram a se rebelar deflagrando grandes movimentos sociais.

Os manufatureiros, na época, eram qualificados, possuíam associações de ofício e controlavam o exercício profissional. Mas em pouco tempo ficariam sem trabalho, pois não conseguiam competir com os produtos industriais que eram mais baratos (SINGER, 2004).

Unidos à intelectuais socialistas, os trabalhadores das manufaturas começaram a pregar o ideal de justiça e de fraternidade e, aliados ao movimento operário que reagiam às condições de extrema exploração, e inconformadas com a sociedade em que viviam, lançaram as primeiras sementes do Cooperativismo.

A primeira cooperativa formal é atribuída à iniciativa de um grupo de trabalhadores em Rochdale<sup>1</sup>, na região de Lancaster na Inglaterra, em 1844, cujos princípios se tornaram referência para todo o movimento cooperativista internacional. Prejudicados pelo novo modelo industrial, esses trabalhadores enfrentaram os inconvenientes do desemprego, em virtude da mão-de-obra excedente, sendo levados a se preocuparem com outras alternativas para garantirem o sustento de suas famílias. Discutindo suas dificuldades e buscando soluções para problemas que já se tornavam angustiantes em toda a Europa, eles seguiram a lição de Robert Owen<sup>2</sup> e decidiram pela criação de uma sociedade de consumo, baseada no cooperativismo puro. Combinaram que cada um economizaria pequenas parcelas de seus poucos rendimentos, mesmo submetendo-se a inúmeras privações, pelo menos durante um ano, para tentarem formar algo que pudesse tirá-los da aflitiva situação em que se encontravam. Cada um do grupo economizou uma libra e no dia 21 de dezembro de 1844, foi fundado um armazém comunitário, com um capital inicial de 28 libras. O armazém comunitário dispunha de pequenos estoques de açúcar, gordura, farinha e outros gêneros de primeira necessidade e

---

<sup>1</sup> Pioneiros de Rochdale: Friedrich Wilhelm Raiffeisen, Hermann Schulze/Delitzch, Luigi Luzzatti, Wilhelm Hass, Alphonse Desjardins e Theodor Amstadt.



era administrado por seus próprios fundadores. Além da fundação do armazém, foi traçado o seguinte plano de ação: construção ou compra de boas casas para os cooperados para melhorar a sua condição doméstica e social; montagem de uma linha de produção que garantisse trabalho aos cooperados sem emprego ou com salários irrisórios; compra e arrendamento de terrenos para cultivo, pelos desempregados, para posterior divisão da terra em propriedades individuais; destinação de parte das sobras à criação de um estabelecimento para a instrução e o desenvolvimento moral dos cooperados e, dentro das possibilidades, organização do trabalho e da educação, além de ajuda a outros grupos, visando a fundação de novas cooperativas (OCESC, 2003).

Esta nova forma de organização foi motivo de deboche por parte dos comerciantes vizinhos, que previam vida curta para esta iniciativa.

Marx, no primeiro Congresso da Associação Internacional do Trabalho, em 1864 não demonstrou entusiasmo pelas cooperativas, pois entendia que, quando isoladas em si, não tinham condições de enfrentar os monopólios que se agigantavam no capitalismo:

[...]enquanto permanecer limitada a um círculo reduzido, enquanto apenas alguns operários se esforçarem, [...] a cooperação dos trabalhadores não será capaz de libertar as massas, nem mesmo aliviar de modo sensível o fardo de sua miséria (MARX, 1864 apud RECH, 2000, p. 12).

Mas a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale prosperou e hoje o Cooperativismo é reconhecido e aceito em todos os países do mundo como fórmula mais adequada para atender às necessidades e interesses específicos das pessoas.

---

<sup>2</sup> Robert Owen (1771-1858) Nascido na Inglaterra, é considerado o Pai do Cooperativismo, pois dedicou a sua vida e investiu os seus bens para criar uma forma de substituir a competição e a ganância, pela cooperação.



Portanto, pode-se verificar que as cooperativas nascem a partir da reação do mundo operário e camponês à grave situação de precarização do trabalho industrial que desencadeou péssimas condições de vida, unidas a escandalosos contrastes com a burguesia, originando o proletariado industrial e o movimento operário. Com a insatisfação coletiva dos trabalhadores que, sem conseguir reverter esta situação, compreenderam que era necessário uma profunda mudança da ordem social e que com a ajuda de Robert Owen assumiram uma nova forma de organização do trabalho, transformando suas debilidades em força coletiva. As sociedades cooperativas surgem, assim, dentro do sistema capitalista e que pela sua vertente social, pode concentrar-se sem excluir.

No Brasil, vamos encontrar no ano de 1610 com os jesuítas, o início da construção de um estado cooperativo. Por mais de 150 anos esse modelo deu exemplo de sociedade solidária fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e da família sobrepunha ao interesse econômico da produção. A prática dos padres jesuítas era movida pelo amor cristão e pelo auxílio-mútuo (mutirão), prática essa encontrada em quase todos os povos primitivos e aqui especificamente, entre os indígenas brasileiros.

Até a abolição da escravatura as condições sociais e políticas eram desfavoráveis ao crescimento do cooperativismo no Brasil porque naquela época havia um grande contingente de mão-de-obra escrava e a aristocracia rural, além de auto-suficiente, era dotada de um caráter eminentemente individualista (CRUZ, 2002).

O Movimento Cooperativo, propriamente dito, começou a ser conhecido no Brasil somente por volta de 1841. No decorrer do século XIX com a chegada de imigrantes alemães e italianos, essas iniciativas foram mais frequentes. Muitas comunidades que se formaram em todo território nacional, mais especialmente no Sul, tentaram resolver seus

problemas de consumo, de crédito e de produção, criando organizações comunitárias em moldes que conheceram em suas pátrias de origem (OCESC. 2003).

Cruz (2002, p. 92) esclarece que:

Com o advento da República, mais especificamente com a promulgação da constituição de 1891, a consagração de liberdade de união, aliada ao início da imigração européia e também ao aumento do consumo nas grandes cidades, em função da eclosão demográfica, vieram então fornecer o combustível adequado não só a implantação, como também à consolidação do cooperativismo em nosso país.

Nas décadas de 1950 e 1960, o cooperativismo teve relativa expansão no Brasil, estendendo-se a diversos segmentos da sociedade brasileira.

Para Cruz, (2002, p. 93):

Nos últimos 50 anos, a evolução física do cooperativismo brasileiro, tem sido bastante significativa, apesar de ainda estarmos bem aquém das nossas reais possibilidades, se compararmos os números oficiais com as médias existentes nos países com maior tradição cooperativista.

A respeito de criações de novas cooperativas no Brasil, a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB<sup>3</sup> informa que, no período de 1991 a 1994, foram fundadas cerca de 680 Cooperativas de trabalho (área educacional e técnica), mais de 200 cooperativas habitacionais e 60 cooperativas de crédito (mútuo e rural). Estima-se, porém que esses números mostrem apenas uma parte da realidade porque nem todas as cooperativas criadas depois da Constituição de 1988, cadastram-se na OCB. Ou seja, estão

---

<sup>3</sup> A representação de todo o sistema cooperativista cabe a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, constituída em 1969, durante o IV Congresso de Cooperativismo Brasileiro.



se registrando diretamente nas Juntas Comerciais, sem necessidade da Autorização de Funcionamento (AF), obrigatória antes daquela Constituição.<sup>4</sup>

Segundo dados fornecidos pela Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC, em 2004 existem no Brasil 5,2 milhões de cooperados distribuídos em 7.549 cooperativas de diversos ramos.

Em Santa Catarina, ao contrário do que aconteceu em outros estados, as primeiras experiências cooperativistas ocorreram no mundo rural. Foram os imigrantes italianos estabelecidos na região do Médio Vale do Itajaí, em Rio dos Cedros, então distrito de Blumenau, que tiveram a idéia de criar uma sociedade de natureza cooperativa para facilitar a comercialização do fumo que produziam.

A introdução do cooperativismo em outros ramos<sup>5</sup> aconteceu nas décadas de 1940 à 1970 em um grande número de cidades catarinenses. Muitas dessas sociedades foram liquidadas no ano de 1964 por não atingirem os objetivos estabelecidos pela legislação do país, permanecendo somente aquelas que realmente possuíam condições de desenvolvimento e de prestação de serviços em benefício de seus cooperados. Depois da criação da Associação das Cooperativas de Santa Catarina - ASCOOP (1964) e da OCESC (1971), passou a existir uma normalidade maior no sistema, permitindo que as similares surgidas, a partir de então passassem a atuar dentro dos padrões exigidos pela legislação cooperativista então vigente, alcançando um desenvolvimento altamente satisfatório (OCESC, 1996).

---

<sup>4</sup> Antes da Constituição de 1988, sem a AF (Autorização de Funcionamento), a associação cooperativa não podia ser registrada na Junta Comercial e, portanto, não se tornava pessoa jurídica.

<sup>5</sup> São treze os ramos do Cooperativismo: Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, Mineral, Produção, Saúde, Infra-Estrutura, Transporte, Turismo e Lazer e Trabalho.

A OCESC no ano de 2002 cancelou o registro de mais de 89 cooperativas do sistema. A esse respeito, o Presidente da Organização, Luiz Hilton Temp, declarou em entrevista concedida para o Anuário do Cooperativismo Catarinense (2004, p. 11) que:

Essa decisão correta que o Conselho tomou é importante para solidificar o sistema. Desqualificamos iniciativas que não atinjam interesses do quadro social e que não cumpram preceitos legais.

Sobre o mesmo assunto esclarece também o Diretor de Cooperativismo Catarinense, Paulo Von Dokonal (2004, p. 13):

a exclusão das cooperativas ocorreu por causa de irregularidades insanáveis ou por não adequação aos princípios do cooperativismo, conforme determina a lei. São verificadas ainda práticas incorretas nos aspectos administrativos, contábeis, financeiros, tributários, sociais e legais, como inatividade, inoperância e inadimplência.

Desde 1998 foram excluídas 271 cooperativas, e somente duas dessas foram restabelecidas (OCESC, 2004).

O perfil do Sistema Cooperativo Catarinense apresenta 305 cooperativas com 481.220 cooperados com 16.668 empregos diretos e 1,8 milhão de pessoas participam do sistema no Estado com a participação no PIB/SC em 10,6%.<sup>6</sup>

A partir de 1980, os cooperativistas de Santa Catarina, juntamente com os de outros Estados, sentiram a necessidade de ter uma maior participação e integração entre cooperados, dirigentes e funcionários, para a obtenção de um desenvolvimento mais eficiente do Sistema. Em 1986, concluiu-se pela necessidade do Sistema Cooperativo assumir inteiramente a responsabilidade pelo seu crescimento, procurando-se desta forma evitar a dependência em relação ao Governo. Este desejo foi amplamente discutido pelas

bases, em nível nacional, sendo posteriormente analisado e homologado pelo 10º Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em março de 1988. Desde então, iniciou-se a defesa das postulações junto ao Congresso Nacional, através da Frente Parlamentar Cooperativista. O trabalho resultou na conquista da autogestão definitiva, assumida pelas cooperativas e assegurada pela Constituição de 1988.

## 2.2 SIGNIFICADO DOS SÍMBOLOS DA COOPERAÇÃO



Antigamente o pinheiro era tido como o símbolo da imortalidade e da fecundidade, pela sua sobrevivência em terras as menos férteis e pela grande facilidade na sua multiplicação.



O círculo também representava a vida eterna, pois não tem horizonte final, não tem começo nem fim.

---

<sup>6</sup> Fonte: OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, 2003





O verde-escuro das árvores lembra o princípio vital da natureza e o fundo amarelo-ouro simboliza o Sol, fonte permanente de energia e calor.



A soma destas figuras resulta no emblema do Cooperativismo: um círculo abraçando dois pinheirinhos, para indicar a união e coesão do movimento, a imortalidade e eternidade de seus princípios, a fecundidade de seus ideais, a vitalidade e energia de seus adeptos. Tudo isto marcado na trajetória ascendente dos pinheiros que se projetam para o alto, procurando subir cada vez mais.

O Cooperativismo possui uma bandeira formada pelas sete cores do arco-íris, aprovada pela Aliança Cooperativa Internacional - ACI em 1932, como símbolo de paz e esperança. Cada uma destas cores tem um significado próprio:



- **Vermelho** – Coragem
- **Alaranjado** – Visão de possibilidades do futuro

- **Amarelo** – Desafio em casa, família e comunidade
- **Verde** – Crescimento de ambos, individual (como pessoa) e dos cooperados
- **Azul** – Horizonte distante, a necessidade de ajudar a si próprio e aos outros através da cooperação
- **Violeta** – Beleza, calor humano e coleguismo.

### 2.3 LEGISLAÇÃO COOPERATIVISTA NO BRASIL

A evolução das leis cooperativistas no Direito Brasileiro teve seqüência quando o Governo brasileiro começou a demonstrar interesse pela organização de cooperativas e outras formas de associativismo. Em decorrência, editou o Decreto n. 979, de 6 de janeiro de 1903, facultando a criação de sindicatos para a defesa dos profissionais da agricultura e da indústria. No artigo 10, do mencionado decreto, era possibilitada a constituição de caixa de crédito e de cooperativas de produção e consumo, sem maiores detalhes.

Em 1907, através do Decreto n. 1637, foi dado início ao tratamento legislativo das sociedades cooperativas, sem as efetivas precisões ideológicas e doutrinárias. Estas cooperativas passaram a cercar-se de maior consistência através da promulgação do Decreto n. 22.239/1932 que apresenta as características das cooperativas e consagra as postulações doutrinárias do Sistema Cooperativista, mas foi revogado em 1934, sendo restabelecido em 1938. Em 1943 foi novamente revogado, para ressurgir em 1945, permanecendo em vigor até 1966. Apesar de todos os transtornos, foi uma fase de muita liberdade para formação e funcionamento de cooperativas, inclusive com incentivos fiscais (RECH, 2000).



De modo geral, a partir da ditadura militar, todos os instrumentos existentes na legislação brasileira que regulam a vida das cooperativas são de procedência conservadora. Com o Decreto-Lei n. 59/1966 é definida a Política Nacional de Cooperativismo e modifica-se as legislações anteriores, revogando todas as conquistas de liberdade cooperativista anteriores. Posteriormente foi regulamentado o Decreto n. 60.597/1967, o qual institucionaliza a criação do Conselho Nacional de Cooperativismo.

Decorrido o período de quatro anos, depois de discutida a aprovada pelo Congresso Nacional, foi promulgada a Lei n. 5.764<sup>7</sup>, de 16 de dezembro de 1971, ainda em vigor com a finalidade de definir a Política Nacional de Cooperativismo.

A Constituição Federal de 1988 abriu perspectivas de liberalização do sistema cooperativista, quando cita em seu Art. 5º, XVIII “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”.

A Lei 5.764/71 impôs uma estrutura muito rígida na organização das cooperativas e, ao contrário de permitir o desenvolvimento do modelo cooperativista, acabou por impor tantos limites que tornou difícil a sua constituição e funcionamento, como nos coloca RECH (2000, p. 21):

Ao invés de incentivar a formação das cooperativas, como ocorre nas políticas dos principais estados civilizados, aqui parece que todo o exercício legislativo é o de limitar e abafar a liberdade e a expansão da experiência. Não estamos descartando a necessidade da observação de uma estrutura básica do modelo cooperativista. O que estamos fazendo é colocando em discussão o modelo adotado no Brasil e suas características, principalmente porque o que conhecemos é a proposta de uma cooperativa que apenas venha a resolver algumas distorções que o sistema capitalista apresenta, dificultando inovações e, principalmente, evitando que as comunidades caminhem em direção a uma proposta de cooperativismo autogestionário, participativo e democrático-popular.

---

<sup>7</sup> Ver Anexo A



Sobre este assunto, o Presidente da OCB e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, Márcio Lopes de Freitas tece o seguinte comentário em artigo publicado no Anuário do Cooperativismo Catarinense, 2004:

[...] a Lei 5.764/71 cujos princípios regem o cooperativismo brasileiro sob a ótica de quase três décadas atrás. A lei, promulgada em 1971, atende às principais necessidades do cooperativismo, mas precisa ser atualizada, porque neste período o Brasil mudou sua cara, viveu grandes transformações, e parte de sua população saiu do campo para a cidade. O crescimento de cooperativas urbanas dentro do sistema é um reflexo disso. Uma reformulação na Lei 5.764/71 é, portanto, uma demanda prioritária para o cooperativismo.

Para a Presidente da COOPERDATA<sup>8</sup> Maria Dulcelina Vaz da Costa, as cooperativas de trabalho sofrem com a má interpretação da lei n. 5.764/71:

A lei que rege o cooperativismo já está ultrapassada e precisa, urgentemente, ser revista e alterada. Uma sociedade cooperativa de trabalho não deixa de recolher impostos (IR, INSS, PIS e COFINS). Por isso, é um erro afirmar que ela é isenta. Por se tratar de uma organização social, com características muito próprias, a cooperativa de trabalho não tem incidência de alguns tributos, mas isso não significa que ela esteja burlando a lei (COSTA, 2004, p. 19-20).

Em decorrência do processo evolutivo do cooperativismo brasileiro, desde 1989 tramitam no Congresso Nacional projetos de lei cooperativista, visando a modernização do cooperativismo no seu aspecto legal, bem como a consolidação da sua autogestão. São eles<sup>9</sup>: Projeto de lei do Senado n. 605, de 1999 de autoria do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy apresentando como justificativa:

O Art. 5º, inciso XVIII, da Constituição Federal de 1988, estabelece que “A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. Este dispositivo representou um avanço significativo na elaboração da atual

<sup>8</sup> COOPERDATA – sistema composto por seis cooperativas de trabalho, uma de consumo, uma habitacional, além de uma sociedade anônima e as associações Coopergrêmio e Cooperjúnior que desenvolve atividades na área de informática, telecomunicação, transporte, indústria e comércio, vendas e promoções, ensino e treinamento.

<sup>9</sup> As justificativas dos três Projetos de Lei estão disponíveis no site [www.portaldocooperativismo.org.br](http://www.portaldocooperativismo.org.br). Acesso em: 07 maio 2004.



Constituição, na medida em que retirou a tutela do Estado sobre a criação e funcionamento da organização cooperativista de agentes econômicos privados. Desde então, o Estado não pode mais tutelar o sistema como lhe era facultado pela legislação anterior e, em parte, ainda em vigor (Lei nº 5.764/71). Este dispositivo constitucional remete à lei complementar o estabelecimento das formas de funcionamento das cooperativas. O inciso XX do Art. 5º da C. F. estabelece que “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado” garantindo a total e irrestrita liberdade de associação, tanto a pessoas físicas como jurídicas. Ainda mais, se combinarmos os incisos XVIII e XX do Art. 5º, fica garantida a liberdade de associação e a não obrigatoriedade de filiação a um único sistema de representação cooperativista. Neste sentido, qualquer lei que venha propor a obrigatoriedade de filiação ou associação de uma cooperativa a um único sistema de representação tornaria-se, obviamente, inconstitucional. No seu Art. 174, § 2º, a Constituição Federal afirma que “a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”, no contexto do papel do Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica. A história do cooperativismo está diretamente ligada à história da humanidade, marcada pelas alianças, ajudas mútuas, entre as pessoas. As primeiras cooperativas, nos moldes atuais, surgiram no século passado (1844) na Alemanha e Inglaterra, criadas por trabalhadores, como forma de organização mais solidária da produção e do consumo, em reação às condições extremas de exploração que caracterizaram o capitalismo no século XIX. No Brasil, este tipo de organização econômica iniciou-se no início deste século, com a imigração européia. Em essência, os princípios cooperativistas assumidos no mundo inteiro e pelos quais este projeto de lei se pautou, são: livre acesso e adesão voluntária; organização democrática; indiscriminação política, religiosa, racial e sexual. Não há dúvidas de que o cooperativismo, entendido como a combinação do elemento social e econômico, terá uma importância cada vez maior, especialmente no contexto econômico de crise constante, em que a ajuda mútua tende a amenizar e permitir a sobrevivência econômica. A presente propositiva visa regulamentar os dispositivos constitucionais no que se refere ao cooperativismo, dentro dos princípios constitucionais, da teoria e prática cooperativista. Este projeto, que ora submetemos à apreciação desta Casa, é o resultado de vários seminários realizados com o setor cooperativista, em especial as pequenas cooperativas, bem como da contribuição de vários estudiosos do tema. [...] Procurou-se estabelecer uma carta de princípios do cooperativismo que devem orientar a prática cooperativista no Brasil, permitindo, evidentemente, a liberdade de organização, associação e representação, como assim determina a Lei Maior.

### O Projeto de Lei do Senador José Fogaça ([19--]) justifica que:

Pela primeira vez na história das constituições brasileiras, o cooperativismo, como base e instrumento para a produção econômica, foi reconhecido. O § 2º do artigo 174 da Constituição Federal diz: “A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”. Trata-se de uma conquista formal das mais importantes em tantos anos de luta e empenho daqueles que deram muito de si e de suas vidas pela afirmação do cooperativismo. É inadmissível que, em um país como o Brasil, de extensão continental, produtor de 75 milhões de toneladas de grãos, o sistema cooperativo não tenha sido usado amplamente como instrumento de uma política econômica global como fator de aumento da produção e de distribuição da riqueza. O cooperativismo, na sua essência, é a garantia da sobrevivência dos pequenos, do prestígio e do estímulo à livre iniciativa e da proteção dos mais fracos. Estamos cumprindo o que determina a Constituição, e concomitantemente tratando de institucionalizar definitivamente o sistema cooperativo em nosso País. Com base, pois, no que foi



amplamente discutido e aprovado em seminários do setor cooperativista no Rio Grande do Sul, coincidindo com as conclusões emanadas do X Congresso Brasileiro de Cooperativismo, de março de 1988, é que apresentamos o presente projeto de lei e o submetemos ao exame desta Casa.

Para finalizar, o Projeto de Lei n. 171, de 1999, do Senador Osmar Dias é assim justificado:

Conforme o Art. 5º, inciso XVIII, da Constituição Federal, “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. Esta mudança substancial em relação a legislação anterior (Lei nº 5.764, de 1971) parcialmente vigente, que previa a tutela do Estado sobre o sistema cooperativista, constitui-se na principal justificação deste projeto. Além dos aspectos legais, o projeto em questão atende exigências de ordem técnica e hodiernas para o cooperativismo brasileiro, conforme estudo comparativo com a legislação de outros países, elaborado pela Organização das Cooperativas Brasileiras. Muitas das sugestões apresentadas, fruto de debates amplos e continuados, promovidos nas bases do sistema, por suas entidades de representação, sob a direção da OCB, estão incorporadas neste projeto, que julgamos fundamental para a modernização do setor cooperativista. Dentre as alterações propostas pelo projeto em questão, destacamos a definição mais ampla, do ato cooperativo. A Constituição garante tratamento tributário próprio ao ato cooperativo, por entender que a associação voluntária entre o cooperado e a cooperativa, está voltada à prestação de serviços, sem a finalidade de lucro, fazendo dela, portanto, uma extensão da pessoa física do cooperado. Assim, nas relações entre ambos não existe movimentação econômica de qualquer espécie, não sendo o ato cooperativo passível de tributação. Nesse aspecto, o projeto em exame equipara o ato cooperativo aos negócios auxiliares ou meios, por serem os mesmos imprescindíveis à factibilidade do objetivo social. A Segunda inovação significativa refere-se à possibilidade da cooperativa abrir seu capital, tal como o fazem as empresas capitalistas, mediante emissão, autorizada por assembléia geral, de Certificados de Aporte de Capital. Os compradores não teriam a condição de associado, mas apenas uma remuneração, fixa ou por percentual sobre os ganhos do negócio efetuado. A participação de não sócios nas atividades de interesse da cooperativa poderia também ocorrer na forma de contratos de parceria, nos quais as formas de gestão e o rateio dos resultados seriam previamente acordados entre a cooperativa e seus parceiros. Outro aspecto, da maior importância diz respeito a forma de representação do sistema cooperativista nacional: A posição do sistema cooperativo, reiterada em diversos congressos nacionais é pela manutenção do princípio da unicidade de representação. Apenas uma organização nacional de cooperativas, apenas uma representação do cooperativismo em cada estado. A experiência acumulada pelo sistema ensina que a interlocução com o Estado e a definição de diretrizes que mantenham o sistema competitivo face à concorrência das empresas capitalistas ganham eficácia com a representação única. A dispersão, pelo contrário, debilita o movimento. Por esta razão, predomina, na experiência internacional a passagem da pluralidade para a unicidade, antes que o movimento inverso. O projeto apresenta ainda outras inovações, como o dispositivo específico sobre cooperativas escolares, a retirada de qualquer menção à correção monetária, a relação minuciosa das atribuições do Conselho Administrativo e a possibilidade de ingresso, na condição de associado, de pessoas jurídicas de qualquer espécie, inclusive empresas, desde que pratiquem as mesmas atividades de pessoas físicas e não se constituam em concorrentes da cooperativa. Certos de que o

projeto de lei aqui apresentado atenderá satisfatoriamente as necessidade dos sistema cooperativista, por ter sido elaborado com base nos posicionamentos amadurecidos em anos de experiência e discussões entre os componentes do sistema OCB, submeto o mesmo a apreciação desta Casa.

## 2.4 DEFINIÇÃO DE COOPERATIVA

Existem várias definições de sociedades cooperativas, mas em todas elas encontramos os seguintes elementos caracterizadores: são umas sociedades de pessoas, há a autogestão, ajuda mútua, laços de solidariedade, participação democrática dos associados, adesão livre visando o desenvolvimento econômico-social dos seus associados, sem ter como fim último, o lucro.

No Dicionário de Ciências Sociais, (CRUZ, 1986, p. 271) consta que:

Cooperação denota uma ação comum que visa à realização de metas desejadas por todos os interessados, quer organizacionais, quer distributivas. Pode ocorrer por uma divisão do trabalho, com tarefas semelhantes ou dessemelhantes. Geralmente ocorre em resposta a normas sociais aceitas e pode assumir valor em si mesma ou como instrumento na consecução de um fim qualquer.”

A mesma obra, p. 272 ensina que:

Cooperação indica em geral qualquer forma de trabalho em conjunto, em contraste com concorrência ou oposição. Em Economia ou História Social o termo é empregado (como o adjetivo cooperativo) para descrever qualquer forma de organização social ou econômica que tem por base o trabalho harmônico em conjunto, em oposição à concorrência.

Ferreira (1993, p. 146) conceitua cooperativa como sendo “sociedade ou empresa que visa a desempenhar, em benefício comum, determinada atividade econômica.”



A Aliança Cooperativa Internacional - ACI, em seu congresso em Manchester, em setembro de 1995 adotou uma Declaração sobre a Identidade Cooperativa<sup>10</sup>. A Declaração incluiu uma definição de Cooperativa, observando e tomando por base aspectos mínimos que devam-se fazer presentes em toda e qualquer entidade do gênero. Consigna que:

uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem de forma voluntária para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum, através de um empreendimento de propriedade coletiva e de controle democrático.

Dessa definição assinala-se, as seguintes características:

- a) a autonomia da entidade, significando que a existência de cooperativa está totalmente desvinculada e independente dos governos e de qualquer empresa privada;
- b) é uma associação de pessoas, podendo integrar-se por pessoas físicas e por pessoas jurídicas;
- c) a voluntariedade, que consiste exatamente na liberdade, garantida aos interessados de se associarem de forma livre e destituída de qualquer pressão física ou moral, assim como de saírem da entidade quando lhes convier;
- d) a satisfação de necessidade econômicas, sociais e culturais em comum, significando que as cooperativas são organizadas pelos sócios para benefícios individuais próprios e de forma mútua entre os sócios que as compõem. As necessidades dos membros podem ser singulares e limitadas, podem ser diversas, podem ser sociais e culturais ou

---

<sup>10</sup> Esta Declaração foi adotada no Congresso e Assembléia Geral da Aliança Cooperativa Internacional (ICA) de 1995, sediada em Manchester para celebrar o centenário da Aliança. Recomendada ao Congresso pelo Conselho da ICA, a Declaração foi o produto de um longo processo de consulta envolvendo milhares de cooperativistas de todo o mundo.

puramente econômicas, mas, quaisquer que sejam as necessidades, elas são o propósito central pelo qual cada cooperativa existe;

- e) a cooperativa é um empreendimento de propriedade coletiva e de controle democrático, significando que dentro das cooperativas o controle é distribuído aos membros democraticamente. Como o patrimônio é formado pelas entradas dos sócios, chamado de capital social<sup>11</sup> a propriedade da entidade está vinculada e pertence a todos os que são associados. O que distingue cooperativas de outras empresas e de outros tipos de organização que estão vinculados ao montante de capital empregado, é que cada sócio, independente do valor do capital que subscreveu só tem direito a um voto nas decisões de Assembléias<sup>12</sup>.

Não se pode esquecer que as cooperativas estão sujeitas às suas leis, que em prol de conseguir as melhores vantagens para os associados, devem lutar a fim de melhor atender e suprir os anseios dos cooperados de forma eficaz e eficiente.

Podemos ainda, encontrar a definição de sociedade cooperativa de acordo com a Lei 5.764/71, em seu artigo 4º que assim prescreve: “as cooperativas são sociedades de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

Por sua vez, a OCB (2000, p. 23) define a cooperativa como:

<sup>11</sup> Capital Social – O indivíduo para ingressar em uma Cooperativa é necessário que assuma uma obrigação financeira, estabelecida pelo Estatuto Social. As cotas partes são intransferíveis e poderão ser pagas de uma só vez ou divididas em parcelas mensais. O sócio ao se desligar da sociedade poderá solicitar a devolução do capital investido.

<sup>12</sup> Assembléia Geral é o órgão supremo da sociedade, onde os cooperados em conjunto podem sugerir, discutir, avaliar, analisar e tomar decisões sobre o desenvolvimento da Cooperativa. Acontece nas seguintes ocasiões: Assembléia Geral Ordinária (AGO) realizada obrigatoriamente uma vez por ano e Assembléia Geral Extraordinária (AGE) que realizar-se-á sempre que necessário.



uma sociedade de pessoas, de natureza civil, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns e cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades”.

E a OCECSC (2003, p.7) prescreve que cooperativa é:

uma associação de pessoas com interesses comuns, organizada economicamente e de forma democrática, com a participação livre de todos os que tem idênticas necessidades e interesses, com igualdade de deveres e direitos para a execução de quaisquer atividades, operações ou serviços.

Encontramos também uma definição de Cooperativa de acordo com a Recomendação n. 127 (1966)<sup>13</sup> da Organização Internacional do Trabalho – OIT:

a cooperativa é uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar objetivo comum, através, da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições eqüitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente.

Esta definição ressalta a adesão voluntária e a participação democrática de forma efetiva, ratificando aos cooperados o risco que todo empreendimento econômico-social que ocorre num mercado competitivo e excludente como o mercado capitalista. Os cooperados munidos de um compromisso de solidariedade social e ajuda mútua devem unir esforços para o desenvolvimento e fortalecimento do empreendimento ao qual se associaram.

De acordo com Bulgarelli (2000, p. 37), o cooperativismo apresenta-se "como um sistema reformista da sociedade que quer obter o justo preço, abolindo o intermediário e o assalariado, através da solidariedade e da ajuda mútua".

---

<sup>13</sup> A importância do cooperativismo e, em especial das Cooperativas de Trabalho, consta da Recomendação nº 127 da Conferência Internacional do Trabalho (Organização Internacional do Trabalho -OIT) datada de 21 de junho de 1966.

Nesta vertente, deve-se conhecer e ter em mente os princípios cooperativistas, tanto no âmbito legal como no doutrinário, para que a sociedade cooperativa formada, não se constitua em fraude e desnaturalização do sistema cooperativista.

Singer (2004) apresenta a Economia Solidária<sup>14</sup> como forma de estudo e aprimoramento do cooperativismo reafirmando a necessidade de buscarmos uma forma de organização social e econômica que ultrapasse as potencialidades oferecidas à humanidade pelo capitalismo, superando as desigualdades que lhe são inerentes.

O Secretário Nacional de Economia Solidária Paul Singer (2004, p. 9) nos ensina que o papel inicial do cooperativismo é a educação para ser solidário:

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir.

Salienta ainda que sendo o capitalismo um modo de produção que tem como princípios o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual, o resultado natural é a competição e a desigualdade, enquanto que na economia solidária os princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, tendo como resultado a solidariedade e a igualdade.

No I Fórum de Economia Solidária, realizado em 21/04/2004 pela Divisão de Terceiro Setor do Senac, em São Paulo, Singer declara que “as cooperativas surgem como uma grande aliada no combate ao desemprego. E isso deve ser reconhecido, ainda mais em tempos de desemprego e precarização das condições trabalhistas.”

---

<sup>14</sup> Economia Solidária são formas de organização da produção, do consumo e do crédito feitas de forma democrática, ou seja, as unidades são possuídas e geridas por seus trabalhadores, cuja característica é a inclinação ao igualitarismo.



Declarou ainda, que considera que nos próximos 10 anos, deve haver no Brasil uma multiplicação dos empreendimentos autogestionados, ou seja, em que todos que participam e são, ao mesmo tempo, donos e trabalhadores das empresas.

Singer (2004) também considera fundamental o papel da sociedade civil no desenvolvimento da economia solidária:

A sociedade civil é nossa grande arma. Se conseguirmos criar uma sinergia entre ONGs, OSCIPs, entidades semi-públicas, como o Senac, e os governos – e existe boa vontade para isso -, podemos pensar na eliminação total da pobreza no país em médio prazo. É, pelo menos, o que eu desejo.

## 2.5 PRINCÍPIOS COOPERATIVOS

A partir de setembro de 1995 o Congresso do Centenário das Alianças Cooperativas Internacionais – ACI em Manchester, Inglaterra reescreveu<sup>15</sup> os Sete Princípios do Cooperativismo. São eles:

- a) **Adesão livre e voluntária** – As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas. Tal princípio reafirma a importância fundamental de que as pessoas assumem, voluntariamente, o compromisso de associar-se para a criação das entidades cooperativas, ou para sua integração; elas não podem ser obrigadas a tal procedimento. A

---

<sup>15</sup> Os primeiros princípios foram criados pelos Pioneiros de Rochdale e incorporados ao Estatuto Social aprovado em 1844. Eram eles: 1. Adesão Livre (porta aberta); 2. Gestão democrática; 3. Retorno “pro rata” das operações; 4. Juros limitados ao capital; 5. Vendas a dinheiro; 6. Educação dos membros e 7. Cooperativização global.

permanência do sócio na entidade é também livre. A qualquer momento ele pode solicitar sua demissão do quadro social, obedecidos, nestes casos, os preceitos estatutários. Em uma sociedade só se habilita ao ingresso, aquele que busca somar esforços e não subtrair ou dividir. A adesão livre não significa somente aderir, endossar, ingressar ou adentrar. A adesão livre é bem mais ampla, é mais filosófica. Aderir é comprometer-se, é participar, é transformar. É necessário, portanto, promover oportunidades a todas as pessoas para conhecerem e entenderem os valores que decorrem das atividades cooperativas, a fim de que possam, livremente, optar por sua adesão societária. Este princípio reafirma um compromisso geral básico para as cooperativas no que diz respeito ao reconhecimento e ao respeito à dignidade fundamental de todas as pessoas, não se aceitando qualquer tipo de discriminação para efeito de associação;

- b) **Gestão democrática pelos sócios** – As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Esta participação democrática materializa-se nas Assembléias Gerais, em que se discutem as políticas da cooperativa, tomam-se as decisões importantes e aprovam-se as ações. Aos sócios eleitos para administrarem, além da responsabilidade que tem para com a cooperativa na condição de sócios, são responsáveis pela gestão empresarial da instituição ante os demais sócios. As cooperativas não pertencem aos sócios eleitos, mas aos sócios que as integram, e todos os dirigentes respondem por suas ações durante toda a sua gestão;



- c) **Participação econômica dos sócios** – os sócios contribuem equitativamente para a formação do capital da cooperativa e participam, democraticamente, de sua gestão. Parte deste capital é propriedade comum das cooperativas. Usualmente os sócios recebem juros limitados (se previsto em Estatuto Social) sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras aos seguintes propósitos: desenvolvimento da cooperativa, possibilitando a formação de reservas; parte dessas podendo ser indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas transações com a cooperativa e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios. As cooperativas funcionam tendo em mente que o capital existente está destinado a servir à entidade, proporcionando-lhes condições capazes de satisfazer às necessidades da cooperativa e dos sócios, e não no sentido de que a instituição funciona para servir ao capital. Daí, este princípio espelhar a forma como os sócios participam de formação do capital das cooperativas, assim como a forma como pretendem distribuir os excedentes;
- d) **Autonomia e independência** – As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia. De modo geral, as cooperativas são afetadas por suas relações com o Estado, mesmo porque são os governos que determinam através de seus poderes legislativos, como devem funcionar as cooperativas. Através das políticas fiscal, econômica e social, o governo poderá ajudar



ou prejudicar as cooperativas. Sendo assim, devem permanecer alertas para desenvolverem relações claras e abertas com os Governos dos estados onde estiverem sediadas. Este princípio define a necessidade de que as cooperativas sejam autônomas e independam dos governos e que deverá firmar acordos de forma e em termos que fiquem resguardadas suas liberdades de autonomia e independência em relação às entidades privadas, de modo que possam controlar seus próprios destinos;

- e) **Educação, formação e informação** – As cooperativas promovem a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento de suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente, os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação. O estímulo à educação e aprimoramento dos sócios e de seus dependentes, é importante e fundamental em cooperativismo. A própria participação do sócio, desde que comprometida e solidária, já é uma forma de educação prática do homem no convívio com a sociedade. A educação, no sentido cooperativo, significa algo mais do que a simples distribuição de informação; significa comprometer o pensamento dos sócios, líderes eleitos, diretores e empregados da entidade, a fim de que entendam bem a complexidade e a riqueza do pensamento e da ação cooperativos. A educação constante do homem para a sua cooperativa, torna-o participativo e comprometido com o sistema, transformando-o em defensor intransigente do cooperativismo. Por fim, deixa o princípio transparecer a especial responsabilidade que têm as cooperativas de informar aos jovens e aos

líderes formadores de opinião (políticos, representantes dos meios de comunicação, etc) a respeito da natureza e dos benefícios que podem ser proporcionados pela entidade cooperativa;

**f) Intercooperação (cooperação entre cooperativas)** – As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. Por melhor que seja a idéia e por maiores que sejam os resultados, uma cooperativa só, isoladamente, não reúne condições de se impor como sistema. As cooperativas só poderão maximizar seu impacto por meio da colaboração prática e permanente de uma com outra. As cooperativas também devem reconhecer a necessidade de reforçar suas organizações e suas entidades de apoio. Os grandes fracassos de algumas cooperativas estão atrelados ao seu isolamento e individualismo. As cooperativas se interagindo e se integrando, fortalecem-se a si próprias e ao sistema;

**g) Interesse pela comunidade** – As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros. O Sistema Cooperativista, por entender ser o sócio da cooperativa mais solidário, mais habituado a conviver em sociedade e, principalmente, possuidor de maior cultura associativista, quer que a cooperativa se preocupe com a sociedade na região de sua atuação. Quer que preocupe-se com a sociedade em termos de humanização, de solidariedade, de educação, de evolução participativa, de comprometimento e de responsabilidade, quer estender à todos os benefícios da cooperação mútua. Nessa ótica, as cooperativa passam a ter



uma responsabilidade especial para assegurar que se mantenha o desenvolvimento de suas comunidades nas áreas econômica, social e cultural, devendo os sócios decidirem em que extensão, em que profundidade e de que forma específica deverá a cooperativa realizar estes serviços à comunidade.

Os três primeiros princípios dirigem-se, essencialmente, à dinâmica interna típica de qualquer cooperativa; os quatro últimos influenciam igualmente a operação interna e as relações externas da cooperativa.

Observa-se que os princípios cooperativos não são independentes um do outro, mas unidos simultaneamente; quando um é ignorado, todos são diminuídos.

Para Silva Filho (2002, p. 163): “[...] não se pode avaliar uma cooperativa exclusivamente com base em um princípio específico, mas por meio da forma como a entidade aderiu aos princípios em sua totalidade”.

## 2.6 VALORES COOPERATIVOS

Qualquer discussão sobre valores dentro das cooperativas deve envolver preocupações profundas sobre o comportamento ético apropriado.

Para MacPherson (2003, p. 26) “[...] alcançar um consenso a respeito dos valores cooperativos essenciais é uma tarefa complexa porém inevitavelmente gratificante”.



A Declaração sobre a Identidade Cooperativa de 1995 cita como primeira sentença sobre os Valores: “Cooperativas são baseadas nos valores de auto-ajuda, auto-responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade.”

Para o cooperativismo, o completo desenvolvimento individual só pode ocorrer em associação com outros indivíduos. Através da ação conjunta e responsabilidade mútua é possível alcançar mais, aumentando o poder de influência coletiva frente aos governos e frente ao mercado, contribuindo assim para o crescimento de sua cooperativa.

Auto-responsabilidade é dizer que os cooperados assumem a responsabilidade por sua cooperativa para que se mantenha independente de outras organizações, públicas ou privadas.

Cooperativas são baseadas na democracia e na igualdade. Os membros tem direito de participação, de serem informados, de serem ouvidos e de tomar decisões. A preocupação em alcançar e manter a igualdade é um desafio contínuo para todas as cooperativas.

A mesma preocupação é alcançar sempre a equidade, pois refere-se a maneira como os membros são tratados na cooperativa. Terão que ser tratados com equidade na forma como são recompensados por sua participação na cooperativa através de dividendos, alocação de reservas de capital em seu nome ou redução de tarifas ou taxas.

Dentro das cooperativas o valor da solidariedade assegura que ação cooperativa não é uma forma disfarçada de interesse próprio limitado, pois uma cooperativa é também uma coletividade e portanto tem a responsabilidade com o interesse coletivo de seus membros.

Neste sentido o valor da solidariedade faz com que as cooperativas sejam mais do que simples associações de indivíduos, faz com que sejam afirmações da força coletiva e da responsabilidade mútua para prover aos membros bens e serviços de melhor qualidade a preços mais baixos.

A segunda sentença sobre valores citada pela Declaração sobre a Identidade Cooperativa é “Na tradição de seus fundadores, os membros de cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, abertura, responsabilidade social e preocupação com o outro.” Significa que indivíduos como os Pioneiros de Rochdale entre outros são reverenciados em todos os movimentos que ajudaram a construir, são admirados por cooperativistas. Ao mesmo tempo, cada movimento nacional tem nos seus próprios membros homens e mulheres cujos valores práticos e éticos são muito importantes e é preciso sempre lembrá-los. Os Pioneiros de Rochdale tinham um compromisso especial com a honestidade, insistiam em medidas honestas, alta qualidade e preços justos. Por esta razão, as cooperativas tem uma tendência à abertura. São organizações públicas que regularmente revelam a seus membros, ao público e aos governos informações consideráveis sobre suas operações.

A honestidade, a abertura, a responsabilidade social e cuidado com o próximo são valores que podem ser encontrados em todas as organizações, mas é nas cooperativas que estes valores são inegáveis (MAC PHERSON, 2003).

## 2.7 EXIGÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DE UMA COOPERATIVA

É essencial que as pessoas interessadas em constituir uma cooperativa, tenham como objetivo o desenvolvimento econômico e social de todos os sócios, garantindo a execução das ações pautadas em determinações legais.



Para a formação de uma cooperativa, é necessário:

- a) Reunião de um grupo de pessoas interessadas em criar a cooperativa, com as seguintes finalidades: determinar os objetivos da cooperativa; escolher uma comissão para tratar das providências necessárias à criação da cooperativa com indicação de um coordenador dos trabalhos;
- b) Realizar reuniões com todos os interessados em participar da cooperativa, a fim de que tenha as condições mínimas necessárias para que a cooperativa seja viável;
- c) Achar respostas para os seguintes questionamentos: A necessidade é sentida por todos os interessados? A cooperativa é a solução mais adequada? Já existe alguma cooperativa na redondeza que poderia satisfazer aos interessados? Os interessados estão dispostos a entrar com o capital necessário para viabilizar a cooperativa? O volume de negócios é suficiente para que os cooperados tenham benefícios? Os interessados estão dispostos a operar integralmente com a cooperativa? A cooperativa terá condições de contratar pessoal qualificado para administrá-la e para a contabilidade?;
- d) A Comissão deve procurar a Organização das Cooperativas no seu Estado (OCE), para solicitar as orientações necessárias à constituição da cooperativa;
- e) A Comissão elabora uma proposta de Estatuto da cooperativa;
- f) A Comissão distribui para os interessados uma cópia da proposta de Estatuto, para que todos a estudem e realiza reuniões com todas as pessoas interessadas para discussão dos itens da proposta de Estatuto;



- g) A Comissão convoca todas as pessoas interessadas para a Assembléia Geral de Constituição (fundação) da Cooperativa, em hora e local determinados, com bastante antecedência, coloca o aviso de convocação em locais bastante freqüentados pelos interessados, podendo também ser veiculado através da imprensa e rádio da localidade;
- h) Realização da Assembléia Geral de Constituição da Cooperativa, com a participação de todos os interessados (mínimo 20 pessoas).

Para a legalização de uma cooperativa deverão ser observados os seguintes passos:

**Primeiro - Apreciação do Estatuto da Cooperativa pela OCE** – O Estatuto, antes deve ser levado à Junta Comercial, deverá ser apreciado pela OCE de cada Estado, a fim de verificar se não há conflito com a legislação cooperativista vigente.

**Segundo - Registro na Junta Comercial**<sup>16</sup> – Para obter o registro, a cooperativa deve apresentar à Junta Comercial os seguintes documentos:

- Quatro vias da Ata da Assembléia Geral de Constituição e do Estatuto da Cooperativa;
- Anexação dos seguintes documentos autenticados dos sócios eleitos: Identidade, CPF e Comprovante de Residência;
- Certidão de Busca Prévia do Nome, devidamente aprovada;
- Requerimento à Junta Comercial – Formulário único sob a forma de Pasta de Documentos, à venda na Junta – 1 via;

---

<sup>16</sup> De acordo com o Artigo 34, Inciso I, do Decreto Nº 1800/96, que regula os registros de comércio, a Junta Comercial só arquiva documentos ORIGINAIS, portanto, é recomendável a apresentação do Estatuto e da Ata da Fundação nas quatro vias originais.

- Ficha cadastral da cooperativa (Ficha de Cadastro Nacional das Empresas folhas nº 1 e nº 2, formulário comprado junto com a Pasta de Documentos na Junta;
- Comprovante de pagamento do DARF em 2 vias;
- Recolhimento de taxas pelos serviços prestados pelas Junta dos Estados, usando-se para isso o documento de arrecadação adotado pela Junta Comercial de cada Estado GRP (Guia de Recolhimento de Preços), em 4 vias.

**Terceiro - Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal – Inscrição no CNPJ.** Este passo deve ser efetuado nas Agências da Receita Federal, órgão que fornece o cartão com o número de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

**Quarto - Certificado do Corpo de Bombeiros –** O interessado deve providenciar a licença de Corpo de Bombeiros. Este, por sua vez, fará uma vistoria no local da futura empresa (Cooperativa) com o objetivo de verificar as condições de segurança e proteção contra incêndios. Após esta vistoria será expedido o laudo de exigências e após cumpridas as mesmas, o responsável pela cooperativa (Diretor Presidente) obterá o Certificado de Aprovação. Este é o processo mais demorado. Vinte dias para o Laudo de Exigências e mais vinte dias para obtenção do Certificado de Aprovação.

**Quinto - Secretaria de Estado da Fazenda – Obter a inscrição Estadual –** A inscrição Estadual é obrigatória para exercer as atividades comerciais e industriais. Embora as Cooperativas sejam regidas pela Lei própria (5.764/71) e o seu sistema operacional denominado Ato Cooperativo, torna-se necessária uma consulta à Inspetoria da Fazenda Estadual, para verificar se a atividade exercida pela cooperativa está ou não obrigada ao registro no cadastro do Estado.

---



**Sexto - Obtenção do Alvará de Funcionamento** – Cumprida todas as etapas anteriores, o representante legal da Cooperativa deverá requerer à Prefeitura Municipal o **ALVARÁ DE LICENÇA PARA ESTABELECIMENTO E A INSCRIÇÃO MUNICIPAL**.

**Sétimo - Registro na OCE** – Todas as Cooperativas devem ser registradas nas respectivas OCE's – Organização das Cooperativas do Estado em que está inserida, a fim de atender ao disposto no Art. 107 da Lei N. 5.764/71 integrando-se ao Cooperativismo Estadual e Nacional, já que o registro na Organização Estadual pressupõe o registro na OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, com isto fortalecendo o processo de autonomia e autogestão do sistema. Anexar os seguintes documentos: um exemplar do Estatuto Social e da Ata de Fundação e cópia do CNPJ.

**Oitavo - Aquisição e autenticação dos Livros** – A Cooperativa deverá possuir os seguintes livros: de matrícula; de Atas das Assembléias Gerais; de Atas dos órgãos de Administração; de Atas do Conselho Fiscal; de presença dos Cooperados nas Assembléias Gerais; e outros, fiscais e contábeis, obrigatórios<sup>17</sup>.

**Nono - Impressão de Notas Fiscais** – A autorização para impressão das Notas Fiscais será fornecida pelas autoridades competentes, diretamente à gráfica que o representante legal da cooperativa encarregar de executar o serviço. A Cooperativa deverá manter um livro de Registro de Notas Fiscais.

É importante salientar que depois de formada a cooperativa é indispensável que o quadro associativo busque a realização em todos os níveis, com trocas efetivas de experiências nas áreas administrativas, técnica, comercial, industrial e outras, com o apoio das Organizações do Estado a que estão inseridas.

---

<sup>17</sup> É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fixas.



## 2.8 FUNCIONAMENTO DE UMA COOPERATIVA E SEUS PODERES

A estrutura organizacional de uma cooperativa é composta de órgãos deliberativos, consultivos, cujos cargos são de provimento exclusivo de sócios ativos, eleitos pela Assembléia Geral; e de órgãos de execução e operacionais, ocupados por profissionais contratados no mercado de trabalho.

As funções específicas de cada área são definidas no Estatuto Social, ou no Regimento Interno, discutidos e aprovados pelos cooperados.

Os poderes em uma Cooperativa, pelo ordem de sua hierarquia, são os seguintes:

a) A Assembléia Geral é o órgão supremo da sociedade e com maiores poderes dentro dela, na qual são discutidas, votadas e aprovadas todas as decisões de interesse da sociedade. As decisões da Assembléia Geral atingem a todos os cooperados, inclusive os ausentes e os discordantes. As Assembléias Gerais são convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, ou de 20 (vinte) dias quando na oportunidade haverá eleição para os membros da Diretoria, em primeira convocação; não havendo “quorum” de instalação, poderão ser realizadas em segunda ou terceira convocação, desde que assim permita o Estatuto e conste no respectivo edital de convocação, quando então será observado o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação. No edital de convocação, deverá ser mencionado o número de associados, com direito a voto, para verificar o “quorum” de instalação.

As Assembléias Gerais podem ser convocadas pelo Presidente da Cooperativa; pelo Conselho Fiscal; por um quinto, no mínimo, dos associados em pleno gozo dos seus

---

direitos. Para instalação de uma Assembléia Geral, deverá ser observado em primeira convocação: dois terços dos associados; em segunda convocação: metade mais um e em terceira convocação: mínimo de dez associados.

As Assembléias Ordinárias são convocadas, obrigatoriamente, uma vez por ano, nos primeiros três meses após o término do Exercício Social para deliberar sobre prestação de contas, relatórios, planos de atividades, destinação de sobras, fixação de honorários, cédula de presença, eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal e quaisquer assuntos, desde que mencionados no edital de convocação.

As Assembléias Gerais Extraordinárias são convocadas sempre que houver necessidade, sendo necessários os votos de dois terços dos cooperados presentes, para tornar válidas as deliberações, quando os assuntos tratados forem: reforma do estatuto; fusão; incorporação ou desmembramento; mudança de objeto da sociedade; dissolução voluntária da sociedade e nomeação dos liquidantes. (Parágrafo único do Art. 46 da Lei n. 5.764/71).

b) A composição do Conselho de Administração e/ou Diretoria é livre, a critério de cada cooperativa e de acordo com o Estatuto Social. Terá a função de programar os planos de trabalho e os serviços da cooperativa, coordenar as Assembléias Gerais, representar a cooperativa e controlar seus resultados; sendo que o mandato será de no máximo, quatro anos com renovação obrigatória de um terço de seus membros.

c) O Conselho Fiscal é composto por seis elementos, três efetivos e três suplentes conforme o Art. 56 da Lei n. 5.764/71. Tem a função de fiscalizar os atos administrativos, reunindo-se todo mês ordinariamente e, em caráter extraordinário, sempre que necessário. São algumas de suas atribuições: conferir o saldo de numerário em caixa; verificar extratos de contas bancárias; verificar as operações realizadas e se os serviços correspondem em



volume, qualidade e valor; verificar se os créditos são recebidos regularmente e os compromissos atendidos com pontualidade; e conferir se os estoques, materiais e equipamentos estão corretos. Terá mandato de um ano, sendo obrigatória a renovação de dois terços de seus membros.

A Lei 5.764/71 em seu Art. 51 determina:

São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

Determina também o Art. 56, § 1º da mesma Lei:

Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no art. 51, os parentes dos diretores até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

d) As Cooperativas devem organizar o seu quadro social de forma a facilitar e desenvolver a autogestão. A autogestão é um princípio administrativo adotado pelas cooperativas em todo o mundo. É através dela que os sócios participam efetivamente da administração das cooperativas e obtêm seu pleno controle. Podem ser criados diversos comitês, conselhos específicos e gerências, por assunto, ou por áreas específicas, sempre com intuito de se antecipar aos problemas, apontando para soluções democráticas. Os comitês podem ser eleitos ou indicados pelo Conselho de Administração.

Os Conselhos podem ter estruturas mais permanentes, devendo seus membros ser eleitos. Têm o intuito de orientar as decisões do Conselho de Administração e, até mesmo, a Assembléia Geral.



As gerências técnicas são estruturas profissionais formadas por sócios com conhecimento sobre determinado assunto, ou, até mesmo, por profissionais contratados. As gerências aplicam as decisões do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais dentro das técnicas profissionais.

## 2.9 DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS DE UMA COOPERATIVA

O bom funcionamento da cooperativa está diretamente ligado à participação efetiva de seu quadro social. Todos os cooperados tem direito a participar das Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos nela tratados; levar ao Conselho de Administração e/ou Diretoria às Assembléias Gerais propostas de interesse aos cooperantes; votar e ser votado para membro do Conselho de Administração e/ou Diretoria ou do Conselho Fiscal; utilizar os serviços prestados pela cooperativa; ser informado e solicitar informações sobre as atividades da cooperativa, inclusive com acesso às demonstrações contábeis; receber retorno das sobras e demais vantagens oferecidas pela cooperativa; convocar Assembléias, caso seja necessário, dentro do estabelecido na Lei; pedir esclarecimentos ao Conselho de Administração, recebendo, a tempo e a hora, toda e qualquer informação.

Além dos direitos, os cooperados também possuem deveres, sendo imprescindível que conheçam e cumpram o que está previsto no estatuto da cooperativa. Entre os deveres, destaca-se: participar das Assembléias; operar com a cooperativa; aumentar seu capital na cooperativa; aceitar decisão da maioria; votar nas eleições da cooperativa; cumprir seus compromissos com a cooperativa; denunciar falhas; não comentar falhas da cooperativa fora dela; manter-se informado a respeito da cooperativa; acompanhar os eventos de

educação cooperativista e conhecer o Estatuto da Cooperativa, bem como o cooperativismo, seus princípios e valores.

É indispensável que todo o quadro associativo tenha comprometimento com seus deveres e em decorrência usufrua de seus direitos, pois esta prática contribuirá para a viabilização do Sistema Cooperativo.



### 3 CAPÍTULO – COOPERATIVAS DE TRABALHO

#### 3.1 DEFINIÇÃO, CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS DE UMA COOPERATIVA DE TRABALHO

Os ramos do Cooperativismo são treze, já mencionados anteriormente. Apenas serão mencionadas as cooperativas de trabalho, sendo que os demais ramos não serão objeto de destaque.

As Cooperativas de Trabalho foram assim definidas no Decreto n. 22.239<sup>18</sup>, de 19 de dezembro de 1932:

São cooperativas de trabalho aquelas que constituídas entre operários de uma determinada profissão ou ofício, ou de ofícios vários de uma mesma classe, tem como finalidade primordial melhorar os salários e as condições de trabalho pessoal de seus associados e, dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, se propõe a contratar e executar obras, tarefas, trabalhos ou serviços públicos ou particulares, coletivamente por todos (os cooperados) ou por grupos de alguns.

É da essência da cooperativa de trabalho que os serviços sejam prestados a terceiros, e não reciprocamente entre seus associados, motivo por que o art. 27 do Estatuto da OCB se refere ao ramo do trabalho como sendo “composto pelas cooperativas de trabalhadores de todas as categorias profissionais, para prestar serviços a terceiros”.

De acordo com Semisa (1980, p. 15), as cooperativas de trabalho podem ser definidas como:

---

<sup>18</sup> Este Decreto se estendeu de 1932 à 1966, sendo diversas vezes revogado e revigorado, mas nunca sofreu alterações, quanto ao artigo 24, que disciplinou as cooperativas de trabalho. Em 1966, o decreto getulista foi definitivamente revogado, sobrevivendo o Decreto-Lei nº 59 de 21 de novembro de 1966. Sucedeu a legislação de 1966, a Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, ainda em vigor.

*Una cooperativa de trabajo es una asociación de personas que se reúnen para trabajar en común, con el esfuerzo mancomunado de todos, con el fin de mejorar su situación social y económica, dejando de ser asalariadas para transformarse en dueñas de su propio destino, poniendo el capital y el trabajo al servicio del hombre, revirtiendo la modalidad de otros tipos de empresas.*

Segundo informativo da OCB (2000), no período de 1996 estavam registradas cerca de 699 cooperativas de trabalho, e, atualmente, o número é de 2.024 cooperativas, o que representa um crescimento de mais de 120% do segmento. O aumento considerável das cooperativas de trabalho nos últimos tempos, principalmente no meio urbano, se justifica devido às mudanças ocorridas no mercado de trabalho que tem levado à demissão muitos trabalhadores. São 311.856 associados em cooperativas de trabalho em todo o Brasil, mostrando-se uma alternativa viável contra o desemprego que atinge níveis estarrecedores, chegando, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 12,8% da população economicamente ativa. São 2,7 milhões de pessoas sem trabalho nas seis principais regiões metropolitanas do País (COSTA, 2004, p. 18).

A vice-presidente da OCESC, Sueli Gonzaga Martins (2004, p. 130) revela que o ramo das cooperativas de trabalho é que mais cresce no País, sendo que em “Santa Catarina 46 estão registradas na Organização atuando nos segmentos da construção civil, educação, seguros, informática, mecânica, engenharia e arquitetura, transporte, coleta de material reciclável e serviços gerais”. Esclarece que uma das principais preocupações do ramo são as dificuldades encontradas no campo jurídico:

[...] há uma grande falta de informação, por parte de órgãos como o Ministério Público, sobre o que é uma cooperativa de trabalho. Associam-se cooperativas de trabalho com fraudes, mas é bom lembrar que existe o cooperativismo e o não cooperativismo. Estamos vivendo um momento de luta para defender esse conceito.



Diante da atual crise de desemprego que assola o Brasil nas últimas décadas, as cooperativas de trabalho ressurgem como uma alternativa de organização da atividade produtiva, assegurando-se trabalho e garantindo-se o sustento dos obreiros participantes e de suas famílias.

Para Xavier<sup>19</sup> (2002, p. 79):

[...] Novas formas de organização do trabalho surgem como alternativa para solucionar a grave crise em que vivemos. Esta é a realidade das cooperativas de trabalho, as quais constituem uma forma lícita de organização do trabalho, mediante a união de trabalhadores que em conjunto executam atividade produtiva sem o objetivo de lucro, mas que visam a assegurar e garantir o sustento próprio e de suas famílias.

Podemos considerar que as cooperativas estão incluídas no chamado terceiro setor, pois “são organizações do terceiro setor aquelas que são privadas, não-governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas, de associação voluntária.” (ACOTTO e MANZUR, 2000 apud MONTAÑO, 2002).

O terceiro setor,

opera na esfera produtiva, ao criar inúmeros postos de trabalho e produtos; na esfera reprodutiva, ao manter a sobrevivência ou ampliar a qualidade de vida de amplos contingentes populacionais, e na esfera cultural, ao consolidar valores e capacidades (GOHN, 1999 apud SILVA, 2002, p. 121).

Sendo assim, as cooperativas de trabalho, compõem este setor quando cria alternativas à grupos que estão excluídos do mercado de trabalho, podendo-se projetá-las como uma das estratégias de enfrentamento da pobreza, quando busca através da abertura de novas frentes de trabalho a expansão e a transformação da cidadania (SILVA, 2002).

---

<sup>19</sup> Juíza do Trabalho Substituta do TRT da 12ª Região



Com muita propriedade Silva (2002, p. 132) comenta sobre economia solidária que para Paul Singer (2004) é uma forma de estudo e aprimoramento do cooperativismo:

As iniciativas de economia solidária e as organizações que delas surgem podem somar-se a outros processos de fortalecimento da sociedade civil e democratização da relação Estado-sociedade, principalmente dada a sua origem em grupos sob processos de exclusão sociocultural (mulheres, desempregados, doentes, etc.). A economia solidária pode permitir ao mesmo tempo a ampliação da possibilidade de acesso ao consumo, do aporte de renda e da multiplicidade de ofertas (na escolha do que produzir ou consumir). Estas possibilidades incidem simultaneamente sobre os processos de exclusão do trabalho e do acesso ao consumo de bens e serviços em particular, à medida que a economia solidária passar também a vincular-se a empreendimentos autogestionários de solidariedade social.”

Na matéria “Quem são as Cooperativas de Trabalho?” divulgada na Gestão Cooperativa, a Revista do Cooperativismo Brasileiro (2003), no Seminário de Cooperativas de Trabalho, promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST em outubro de 2003 na Capital Federal a polêmica com relação às cooperativas de trabalho foi amplamente discutida, sendo quase unânime a opinião de que o ramo necessita de leis específicas para regê-lo. A Organização Internacional do Trabalho – OIT editou em 2002, a Recomendação 193, sugerindo a legislação específica para as cooperativas de trabalho, visando proteger os direitos dos trabalhadores cooperados.

A este respeito, destacamos algumas opiniões de participantes deste Seminário divulgadas na mesma revista:

Professor José Pastore (2003, p. 25), da USP:

O novo mundo do trabalho está sendo marcado por continuidade de emprego, mudanças e outras formas de trabalhar, que estão exigindo novas proteções que demandem adaptações, que precisam ser renovadas e até inventadas.

Para o Procurador do Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro, Cássio Casagrande (2003, p. 25), o Direito Trabalhista Brasileiro não é obsoleto e nem sofre de carência normativa: “Não precisamos de lei alguma, porque basta aplicar as leis que temos [...] não vejo como pode uma cooperativa de trabalho vir a se tornar uma nova modalidade de contrato de trabalho protegido.”

Para o Professor Paul Singer (2003, p. 25-26), Secretário Nacional de Economia Solidária<sup>20</sup> a Lei 5.764/71 foi pensada para cooperativas agrícolas, numa época em que quase não havia as cooperativas de trabalho e, por isso, é preciso criar respaldo legal para os trabalhadores terem boas condições de vida e trabalho. Enfatiza dizendo:

não temos legislação para cooperativas de trabalho. [...] Perdemos o controle sobre as condições de trabalho em nosso país. É preciso retomá-las. Isso interessa vitalmente à Justiça do Trabalho, isso interessa aos sindicatos, isso interessa, sobretudo, às autênticas cooperativas de trabalho.

A Presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Trabalho – COOTRABALHO, Rozani Holler (2003, p. 24), defende que:

O sistema cooperativista não reconhece a terminologia “cooperativas de mão-de-obra”. Esta terminologia está sendo usada de forma pejorativa e, também não concordamos com a denominação de falsas cooperativas. Isso não existe; não existem falsas empresas, falsas indústrias; existem, sim, dirigentes corruptos, falsos, que devem sofrer intervenção.

Vale ressaltar que as cooperativas de trabalho sofrem pressões dos sindicatos que vêem as cooperativas de trabalho como desestabilizadoras destes, na medida em que os trabalhadores não pertencem ao setor formal de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e sendo assim, não contribuem para os sindicatos, como também do



Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho que estabelecem uma posição conservadora em relação à verificação da falsidade ou legalidade de uma cooperativa de trabalho.

Na mesma Revista do Cooperativismo Brasileiro, (2003, p. 24)) consta que mesmo sob acusações de serem meras intermediadoras de mão-de-obra, as cooperativas de trabalho vêm surgindo e se tornando, cada dia mais, a última esperança de milhares de brasileiros de se inserirem no mercado de trabalho.

Diante disso, podemos concluir que o Brasil precisa urgentemente de uma Lei específica para cooperativas de trabalho e cabe às Organizações de cada Estado uma fiscalização mais rigorosa no sentido de excluir do sistema as cooperativas fraudulentas e certificar as que são idôneas.

Dentro desse novo cenário colocado pela globalização, as relações de trabalho estão mudando e as cooperativas entram no contexto, como alternativa para geração de trabalho e renda.

Sobre este assunto, afirma Márcio Lopes de Freitas (2004), Presidente da OCB que:

No ano de 2003, o número de associados de cooperativas aumentou em 500 mil pessoas e foram gerados cerca de 10 mil empregos diretos a mais do que em 2002, isto significa que o Cooperativismo se consolida como alternativa de emprego e renda na sociedade. [...] A realidade deste cenário é que as cooperativas são a ferramenta para atender as necessidades de cidadãos que procuram colocação profissional no mercado, gerando emprego e renda para a população, além de movimentar a economia do país.

As cooperativas de trabalho tem como características: a igualdade ou a similaridade das profissões dos trabalhadores que a integram; buscam melhores condições de trabalho e

---

<sup>20</sup> Economia Solidária são formas de organização da produção, do consumo e do crédito feitas de forma democrática, ou seja, as unidades são possuídas e geridas por seus trabalhadores, caracterizando-se pela



melhores remunerações para seus associados e caracterizam-se também por eliminar o intermediário entre o capital e o trabalho, ou seja, a figura do empregador, e a alienação do trabalhador, provocada pela divisão social do trabalho. Permitem a autodeterminação do indivíduo, na medida em que este torna-se dono de sua própria força de trabalho.

É a Cooperativa que faz a conexão entre o trabalhador e o mercado sem procurar lucro. A atividade cooperativada aproxima a fonte de trabalho ao executor do trabalho, ou seja, o tomador, do profissional autônomo cooperado. Ela organiza e orienta o trabalho dos cooperados, negociando os contratos de fornecimento de serviços, gerindo a obtenção de resultados dos seus associados no atendimento das demandas e necessidades do tomador.

Sendo a Cooperativa pessoa jurídica, organiza e orienta o trabalho dos seus associados, negocia melhor os contratos de fornecimento de serviços, congregando os trabalhadores, ordenando as categorias profissionais e orientando-os no sentido de atender as demandas de mercado. É o elo de ligação e interlocução entre o tomador de serviços e o trabalhador cooperado que vai executá-lo.

As Cooperativas de Trabalho são os meios, com grande potencial e possibilidades para gerar uma mudança social muito importante e extremamente útil. Na medida em que atuar como intermediadora de negócios, pode encontrar trabalho para os excluídos, valorizando as atividades profissionais e emancipando os trabalhadores (PEREIRA, et al., 2001).

Ao eliminar o intermediário entre o capital e o trabalho, atingem, entre outros, os seguintes objetivos:

- a) Melhoria de renda de seus associados devolvendo o excedente gerado pelo trabalho coletivo aos associados, na proporção da quantidade ou qualidade do trabalho prestado;
- b) melhoria das condições de trabalho na medida em que as Cooperativas de Trabalho transformam empregados em empresários, estes determinam, em comum e de forma democrática, as regras de atuação. Os direitos sociais passam a ser estatutários, visando resguardar, sempre, a predominância do trabalho sobre o capital;
- c) melhoria da promoção dos trabalhadores que, ao adquirirem o status de empresários, os associados tornam-se autogestionários de suas próprias atividades.

As Cooperativas de Trabalho representam importante forma de geração de emprego produtivo, treinamento e proteção ao trabalhador, sem qualquer caráter paternalista ou assistencialista. Representam uma oportunidade de trabalho e a opção pela dignidade de tantos trabalhadores que atualmente estão desempregados, sem a oportunidade de buscarem no trabalho o sustento próprio e de sua família, dando à sociedade a contundente afirmação da primazia do trabalho sobre o capital, do homem sobre a máquina, e da realização pessoal e coletiva sobre o individualismo (SILVA, et al., 2004).

É na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (2000) e nas leis previdenciárias n.º 9.876 de 26 de novembro de 1999 e 10.666 de 8 de maio de 2003 que vamos encontrar algumas indicações de regulamentação e caracterização das cooperativas de trabalho. Na CLT (2000), quando precisa o funcionamento das cooperativas onde os seus associados são considerados trabalhadores autônomos e não assalariados. Art. 442, parágrafo único: “Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela”.



E na Previdência, seguindo o mesmo caminho, quando classifica os associados da cooperativa de trabalho como autônomos.

Foi apenas com a criação do Art. 442 da CLT (2000) que se permitiu que trabalhadores que viviam na clandestinidade da economia informal fossem reconhecidos socialmente através do amparo previdenciário, ao se organizarem em cooperativas.

Com essa possibilidade de trabalho, Queiroz (1998, p. 21) manifesta-se dizendo: “[...] proliferam as cooperativas no Brasil, sendo hoje mais de 3.000 em todo o país, dando chance a mais de 1.000.000 trabalhadores buscarem o seu sustento e melhorias sociais”.

Para Rech (2000, p. 49), estas leis, acima mencionadas, deixam claro o entendimento de que os associados a uma cooperativa de trabalho são trabalhadores autônomos e não subordinados ao contrato com o tomador do serviço. É isso, como principal característica, que dá qualidade a estas cooperativas.

Pelo lado positivo, com o surgimento destas cooperativas foram criados novos postos de trabalho, tirando trabalhadores da marginalidade do mercado informal, mas cabe mencionar, apesar de não ser objeto deste estudo, de que aproveitando-se da oportunidade, também surgiram associações que sob a máscara do cooperativismo desvirtuam seus ideais, denegrindo o sistema cooperativista.

As cooperativas lícitas se caracterizam por serem construídas pela livre escolha de trabalhadores, conscientes, sem ação de intermediários, com objetivos econômicos e sociais e respeito as individualidades.

### 3.2 COOPERATIVA DE TRABALHO E TRABALHO SUBORDINADO

No capitalismo, o homem vale pelo que tem, pelo que possui. O homem que tem, que possui, comanda as ações, determina as regras, define os objetivos e investe a riqueza em sua própria riqueza. É o capital gerando mais capital. O transformador desta riqueza, o trabalhador, não participa desta riqueza por ele gerada. Participa da transformação, mas não do lucro. É pago de acordo com um contrato celebrado entre o capital e o trabalho. É o capital comandando as ações do homem que, para sobreviver, vê-se obrigado a negociar a reciprocidade, às vezes, desleal e injusta, de seu trabalho com um valor equivalente de remuneração de salário. É a força do capital explorando a força do trabalho.

O cooperativismo prega uma sociedade mais justa, mais humana, sendo seu princípio fundamental a igualdade de direitos. O homem vale pelo que é. Vale pelo que produz. O equilíbrio se concentra na produção: quem mais produz, mais ganha. O trabalhador não é remunerado pelo que tem ou pelo que representa na sociedade. Seus direitos e obrigações, na sociedade, são igualitários (BENATO, 1996).

As cooperativas de trabalho vem se constituindo como um valioso instrumento de organização e produção autônoma dos trabalhadores, se consolidando principalmente nos momentos de crise econômica em que as possibilidades de emprego estão cada vez mais escassas.

Para o Brasil, um país em crise social, que busca alternativas de construção econômica, o cooperativismo de trabalho poderia ser agora importante instrumento de ação dos trabalhadores sem emprego, organizados autonomamente, em busca de melhor sobrevivência.



Podemos citar dois grandes exemplos altamente significativos para o desenvolvimento econômico e social de seus países:

- Cooperativa Mondragón, no País Basco, na Espanha. Começou como uma pequena cooperativa de cinco membros, que produzia fogões a óleo e aquecedores de parafina, e hoje é um grupo industrial líder no País Basco, classificado na Espanha, no 11º lugar. O patrimônio total é superior a 11,3 bilhões de dólares e reúne hoje 30.634 trabalhadores membros.<sup>21</sup>
- Kibbutz Collective Villages, de Israel. Maior movimento comunitário do mundo, com uma população, em 1996 de mais de 125.000 pessoas em 270 aldeias kibbutz, dirigidas como unidades autônomas com base nos princípios da propriedade em comum e de tomadas de decisões democráticas. A indústria representou em 1997 70% da produção total do kibbutz, em 403 empresas que empregavam 24.600 pessoas. As vendas anuais dos produtos industriais dos kibbutz são superiores a 3 bilhões de dólares.<sup>22</sup>

No Brasil, com o atual modelo de desenvolvimento, calcado na tendência da hegemonização do capital concentrado, tende a produzir, cada vez mais, grandes massas de excluídos.

Sabemos que, através da história, os trabalhadores pouco conseguiram em termos de justiça e igualdade para as classes mais empobrecidas. Os movimentos dos trabalhadores, na maioria das vezes, serve como justificativa e pretexto para a elite se articular e se reestruturar

<sup>21</sup> Cooperativa Mondragón S.A . Disponível em <http://www.mondragón.mcc.es>. Acesso em: 02 maio 2004.

<sup>22</sup> Cooperation in Israel, Ministério do Trabalho e de Assuntos Sociais de Israel. Registro das Sociedades Cooperativas, março de 1997.

no poder, ou pela força ou pela manipulação através de meios de comunicação, programas emergenciais, promessas políticas e assim por diante.

A grande saída poderia ser através da organização autônoma dos trabalhadores com o apoio dos sindicatos. Mas o que se pode observar é que os sindicatos pouco representam em termos de grandes avanços na autonomização de trabalhadores e na consolidação do seu poder.

Como bem salienta Rech (2000, p. 46) sobre o papel dos sindicatos no Brasil:

Muitos deles (os sindicatos) representam, quando muito, apenas a perpetuação de velhos vícios do peleguismo clássico (mediação dos interesses dos trabalhadores com o Estado, manejo do assistencialismo, etc), a mera perpetuação da insistência no trabalho subordinado (daí advém a contribuição sindical que os sustentam), atrelados ao contrato unilateral do trabalho (os empregadores é que decidem, os trabalhadores se submetem), e alguns direitos banguelas de assistência à saúde, previdência e aposentadoria.

O fato de que os cooperados não são contribuintes sindicais faz com que os sindicatos vejam nas cooperativas de trabalho um fator de enfraquecimento político e sendo assim, um movimento contrário aos seus interesses. Sob o ponto de vista político, é compreensível o distanciamento dos sindicatos com as cooperativas de trabalho, mas não justificável, se pensarmos que ambos devem ter objetivos comuns, que é o de buscar soluções para os problemas sociais enfrentados pelos trabalhadores.

No momento atual, em que as oportunidades de emprego vão se esgotando, o cooperativismo de trabalho surge como proposta de trabalho sem emprego, isto é, sem se submeter ao Estado, muito menos ao capital, não significando porém que a filosofia do cooperativismo seja de trabalho não organizado.



As Cooperativas de trabalho vem ao encontro do que estabelece a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 193 onde preceitua que: “a ordem social tem como base o primado do **trabalho** e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.” (grifo nosso), não deixando dúvidas que quando usa o vocábulo trabalho e não emprego, se deseja falar de valores sociais, livre iniciativa, justiça social, etc.

As cooperativas de trabalho estão oferecendo à sociedade novas possibilidades de gerar riquezas, se apresentando como alternativa extremamente interessante e atual, uma vez que levam a seus participantes o conceito de trabalho sem emprego, apesar de que a sociedade tenha dificuldade em aceitar, de imediato, um sistema em que não há a figura tutelar e protetora do Estado. No entanto, apesar das garantias dos direitos ao trabalhador pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, 57% dos trabalhadores estão na informalidade. É compreensível, no entanto, uma vez que há mais de 50 anos os brasileiros vivem sob a tutela da CLT, que a sociedade não aceite uma condição de trabalho diferente daquela até então conhecida. Mas é importante salientar que mesmo com seus quase mil artigos e sua proteção, a CLT não consegue atenuar o problema do desemprego. As leis por si só não foram feitas para criar empregos, daí a necessidade de se pensar em outras alternativas, sendo uma delas, as Cooperativas de Trabalho que não privilegiam o capital nem o Estado. Privilegiam, sim, o indivíduo (PASTORE, 1998).

Assim declara a Diretora do ramo trabalho da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo – OCESP Maria Lúcia Barros Arruda na Revista MUNDOCOOP (2004, p. 21):

Queremos mais reconhecimento dos órgãos públicos e da própria sociedade. De um lado, o futuro é promissor, pois não existe espaço para emprego nos moldes CLT. Mas, por outro lado, dependemos da regulamentação mais clara a respeito das cooperativas de trabalho.

Representam, tais cooperativas para todos os homens que trabalham uma possibilidade de realização como cidadãos que aspiram a dignidade do ser humano.

O cooperativismo não deixa de ser um dos instrumentos da justiça social que tanto preocupa os brasileiros pelas suas iniquidades.

A vantagem dos trabalhadores associados em Cooperativas é o estímulo pela produção, que caracteriza maior remuneração pelos serviços por eles executados, pois no rendimento do trabalho prestado pelo associado não há redução do valor em proveito de alguém alheio à sociedade, ninguém se beneficia, além dele próprio.

Embora os números de postos de trabalho criados por este ramo do cooperativismo sejam pequenos se comparados com outras formas de emprego, há de se considerar o que preconiza Pereira (2001, p. 75-76):

[...] que o potencial das cooperativas de trabalhadores para a criação de empregos e o fortalecimento econômico tem sido subestimado, merecendo maior atenção dentro de um quadro geral de incentivos e de programas de assistência técnica e financeira direcionados a evitar os problemas típicos de cooperativas e a promover seu fortalecimento. [...] o cooperativismo está mudando em consequência das transformações do mundo atual, abrindo novas oportunidades e desafios de desenvolvimento que, por sua vez, requerem revisão do papel do Estado e de outras instituições promotoras do cooperativismo.

A forte tendência das cooperativas de trabalho se consolidarem no Brasil, diante do número estrutural de desemprego, demonstram a necessidade de ser dado tratamento especial de reconhecimento como sociedade legítima, dentro do que preconiza a lei do cooperativismo, para a solução daquele que é possivelmente o maior dos problemas hoje em nosso país, o da exclusão social acarretada pela falta de empregos.



### 3.3 COOPERATIVAS DE TRABALHO E SUAS FORMAS DE PROTEÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, ONU, (1948), preconiza em seu Art. 25 que:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe a saúde e o bem-estar próprio e da família especialmente no tocante à alimentação, ao vestuário, à habitação, à assistência médica e aos serviços sociais necessários; Ter direito à segurança no caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou qualquer outro caso de perda de meios de subsistência, por força de circunstâncias independentes de sua vontade.

Desta forma, a proteção aos necessitados e dos que se encontram em desgraça passam a ser obrigações do Estado, sob a denominação de direitos sociais do cidadão.

Inspirada em Norberto Bobbio, Martins (1988, p. 18) nos ensina que:

os direitos sociais expressam as exigências da sociedade industrial – direito ao trabalho, à assistência, ao estudo, à saúde, enfim, direitos que, também pertinentes ao Estado, garantam aos cidadãos uma situação de certeza.

No Brasil atual, os Direitos Sociais são divididos em dois grandes grupos, sendo que o primeiro grupo está discriminado no Art. 6º da Constituição Federal de 1988: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

O segundo grupo refere-se aos Direitos Sociais decorrentes do trabalho e que estão fixados no Art. 7º da mesma Constituição, devidos e garantidos pelo Estado.

Cabe realçar o fato de que os Direitos Sociais elencados no Art. 7º refere-se a categoria dos trabalhadores que são todos aqueles que possuem atividade produtiva, seja como empregado ou autônomo.

Devemos pois, questionar como ficam os Direitos Sociais constantes no Art. 6º, acima mencionados, para os que estão desempregados? Como nos ensina Bobbio (1988, p. 24) “O problema fundamental em relação aos direitos do homem hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político”.

É indiscutível que o trabalho remunerado é um direito de todo o cidadão e um dever do Estado, previsto na própria Constituição Federal.

Com esta constatação, todo cidadão, estando desempregado, poderia, com base no texto constitucional, exigir do Estado o cumprimento de sua parte, porque o cidadão pode até sobreviver, mesmo de forma precária, sem educação, sem segurança, sem lazer, mas não poderá sobreviver sem o alimento que advém do produto de seu trabalho.

Para os cooperados em uma Cooperativa de Trabalho há a proteção dos direitos previdenciários<sup>23</sup>, fazendo jus à aposentadoria e demais benefícios.

Para tanto, os cooperados devem se registrar como contribuintes individuais nos órgãos da Previdência Social, obedecendo o disposto na Lei n. 9.876, de 26 de novembro de 1999 que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual.

A partir da Lei 9.876/99, os chamados trabalhadores autônomos ficaram condicionados a uma única categoria e passaram a ser chamados de contribuintes individuais.

Prevê a Constituição Federal de 1988, no seu Art. 201:



A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; II – proteção à maternidade, especialmente à gestante; III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda e V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, obedecido o disposto no § 5º e no Art. 202.

O Art. 202 assegura aposentadoria, na forma da lei, aos que participarem dos planos previdenciários, como empregados, avulsos ou autônomos, incluindo-se nesta categoria os cooperados ou sócios de cooperativas de trabalho.

O Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n. 3.048/99, define que são segurados obrigatórios da Previdência Social o empregado, o doméstico, o empresário, o trabalhador autônomo, o trabalhador avulso, os segurados especiais, entre eles, o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e seus assemelhados, bem como seus cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 16 anos de idade e que trabalhem em grupo familiar, etc.

O § 15, inciso IV, do Art. 9 do Decreto acima mencionado determinou que são trabalhadores autônomos, entre outros: “o trabalhador associado a cooperativa que, nessa qualidade, presta serviços a terceiros.”

O Parágrafo Único do Art. 12 do Regulamento Geral declara o que é considerado empresa, nos seguintes termos:

I – o trabalhador autônomo ou a este equiparado, em relação a segurado que lhe presta serviço; II – a cooperativa, a associação ou a entidade de qualquer natureza ou finalidade, inclusive a missão diplomática e a representação consular de carreiras estrangeiras.

<sup>23</sup> Direitos Previdenciários são os direitos sociais garantidos pelo Estado em retribuição a contribuições

Vê-se assim, que para a Previdência Social a cooperativa é considerada empresa, assim como o trabalhador a ela associado são segurados obrigatórios e, portanto devem a ela contribuir para dela poderem usufruir das prestações e benefícios constantes de seus planos.

Além de contribuintes obrigatórios da Previdência Social, os cooperados podem ser protegidos por mecanismos criados<sup>24</sup> e financiados pelas próprias cooperativas, tais como o Fundo de Descanso Anual; Fundo de Poupança Compulsória; Fundo Complementar de Assistência à Saúde, e outros (PASTORE, 2001).

Na prática, a grande maioria da cooperativas de trabalho vem adotando esta sistemática de fundos específicos, cujos recursos se originam da receita gerada dos contratos de prestação de serviço que estabelecem com as empresas.

### 3.4 ORIGEM DA COOPERATIVA DE TRABALHO E INFORMÁTICA – COOSERVI

A Cooperativa de Trabalho e Informática - COOSERVI foi constituída em 14 de março de 1992 por um grupo de trinta e oito profissionais empreendedores com base no ideal cooperativista, no qual após serem demitidos de uma empresa, reuniram-se e motivados pela idéia, decidiram aceitar o desafio e assumir o risco de serem donos do seu próprio negócio.

Mediante este ideal, este grupo se empenhou para a devida legalização desta cooperativa, enquadrando-se nos termos da Lei 5.764/71 registrando-se na OCESC, sob o n.º 301, atuando no mercado de trabalho, seguindo os princípios cooperativistas.

---

compulsórias, definidas nos incisos do Art. 201 da Constituição Federal de 1988.

<sup>24</sup> A criação destes mecanismos de proteção é de competência da Assembléia Geral Extraordinária, que após aprovação dos sócios, será parte integrante do Estatuto Social da Cooperativa.



A COOSERVI objetiva ser uma cooperativa prestadora de serviços na área de informática e tem por objetivos apresentar soluções e parcerias tecnológicas inteligentes possibilitando as empresas concentrarem seus esforços e recursos nas atividades principais, evitando a dispersão de seus objetivos. Como empresa 100% nacional, acredita que para adequar-se e enfrentar as mudanças no contexto atual é fundamental ter clareza em seus objetivos estratégicos. Neste sentido, se faz necessária a busca de parcerias e a correta aplicação dos princípios cooperativistas como filosofia para poder proporcionar qualidade nos serviços prestados.

Iniciou suas atividades prestando serviços de digitação, conferência e microfilmagem no atendimento à clientes. Com a crescente evolução da tecnologia e a necessidade de buscar novas alternativas face às exigências do mercado, expandiu-se para as áreas de consultoria e desenvolvimento de aplicativos Cliente/Servidor, consultoria e desenvolvimento de aplicativos Internet, consultoria e administração de redes, consultoria e treinamento, “outsourcing” (prestação de serviços especializados), projeto e desenvolvimento de sites, hospedagem de páginas, registros de domínios e contas de correio eletrônico.

A missão da COOSERVI é prestar serviços especializados e soluções em informática, com a finalidade de promover o crescimento profissional dos cooperados através de contratos competitivos.

Tem como visão ser referência no mercado de prestação de serviços especializados e soluções em informática com excelência, através da cooperação com qualidade de vida.

Possui como princípios básicos (valores): a cooperação, a integridade, a competitividade, a felicidade e a dignidade.

Sua sede própria, inaugurada no dia 08 de agosto de 2000, na região de São José, foi a maior conquista para seus cooperados. A estrutura foi dividida em setores: Diretoria, Pessoal, Financeiro, Jurídico, Comercial, Psicologia, Desenvolvimento de Sistemas, Suporte à Rede e Manutenção de Equipamentos, Comunicação, Materiais e Serviços Gerais e Digitação.<sup>25</sup>

Sua área de atuação é ampla, abrangendo contratos de prestação de serviços em informática com Órgãos Federais, Nacionais e Municipais na Grande Florianópolis e em vários municípios do Estado de Santa Catarina.

Como as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas, a COOSERVI possibilita o ingresso de pessoas que estão fora do mercado de trabalho e que estejam interessadas em aderir ao sistema cooperativista.

Para associar-se à COOSERVI, é necessário ter conhecimento dos princípios e filosofia sobre cooperativismo; apresentar a documentação necessária para ingresso como sócio, conforme prescreve o Art. 19, do Regimento Interno e integralizar o capital social da Cooperativa, através de cotas partes previsto no Art. 20 do mesmo Regimento Interno.

#### Do ingresso:

Qualquer profissional que tenha livre disposição de sua pessoa e bens, que preencha os requisitos exigidos no Art. 3º do Estatuto Social da COOSERVI e que concorde com as normas estatutárias e regimentais, poderá associar-se à Cooperativa. O ingresso, salvo

---

<sup>25</sup> Ver Anexo B – Organograma e Fluxograma da Cooservi



impossibilidade técnica de prestação de serviços, ocorrerá mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

- Qualificação profissional comprovada;
- Capacidade civil e idoneidade moral;
- Expressa concordância com os termos do Estatuto Social e do Regimento

Interno;

- Preenchimento e assinatura do cadastro de associação;
- Inscrição junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) na condição de autônomo;
- Expressa concordância em participar de cursos sobre cooperativismo quando oferecidos pela Cooperativa.

Da demissão:

A demissão ocorre quando o associado, de livre e espontânea vontade, requer o pedido de demissão por escrito à Cooperativa, sendo que este não poderá ser negado pela administração, desde que o cooperado esteja em dia com suas obrigações.

Da eliminação:

A eliminação ocorre quando há infração (descumprimento às leis do Estatuto Social) considerada prejudicial à sociedade. A decisão e aprovação sempre será realizada pela Diretoria. Os motivos da eliminação deverão constar no livro de matrícula, sendo assegurado ao cooperado o direito de recorrer na próxima Assembléia Geral após sua eliminação.

Da exclusão:

A exclusão ocorre em caso de morte de pessoa física, dissolução de pessoa jurídica, anulação da sociedade ou por deixar de atender a Legislação Estatutária.

Do reingresso:

A Diretoria poderá aceitar o reingresso do associado, após dois anos se o afastamento ocorrer por demissão.

São direitos do associado:

- Participar das Assembléias Gerais, nas quais os assuntos de interesse da sociedade são decididos pelo voto;
- Votar e ser votado para cargos administrativos, fiscais ou outras funções;
- Participar das atividades econômicas, sociais e educativas;
- Ser consumidor e usuário dos serviços oferecidos pela cooperativa;
- Receber retorno proporcional aos serviços prestados;
- Examinar os livros e documentos da cooperativa e solicitar esclarecimentos aos dirigentes e conselheiros fiscais;
- Convocar Assembléia Extraordinária, caso se faça necessário, conforme estabelecido no Estatuto;
- Obter antes da realização da Assembléia Geral, balanços financeiros, demonstrativos e relatórios;
- Retirar seu capital social ao sair da sociedade, de acordo com o estabelecido no Estatuto;



- Um repouso anual de 30 dias a cada ano trabalhado;
- Licença Maternidade (para as mulheres) de 120 dias;
- Demitir-se ou afastar-se da cooperativa quando lhe convier.
- Afastar-se de 01 (um) a 15 (quinze) dias, conforme atestado médico (no caso de cirurgias) sendo garantida a antecipação das sobras equivalentes a este período.

São deveres dos associados:

- Respeitar as decisões votadas nas Assembléias Gerais, que representam a vontade da maioria;
- Integralizar o capital fixado pela Assembléia Geral;
- Zelar pelo interesse comum e autonomia da sociedade;
- Colaborar no planejamento, funcionamento, avaliação e fiscalização das atividades;
- Estimular a integração da cooperativa com o movimento cooperativista;
- Debater, opinar e decidir pelo voto os objetivos e metas de interesse;
- Ser solidário em caso de prejuízos financeiros;
- Denunciar os procedimentos indevidos;
- Não ser sócio de outra Cooperativa de Trabalho e Informática e
- Assumir a condição de sócio, demonstrando fidelidade, dedicação e espírito cooperativista.

O Manual do Cooperado (cartilha distribuída aos sócios pela COOSERVI), destaca as vantagens de ser sócio da Cooperativa:

- Ser dono do negócio;
- Remuneração proporcional ao trabalho;
- Valorização do trabalho;
- Participação nas decisões;
- Eleger os Diretores, podendo também ser eleito;
- Recebimento da distribuição das Sobras, quando houver;
- Acesso ao mercado de trabalho de forma coletiva;
- Fortalecimento profissional;
- Possibilidade de renda superior de forma coletiva;
- Permanência na sociedade mesmo na crise, com segurança;
- Benefícios sociais e culturais<sup>26</sup>.

A COOSERVI possui atualmente hum mil duzentos e trinta e oito sócios, sendo que desses oitocentos e trinta são ativos (exercem atividades) e quatrocentos e oito inativos (que solicitaram afastamento por tempo indeterminado, mas que podem retornar quando assim desejarem).

A COOSERVI adota a gestão cooperativa e sua estrutura formal está desenhada em conformidade com os princípios cooperativos, buscando desenvolver um trabalho fundamentado em decisões democráticas e ações responsáveis.

O órgão deliberativo responsável pela formação e estratégias da cooperativa é a Assembléia Geral, na qual cada associado tem lugar e voto. A Assembléia Geral tem o poder de eleger e destituir os membros da diretoria e do conselho fiscal, decidindo também sobre as

---

<sup>26</sup> Benefícios: Convênio com SESC, Farmácia do SESI, Dentalprev, AEMFLO (Clínica Geral, Pediatria e Ginecologista), Unimed, Uniodonto, Servmed e Dent Cross.



alterações estatutárias. À diretoria cabe dirigir a cooperativa, segundo as atribuições estabelecidas em estatuto, sendo periodicamente fiscalizada e controlada pelo conselho fiscal e Assembléia Geral.

Na COOSERVI, a maioria dos cooperados estão reunidos em grupos que prestam serviços conforme suas necessidades, aspirações e aptidões. Em cada grupo, os próprios cooperados escolhem um líder de equipe, ao qual caberá a orientação do grupo, bem como o estímulo para o desenvolvimento das atividades e execução dos serviços.

Em cada cliente que a COOSERVI possui, a Diretoria indica um cooperado para ser Gestor de Atividades Cooperadas cuja responsabilidade é a gestão de um contrato de trabalho, tendo como atribuições a coordenação do fluxo de trabalho; a participação em reuniões com a diretoria e conselho fiscal; responder as reclamações ou reivindicações dos cooperados; solucionar eventuais problemas, sendo portanto, intermediador dos cooperados e a administração da cooperativa.

No quadro funcional, formado por departamentos e divisões ocupados por gerente administrativo/financeiro e técnicos, funcionários da cooperativa, são desenvolvidos os objetivos operacionais colocando em prática a política empresarial traçada pela Assembléia Geral, tendo como responsabilidade a concretização da vontade dos associados.

#### 4 CAPÍTULO – PERFIL DOS ASSOCIADOS DA COOSERVI

Com o objetivo de conhecer o perfil dos associados da Cooservi, foram realizadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo do tipo descritiva que para Gil (1999, p. 44) “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.” A coleta de dados foi de natureza qualitativa, usando-se como instrumental o questionário. Este é definido por Gil (1999, p. 128) como:

a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

O questionário<sup>27</sup> foi proposto por escrito aos respondentes, sendo este tipo denominado por Gil (1999, p. 128) de auto-aplicados. Foram utilizadas questões fechadas onde “apresenta-se ao respondente um conjunto de alternativas de resposta para que seja escolhida a que melhor apresenta sua situação ou ponto de vista.”(GIL, 1999, p. 129-130).

Para que fosse possível mensurar as opiniões dos entrevistados foram usadas questões abertas onde “apresentam-se as perguntas e deixa-se um espaço em branco para que a pessoa escreva sua resposta sem qualquer restrição.”(GIL, 1999, p. 131).

O questionário foi aplicado usando amostra aleatória simples<sup>28</sup> para 50 (cinquenta) cooperados, correspondendo a mais ou menos 10% (dez por cento) dos que prestam serviços pela Cooservi na Grande Florianópolis. Os 50 questionários foram distribuídos de forma

---

<sup>27</sup> Ver Anexo C

<sup>28</sup> Amostra Aleatória Simples: Os entrevistados são escolhidos aleatoriamente.



aleatória por dois Gestores de Atividades Cooperadas<sup>29</sup>, sendo que houve resposta imediata dos sócios que se mostraram receptivos e concordaram em colaborar para a efetivação desta pesquisa.

Através dos dados coletados, apresentamos os resultados através dos gráficos a seguir.

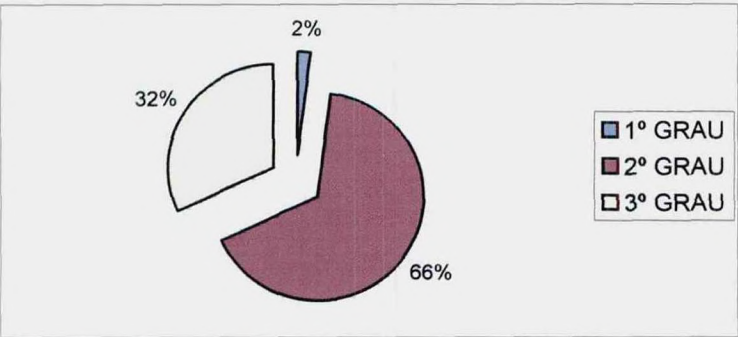


Gráfico 1 - Escolaridade dos cooperados da Cooservi  
Fonte: A autora

No gráfico de nº 1 podemos identificar que a maioria dos entrevistados, 60% possuem o nível de escolaridade de 2º grau, sendo que o percentual de 32%, bastante considerável, coube aos que possuem nível superior. Um número bastante reduzido, apenas 2% possuem somente o 1º grau. Segundo Grave (2002, p. 89), a crescente dificuldade de ingresso no mercado de trabalho se refere àqueles com baixo nível de escolaridade e sem experiência anterior.

Para Larangeira (1999), isso tem uma justificativa:

[...] diante de uma imensidão de desempregados, a empresa pode optar por candidatos que melhor lhe apraz , ainda que a escolha aconteça por meios absolutamente subjetivos, além de preferir em muitos casos, mão-de-obra com nível universitário para preenchimento de vagas, cujo trabalho, em condições normais,

<sup>29</sup> Coordenadores de serviços por contratos.

não exigiria tal grau de escolaridade (LARANJEIRA, 1999, apud GRAVE, 2002, p. 90).

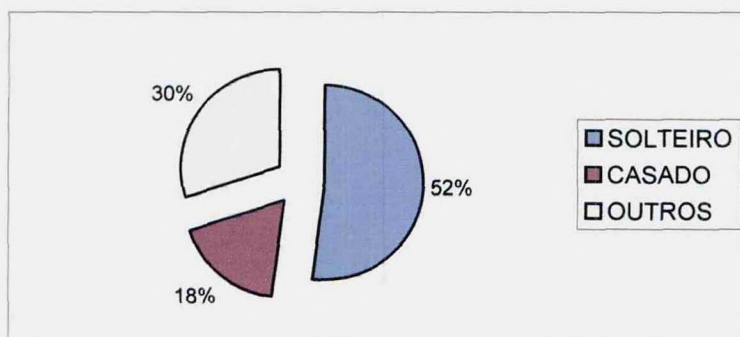


Gráfico 2 - Estado civil dos cooperados da Cooservi  
Fonte: A autora

No gráfico de n.º 2, identificamos que 52% dos cooperados são solteiros, 18% são casados e 30% estão na categoria de “outros”. Observando-se o percentual considerável de 30% para a categoria “outros” não podemos deixar de considerar que na atualidade os processos de mudança social vêm modificando as relações familiares e que “o ser humano é um ser genérico e singular [...] inserido no tempo e espaço, mas que o tempo de uns não é o mesmo de outros.” (CHANLAT, 1993, apud RIBEIRO, 1999, p. 24).

Sobre o processo de mudança nas relações familiares, Ribeiro (1999) afirma que:

O mundo familiar mostra-se extremamente diversificado e a forma como as famílias vão estruturar as suas relações, as suas práticas, as suas crenças, os seus valores, são, na verdade, buscas de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo. (RIBEIRO, 1999, p. 26)



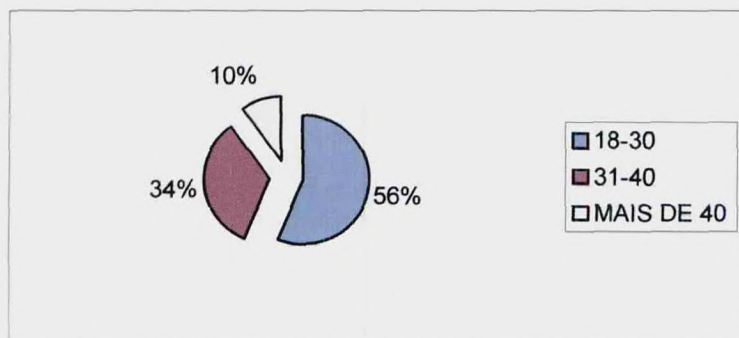


Gráfico 3 - Faixa Etária dos cooperados da Cooservi

Fonte: A autora

Para a categoria de faixa etária, identificamos no gráfico de nº 3 que 56% dos sócios entrevistados possuem idade entre 18 e 30 anos, observando-se desta forma, que muitos cooperados encontraram na Cooservi a primeira oportunidade de trabalho. Um dos critérios de ingresso nesta cooperativa é ter conhecimento técnico, por ser uma cooperativa de trabalho especializada na área de informática, bastando, portanto, conhecimento básico em informática não se exigindo que se tenha experiência de trabalho anterior. Para a faixa etária entre 31 e 40 anos, o percentual apresentado é de 34% e apenas 10% aparece para os cooperados com idade superior à 40 anos. Citamos como apenas 10%, mas consideramos de fundamental importância que pessoas, nesta faixa etária, tenham oportunidade de trabalho através da cooperativa, haja vista que em nosso país, cidadãos acima de 40 anos são excluídos do mercado de trabalho. Sobre este assunto manifesta-se Grave (2002, p. 85):

[...] sobre a classe trabalhadora recai o maior ônus decorrente do reordenamento do padrão de acumulação, uma vez que tem sofrido um processo crescente de exclusão do mundo do trabalho, especialmente dos postos de trabalho mais formais e estáveis. No entanto, alguns segmentos sofrem mais intensamente esse processo, entre eles os jovens e os trabalhadores na faixa dos quarenta anos ou mais. Enquanto os primeiros tornam-se alvos fáceis para os quadros da criminalidade, os últimos são considerados “velhos” demais para o capital, ingressando, portanto, na informalidade como alternativa de sobrevivência, ao mesmo tempo que engrossam as fileiras do exército industrial de reserva, num mundo em que a oferta de vagas no

setor produtivo é irrisória e restrita, e nos serviços também não há a possibilidade de absorção de toda essa mão-de-obra.

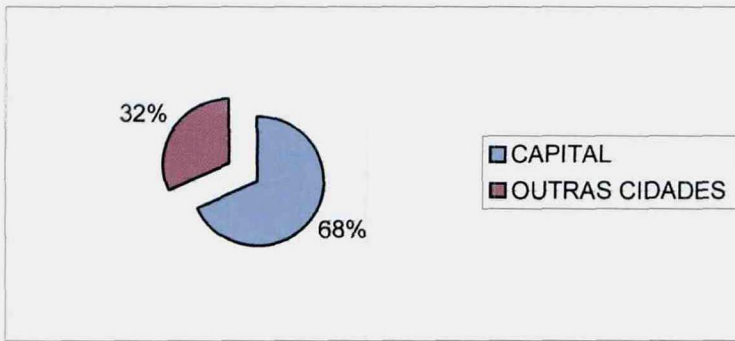


Gráfico 4 - Procedência dos cooperados da Cooservi

Fonte: A autora

Com referência à procedência dos cooperados, identificamos através do gráfico de n.º 4 que 68% dos cooperados são procedentes da capital, Florianópolis. Outros entrevistados vieram de outras cidades do estado, como: Angelina, São Joaquim, Imbituba, Tubarão, Quilombo, Concórdia, e os demais das cidades de Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Tupã/SP e União da Vitória/PR.

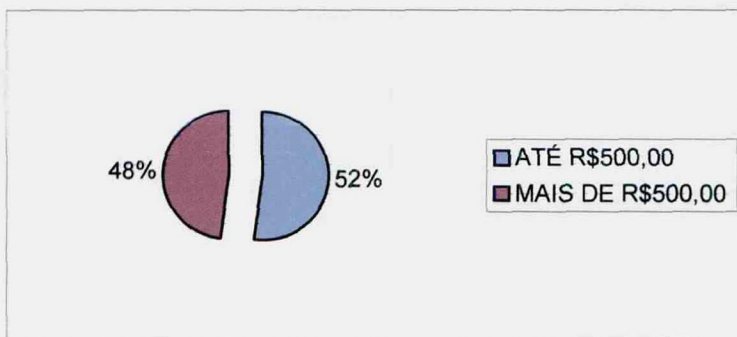


Gráfico 5 - Média de prólabore dos cooperados da Cooservi

Fonte: A autora



Através do gráfico de nº 5 podemos vislumbrar que 52% dos entrevistados tem como valor de prólabore<sup>30</sup> até R\$ 500,00 mensais, sendo que para 48% a representação da retirada mensal é de mais de R\$ 500,00. Esta diferença se dá em virtude da qualificação técnica de cada cooperado, haja vista que a Cooservi desenvolve trabalhos na área de informática de diferentes níveis técnicos, desde digitação de documentos até o desenvolvimento de sistemas que exige qualificação técnica graduada, como por exemplo, os analistas de sistemas.

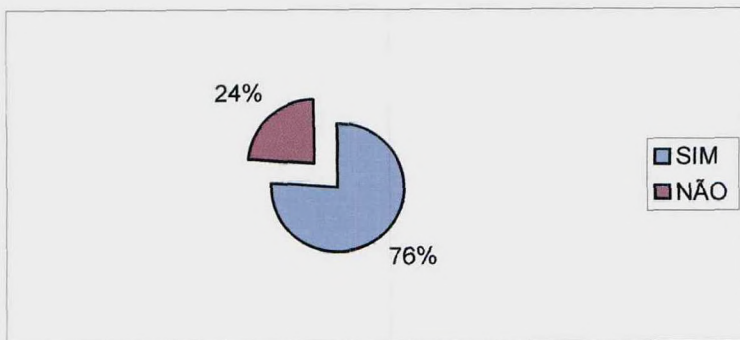


Gráfico 6 - Cooperados que ajudam no sustento da família.  
Fonte: A autora

Pela demonstração do gráfico de nº 6 podemos identificar que o percentual de cooperados que contribuem através de sua renda mensal para o sustento de suas famílias é de 76%, sendo que 24% não possuem a responsabilidade de ajudar a família; trabalham para subsidiar suas próprias despesas, que não deixa de ser um auxílio pela via indireta à medida em que é um custo a menos para a família.

<sup>30</sup> Prólabore é o valor mensal que cada sócio (cooperado) retira mensalmente da cooperativa pelo trabalho

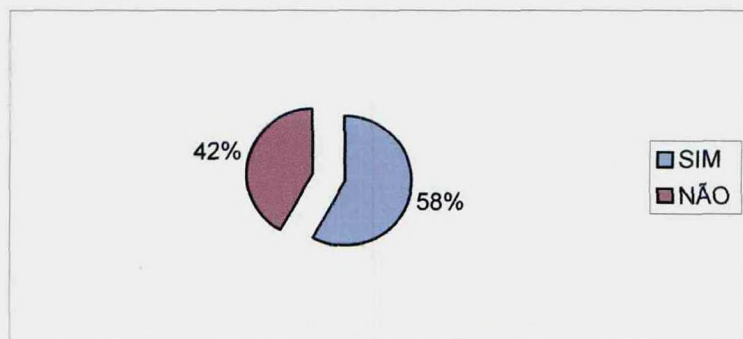


Gráfico 7 - Situação de empregabilidade antes do ingresso na Cooservi  
Fonte: A autora

O gráfico de n.º 7 vislumbra a situação dos cooperados antes do ingresso na Cooservi. Podemos observar que a maioria dos entrevistados 58% estavam na situação de desempregados. Para os 42% dos entrevistados, alguns optaram em se associar na Cooservi para complementar sua renda, já que é permitido trabalhar simultaneamente em outras empresas; outros eram ex-funcionários do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina – CIASC que, demitidos juntaram-se a outros para fundar a Cooservi iniciando suas atividades imediatamente e, portanto, não chegaram a ficar desempregados; e ainda há os cooperados que eram funcionários de outras empresas de serviços terceirizados que ficaram fora do contrato em decorrência de processo licitatório e que também não chegaram a ficar desempregados. Pelas respostas apresentadas, os que completaram 18 anos recentemente e que estão estudando, a Cooservi foi a primeira oportunidade de trabalho que encontraram e optaram pelo sistema cooperativista por oferecer flexibilidade de horários permitindo assim dar continuidade aos estudos.



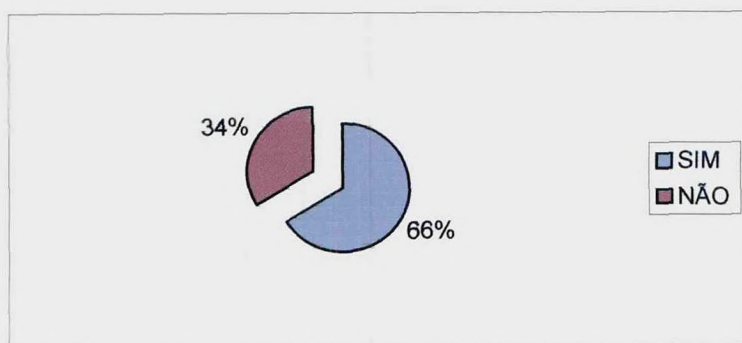


Gráfico 8 - Cooperados da Cooservi que preferem o regime CLT.

Fonte: A autora

No gráfico de n.º 8 podemos observar que a maioria dos entrevistados, 66% estão na qualidade de cooperados por ser a opção existente no momento para não ficarem sem trabalho, mas responderam que se houver oportunidade de trabalharem em uma empresa com registro na carteira de trabalho, optariam em deixar de ser cooperativados para trabalhar de forma subordinada. Salientam que no regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT as garantias trabalhistas são maiores, tendo mais benefícios, mais estabilidade e mais direitos. Alguns responderam que é possível conciliar os dois regimes: CLT e Cooperativista.

Os entrevistados que demonstraram sua preferência pelo regime cooperativista, com percentual de 34% se dizem satisfeitos pelas oportunidades oferecidas pela cooperativa e pelo desenvolvimento profissional alcançado através deste sistema.

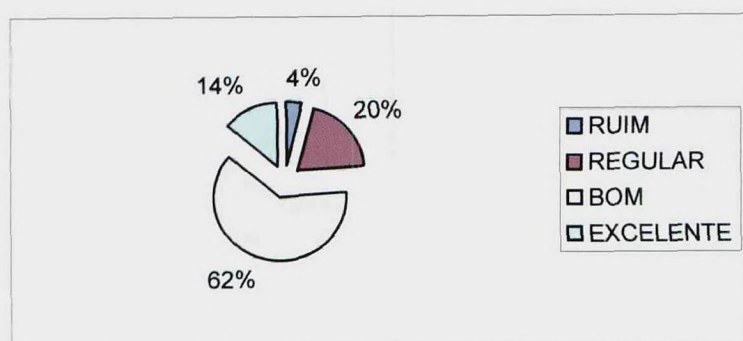


Gráfico 9 - Grau de satisfação dos cooperados da Cooservi

Fonte: A autora.

Neste gráfico de n.º 9 observamos que 62% dos entrevistados consideram bom o regime cooperativista por oferecer oportunidade de trabalho e que estão satisfeitos enquanto cooperativados, reflexo do que demonstra o gráfico de n.º 7, onde 58% dos entrevistados estavam desempregados antes de ingressarem na Cooservi. Ainda com relação ao gráfico de n.º 9, 20% consideram o cooperativismo regular, 14% responderam que o sistema cooperativista é excelente por serem donos do próprio negócio e 4% consideram ruim por não oferecer os benefícios do trabalho assalariado garantidos na CLT, como ficou demonstrado no gráfico de n.º 8 onde a maioria dos entrevistados declarou sua preferência por trabalho subordinado. Embora o emprego tradicional, de carteira assinada, é considerado mais justo, pelas garantias que oferece, é hoje, incapaz de dar, sozinho, segurança ao trabalhador, porque cada vez mais os trabalhadores estão sendo destituídos de seus postos de trabalho (GRAVE, 2002).

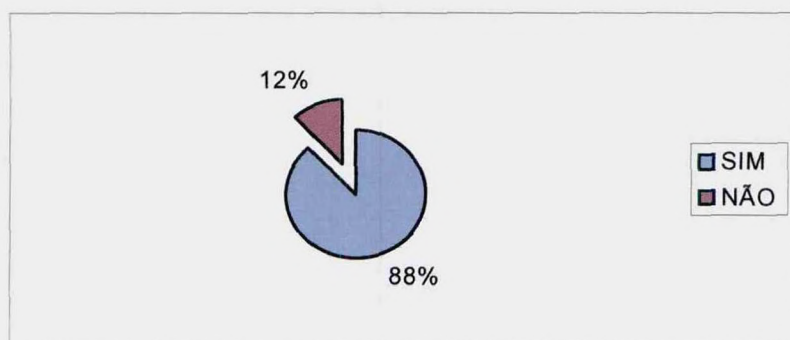


Gráfico 10 - Resposta dos cooperados da Cooservi para a pergunta:  
Fonte: A autora.

“Cooperativa de Trabalho é alternativa para o desemprego?”



Constatamos através do gráfico n.º 10 que 88% dos entrevistados consideram as Cooperativas de Trabalho uma alternativa para o desemprego, reflexo do grau de desempregabilidade apresentado no gráfico de n.º 7. Continuando com a análise do gráfico n.º 10, 12% dos entrevistados não vêem no cooperativismo de trabalho uma forma de gerar trabalho e renda às pessoas que estão excluídas do mercado de trabalho.

O resultado apresentado no gráfico de n.º 10 vem corroborar no sentido em que positivamos a Cooperativa como alternativa para o desemprego.

Diante desta constatação, observamos que em face ao desemprego, as pessoas optam em ingressar nas Cooperativas de Trabalho por ser uma alternativa de trabalho, porque no campo do trabalho é a alternativa uma das mediações que conecta possibilidade à realidade. Assim diz o filósofo húngaro:

[...] a alternativa [...] somente pode ser uma alternativa concreta: a decisão de uma pessoa concreta (ou de um grupo de pessoas) acerca das condições concretamente melhores para realizar uma finalidade concreta. Isto quer dizer que toda alternativa (e toda cadeia de alternativas) no trabalho nunca pode se referir à realidade em geral, mas é uma escolha concreta entre caminhos cuja meta (em última análise, a satisfação da necessidade) foi produzida não pelo sujeito que decide, mas pelo ser social no qual ele vive e opera. (LUKÁCS, 1981, apud HOLANDA, 2002, p. 11)

Numa situação desalentadora, na qual o desemprego se projeta, não mais em caráter de excepcionalidade temporária, mas como desdobramento do modelo de regulação em vigor, as pessoas que estão excluídas do mercado de trabalho passam a se mobilizar de forma coletiva, porque as pessoas unidas são mais fortes do que um indivíduo apenas e conseguem modificar uma situação pré-estabelecida. Um grupo pode funcionar no atendimento das necessidades de duas maneiras: através da competitividade ou pela cooperação. A cooperativa se enquadra na segunda opção e, justamente por servir o homem através da espontaneidade organizada, torna-se uma alternativa perante o desemprego estrutural existente em nosso país.

“A cooperação acontece, quase sempre a partir de necessidades não satisfeitas e da decisão de duas ou mais pessoas se unirem para realizarem algo juntas.” (RICCIARDI, 1996, p. 15).

A Cooperativa de Trabalho é alternativa para o desemprego quando segue os princípios cooperativistas, atuando de maneira real e idônea, com pessoas comprometidas e parceiras no objetivo favorável para todos os envolvidos no processo. Caso contrário é somente mais uma forma utilizada pelo homem para burlar as leis trabalhistas, isto é, se utilizam do nome de cooperativas para criar regimes mais próximos de trabalho forçado, sem direitos, prejudicando a imagem do cooperativismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ciclo da vida as pessoas buscam as mais variadas formas de convivência que lhes facilitem a vida e tragam melhores condições de sobrevivência. Desde os primórdios da humanidade o homem sempre foi um ser gregário por natureza e através dos tempos sempre demonstrou sua vontade e necessidade de viver em grupo ou em sociedade e que a solidariedade e a ajuda-mútua, fundamentos basilares do Sistema Cooperativista, sempre estiveram presentes na medida em que o homem teve necessidade de se unir, se organizar e se tornar mais forte, para enfrentar e vencer todas as suas dificuldades.

A transição do processo artesanal para o processo industrial foi marcada por muitas dificuldades. Enquanto poucos ganhavam muito dinheiro, acumulando fortunas, a maioria se proletarizava, trabalhando sem limites de horários, sem proteção alguma, recebendo salários abaixo das necessidades mínimas de subsistência.

O capitalismo levou o mercado de trabalho a um processo de precarização. Seria muito negativo para a sociedade e para a economia que esse processo de precarização adquirisse um caráter permanente.

Em contraposição ao sistema capitalista, cuja qualificação mais precisa está na palavra “selvagem”, os trabalhadores buscaram desenvolver formas de solidariedade e trabalho conjunto, procurando descobrir novas organizações. As primeiras organizações operárias buscaram somar forças capazes de enfrentar os industriais e com o sentimento de



solidariedade descobriram no cooperativismo a base organizativa de uma caminhada em busca de uma sociedade mais justa, mais igualitária.

As organizações cooperativas têm atuado como mecanismos capazes de oferecer, de forma satisfatória, respostas a problemas e necessidades de caráter social e econômico a diferentes grupos humanos, cujas mazelas tiveram origem na Revolução Industrial e na extensão do mundo capitalista. O movimento cooperativista aparece como alternativa de trabalho e organização da produção e mesmo sob certas regras do capitalismo, busca ultrapassar as relações entre o patrão e o intermediário, assegurando aos cooperados a propriedade dos instrumentos de produção e a participação nos resultados do empreendimento.

O Brasil não escapa das conseqüências derivadas do capitalismo. Os altos índices de desemprego que se apresentam na atualidade levam à necessidade de se buscar alternativas para colocar em atividade os que estão excluídos do mercado de trabalho e creio ser o momento para que o movimento cooperativo do nosso país demonstre sua capacidade de organização e liderança para enfrentar esta crise de desemprego que tanto aflige o cidadão brasileiro.

Em decorrência deste processo, onde o desemprego se apresenta de forma estrutural, Iamamoto (2000) nos ensina que o Assistente Social deve estar atendo aos novos desafios, às novas demandas e aos novos temas que se apresentam na contemporaneidade e que exigem respostas imediatas dos profissionais do Serviço Social.

A terceirização é hoje uma realidade, caracterizando-se na contratação de terceiros para a execução de serviços independentes, sendo que as empresas podem concentrar seus esforços em suas atividades básicas e essenciais, chamadas de atividades-fim, transferindo as atividades-meio a pessoas estranhas aos seus quadros funcionais. Mas a terceirização

apresenta pontos negativos, pulverizando os centros de produção e eliminando-se as grandes estruturas produtivas, provocando a redução de funcionários, haja vista que terceirizar serviços é mais barato do que manter em seu quadro funcional trabalhadores que desempenham as chamadas atividades-meio nas empresas, gerando portanto, mais pessoas desempregadas. O desemprego faz com que os cidadãos busquem na economia informal e em outras formas de trabalho desprotegidas e precárias o sustento para suas famílias.

A partir deste contexto, as cooperativas de trabalho apresentam-se como uma alternativa de organização para geração de trabalho e renda às pessoas que estão excluídas do mercado de trabalho. Porém, os princípios do cooperativismo devem ser sempre observados, tanto na constituição de uma cooperativa, quanto em toda sua vida útil e devem representar o esforço comum dos sócios objetivando potencializar benefícios enquanto cidadãos. Assim sendo, destacamos a importância do trabalho do Serviço Social no âmbito das cooperativas pois se apresentam como uma nova demanda que vem requisitando profissionais para atuar tanto no processo organizativo, quanto no exercício de funções no âmbito sócio-educativo.

As cooperativas de trabalho têm por obrigação procurar por bens, serviços e oportunidades de trabalho para seus sócios em condições mais vantajosas do que se atuassem isoladamente no mercado.

Ainda que o cooperativismo de trabalho ressurgja pelo caminho doloroso do desemprego, é de cunho positivo e merece a necessidade de implementação e ampliação de políticas públicas de apoio, já que se configura como uma “nova” forma viável de trabalho. Precisa ser incentivado com ações efetivas por parte dos governantes.

Embora o cooperativismo sofra grandes críticas no Brasil, é, no nosso ponto de vista, no contexto do capitalismo, uma das formas mais eficazes na busca da distribuição equitativa de riquezas e, principalmente, na geração de trabalho e renda. Assim deve-se analisar com



cuidado a compreensão generalizada sobre essa atividade. Na maioria das vezes não se distinguem as Cooperativas comprometidas com os preceitos do cooperativismo das que são formadas por princípios totalmente distantes de fundamentos éticos, o que ameaça a credibilidade das mesmas.

A dificuldade ou falta de vontade dos órgãos fiscalizadores em identificar as cooperativas idôneas que seguem o disposto na Lei n. 5.764/71, não pode ser um motivo para um eventual desmantelamento deste instrumento de tamanha importância, não apenas para o trabalhador, mas para a economia como um todo.

Ressalto ser de essencial importância a concentração de esforços na criação de um sistema conjugado que venha facilitar a função dos Auditores Fiscais do Trabalho, dos Auditores Fiscais da Previdência e dos Procuradores do Ministério Público do Trabalho, na busca das cooperativas fraudulentas, pois estas cooperativas denigrem o trabalho sério e honesto das cooperativas lícitas.

Entendo que os governos não conseguem dar conta do aumento progressivo da demanda por trabalho, sendo necessário que a sociedade apoie o cooperativismo como um desafio para seu tempo, evitando desta forma, o aumento da exclusão social e, por conseguinte, a diminuição da incidência de diversos outros conflitos sociais oriundos da falta de oportunidade de trabalho, tal como a violência e a criminalidade.

Embora o desemprego esteja apresentado índices alarmantes, o trabalho assalariado existirá enquanto o capitalismo for o modo dominante de produção. Mas o trabalho cooperativo está alcançando o seu espaço. As cooperativas de trabalho tem um grande futuro pela frente, como alternativa ao desemprego, não como substituta do trabalho assalariado, mas como perspectiva de defesa dos direitos do cidadão e garantia de trabalho.



## REFERÊNCIAS

BENATO, João Vitorino Anzolin, **O ABC do Cooperativismo**. 3. ed. São Paulo: [s.n.], 1996.

BOBBIO, N. Sobre os fundamentos dos direitos do homem. In: \_\_\_\_\_. **A Era dos Direitos**. [S. l.: s. n.], 1988. p. 24

BULGARELLI, V. **As sociedades cooperativas e a sua disciplina jurídica**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Ed. Atual. em agosto de 1998, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1998.

BRASIL. Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. **Lex**: Legislação Cooperativista. Brasília: SESCOOP, 2003, p. 7-51.

BRASIL. Lei n. 9.876, de 26 de novembro de 1999. Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis n°s 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04 maio 2004.

BRASIL. Lei n. 10.666, de 8 de maio de 2003. Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04 maio 2004.

BRASIL. Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999. Dispõe sobre o regulamento da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 07 maio 2004.

BRASIL. Projeto de Lei n. 605, 1999. Dispõe sobre as sociedades cooperativas. DF: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.portaldocooperativismo.com.br>>. Acesso em: 7 maio 2004.

BRASIL. Projeto de Lei José Fogaça. Dispõe sobre as sociedades cooperativas. DF: Senado Federal, [19--]. Disponível em: <<http://www.portaldocooperativismo.com.br>>. Acesso em: 7 maio 2004.

BRASIL. Projeto de Lei n. 171, 1999. Dispõe sobre as sociedades cooperativas. DF: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.portaldocooperativismo.com.br>>. Acesso em: 7 maio 2004.

CASAGRANDE, Cássio. Quem são as Cooperativas de Trabalho? **Revista Gestão Cooperativa**. Brasília. Ano 5, n. 11, p. 25, 2003

CONSOLIDAÇÃO das Leis do Trabalho. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cooperativismo e Sindicatos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: 22 abr. 2004.

\_\_\_\_\_. **Cooperativismo ao alcance de todos**. Florianópolis: Ocesc/Sescoop, 2003.

COSTA, Maria Dulcelina Vaz da A força do trabalho. **Revista MUNDOCOOP**: O veículo do Setor Cooperativista. São Paulo. Ano 2, n. 4 , p. 19-20, maio, 2004.

\_\_\_\_\_. A força do trabalho. **Revista MUNDOCOOP**: O veículo do Setor Cooperativista. São Paulo, Ano 2, n. 4 , p. 18-21, maio 2004

CRUZ, Paulo Sérgio Alves da. **A Filosofia Cooperativista e o Cooperativismo no Brasil e no Mundo**. Rio de Janeiro: COP, 2002.



\_\_\_\_\_. **Dicionário de Ciências Sociais**. Instituto de Documentação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 271-272.

DOKONAL, Paulo Von. Cancelamentos. **Revista Anuário do Cooperativismo Catarinense**. Florianópolis, Ano 2, n. 2, p. 13, 2004

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. [S.l.: s.n.], 1993. p. 146

FREITAS, Marcio Lopes de. **Cooperativas geram mais de 10 mil empregos diretos em 2003**. Disponível em: <<http://www.coop.integral.com.br>>. Acesso em: 04 jun. 2004. Entrevista concedida a Alexandre Soares.

FREITAS, Marcio Lopes de. Uma nova era para o Cooperativismo Brasileiro. **Revista Anuário do Cooperativismo Catarinense**. Florianópolis, Ano 2, n. 2, p. 24, 2004

GEDIEL, José Antonio, et al. **Os caminhos do Cooperativismo**. Curitiba: Ed. UFPR, 2001

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAVE, Fátima. Trabalho, Desemprego e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano 23, n. 69, p. 73-106, 2002

HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão de. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano 23, n. 69, p. 5-29, 2002

HOLLER, Rozani. Quem são as Cooperativas de Trabalho? **Revista Gestão Cooperativa**. Brasília. Ano 5, n. 11, p. 24-26, 2003

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MACPHERSON, Ian. **Princípios Cooperativos para o Século XXI**. [S.l.]: Lagoa Ed. Ltda, 2003.

MARTINS, Ismênia de Lima. Cidadania e História. In: **História e Cidadania**. Anais do Simpósio Nacional de História, 19. São Paulo: Humanitas, 1988.

MARTINS, Sueli Gonzaga. Trabalho. **Revista Anuário do Cooperativismo Catarinense**. Florianópolis, Ano 2, n.2, 2004.

MAURER JÚNIOR, Theodoro Henrique. **O Cooperativismo – Uma Economia Humana**. São Paulo: [s.n.], 1966.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez., 2002.

\_\_\_\_\_. O Cooperativismo no Mundo. OCB, Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. O Cooperativismo no Brasil. OCB, Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. O Cooperativismo Catarinense. Florianópolis: OCESC, 1996.

PASTORE, José Eduardo Gibello. Cooperativas de Trabalho. **Jornal da Tarde**. São Paulo. 1998

PASTORE, José Eduardo Gibello. Quem são as Cooperativas de Trabalho? **Revista Gestão Cooperativa**. Brasília. Ano 5, n. 11, p. 25, 2003



PEREIRA, A.; FREIRE, L.; LAGANA, L.. **Cooperativas:** mudanças, oportunidades e desafios, [S. l. : s. n.], 2001.

PETTRES, B.; SCHMIDT, P. C. Cooperativas Catarinense: um crescimento invejável. **Revista Anuário do Cooperativismo Catarinense**, Florianópolis, p. 11-13, 2004.

QUEIROZ, Carlos Alberto R. S. **Manual de Terceirização**. São Paulo: [s.n.], 1998.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2000

RIBEIRO, Maria Salete. **A questão da família na atualidade**. Florianópolis: Ioesc, 1999, p. 26

\_\_\_\_\_. Tendências do Cooperativismo. *Revista Gestão Cooperativa – A Revista do Cooperativismo Brasileiro*. Brasília, Ano 5, n. 11, 2003

RICCIARDI, L. **Cooperativismo:** Uma Solução para os Problemas Atuais. Vitória: OCEES, 1996.

SAUCEDO, Daniele, et al. **Os caminhos do Cooperativismo**. Curitiba. Ed. UFPR, 2001

SEMISA, Domingo. **Manual de Cooperativas de Trabajo**. Buenos Aires: Intercoop, 1980. p. 163.

SILVA, A .J. H.; DORNELAS, H. L.; BRAGA, M. J. **Cooperativas de trabalho**. Disponível em: <<http://www.cooperativas.com.br>>. Acesso em: 12 fev. 2004.

SILVA, Jacqueline Oliveira. Políticas Públicas municipais de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Ano 23, n. 69, 2002.

SILVA FILHO, Cícero Virgulino da. **Cooperativas de Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2002

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. [S.l.]: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004

SINGER, Paul. Quem são as Cooperativas de Trabalho? **Revista Gestão Cooperativa**. Brasília. Ano 5, n. 11, p. 25, 2003

\_\_\_\_\_. **Economia Solidária combate desemprego**. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br>>. Acesso em: 22 abr. 2004.

\_\_\_\_\_. **Economia Solidária pode erradicar pobreza no Brasil**. Disponível em: <<http://www.setor3.com.br>>. Acesso em: 5 abr. 2004.

XAVIER, Luciana Caringi. As Cooperativas de Trabalho e o Parágrafo único da Artigo 442 da CLT. **Revista TRT 12ª Região**. Florianópolis, n. 16, 2º semestre, p. 79, 2002



**ANEXOS**

**Presidência da República**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971.**

Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

Da Política Nacional de Cooperativismo

Art. 1º Compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo no território nacional serão exercidas na forma desta Lei e das normas que surgirem em sua decorrência.

Parágrafo único. A ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas.

**CAPÍTULO II**

Das Sociedades Cooperativas

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

### CAPÍTULO III

#### Do Objetivo e Classificação das Sociedades Cooperativas

Art. 5º As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-se-lhes o direito exclusivo e exigindo-se-lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação.

Parágrafo único. É vedado às cooperativas o uso da expressão "Banco".

Art. 6º As sociedades cooperativas são consideradas:

I - singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;

II - cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais;



III - confederações de cooperativas, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.

§ 1º Os associados individuais das cooperativas centrais e federações de cooperativas serão inscritos no Livro de Matrícula da sociedade e classificados em grupos visando à transformação, no futuro, em cooperativas singulares que a elas se filiarão.

§ 2º A exceção estabelecida no item II, in fine, do caput deste artigo não se aplica às centrais e federações que exerçam atividades de crédito.

Art. 7º As cooperativas singulares se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados.

Art. 8º As cooperativas centrais e federações de cooperativas objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

Parágrafo único. Para a prestação de serviços de interesse comum, é permitida a constituição de cooperativas centrais, às quais se associem outras cooperativas de objetivo e finalidades diversas.

Art. 9º As confederações de cooperativas têm por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais e federações.

Art. 10. As cooperativas se classificam também de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados.

§ 1º Além das modalidades de cooperativas já consagradas, caberá ao respectivo órgão controlador apreciar e caracterizar outras que se apresentem.

§ 2º Serão consideradas mistas as cooperativas que apresentarem mais de um objeto de atividades.

§ 3º Somente as cooperativas agrícolas mistas poderão criar e manter seção de crédito.

Art. 11. As sociedades cooperativas serão de responsabilidade limitada, quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade se limitar ao valor do capital por ele subscrito.

Art. 12. As sociedades cooperativas serão de responsabilidade ilimitada, quando a responsabilidade do associado pelos compromissos da sociedade for pessoal, solidária e não tiver limite.

Art. 13. A responsabilidade do associado para com terceiros, como membro da sociedade, somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da cooperativa.

## CAPÍTULO IV

### Da Constituição das Sociedades Cooperativas

Art. 14. A sociedade cooperativa constitui-se por deliberação da Assembléia Geral dos fundadores, constantes da respectiva ata ou por instrumento público.

Art. 15. O ato constitutivo, sob pena de nulidade, deverá declarar:

I - a denominação da entidade, sede e objeto de funcionamento;

II - o nome, nacionalidade, idade, estado civil, profissão e residência dos associados, fundadores que o assinaram, bem como o valor e número da quota-parte de cada um;

III - aprovação do estatuto da sociedade;

IV - o nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos associados eleitos para os órgãos de administração, fiscalização e outros.

Art. 16. O ato constitutivo da sociedade e os estatutos, quando não transcritos naquele, serão assinados pelos fundadores.

## SEÇÃO I

### Da Autorização de Funcionamento

Art. 17. A cooperativa constituída na forma da legislação vigente apresentará ao respectivo órgão executivo federal de controle, no Distrito Federal, Estados ou Territórios, ou ao órgão local para isso credenciado, dentro de 30 (trinta) dias da data da constituição, para fins de autorização, requerimento acompanhado de 4 (quatro) vias do ato constitutivo, estatuto e lista nominativa, além de outros documentos considerados necessários.

Art. 18. Verificada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrada em seu protocolo, pelo respectivo órgão executivo federal de controle ou órgão local para isso credenciado, a existência de condições de funcionamento da cooperativa em constituição, bem como a regularidade da documentação apresentada, o órgão controlador devolverá, devidamente autenticadas, 2 (duas) vias à cooperativa, acompanhadas de documento dirigido à Junta Comercial do Estado, onde a entidade estiver sediada, comunicando a aprovação do ato constitutivo da requerente.

§ 1º Dentro desse prazo, o órgão controlador, quando julgar conveniente, no interesse do fortalecimento do sistema, poderá ouvir o Conselho Nacional



de Cooperativismo, caso em que não se verificará a aprovação automática prevista no parágrafo seguinte.

§ 2º A falta de manifestação do órgão controlador no prazo a que se refere este artigo implicará a aprovação do ato constitutivo e o seu subsequente arquivamento na Junta Comercial respectiva.

§ 3º Se qualquer das condições citadas neste artigo não for atendida satisfatoriamente, o órgão ao qual compete conceder a autorização dará ciência ao requerente, indicando as exigências a serem cumpridas no prazo de 60 (sessenta) dias, findos os quais, se não atendidas, o pedido será automaticamente arquivado.

§ 4º À parte é facultado interpor da decisão proferida pelo órgão controlador, nos Estados, Distrito Federal ou Territórios, recurso para a respectiva administração central, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contado da data do recebimento da comunicação e, em segunda e última instância, ao Conselho Nacional de Cooperativismo, também no prazo de 30 (trinta) dias, exceção feita às cooperativas de crédito, às seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas, e às cooperativas habitacionais, hipótese em que o recurso será apreciado pelo Conselho Monetário Nacional, no tocante às duas primeiras, e pelo Banco Nacional de Habitação em relação às últimas.

§ 5º Cumpridas as exigências, deverá o despacho do deferimento ou indeferimento da autorização ser exarado dentro de 60 (sessenta) dias, findos os quais, na ausência de decisão, o requerimento será considerado deferido. Quando a autorização depender de dois ou mais órgãos do Poder Público, cada um deles terá o prazo de 60 (sessenta) dias para se manifestar.

§ 6º Arquivados os documentos na Junta Comercial e feita a respectiva publicação, a cooperativa adquire personalidade jurídica, tornando-se apta a funcionar.

§ 7º A autorização caducará, independentemente de qualquer despacho, se a cooperativa não entrar em atividade dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da data em que forem arquivados os documentos na Junta Comercial.

§ 8º Cancelada a autorização, o órgão de controle expedirá comunicação à respectiva Junta Comercial, que dará baixa nos documentos arquivados.

§ 9º A autorização para funcionamento das cooperativas de habitação, das de crédito e das seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas subordina-se ainda, à política dos respectivos órgãos normativos.

§ 10. A criação de seções de crédito nas cooperativas agrícolas mistas será submetida à prévia autorização do Banco Central do Brasil.

Art. 19. A cooperativa escolar não estará sujeita ao arquivamento dos documentos de constituição, bastando remetê-los ao Instituto Nacional de



Colonização e Reforma Agrária, ou respectivo órgão local de controle, devidamente autenticados pelo diretor do estabelecimento de ensino ou a maior autoridade escolar do município, quando a cooperativa congregar associações de mais de um estabelecimento de ensino.

Art. 20. A reforma de estatutos obedecerá, no que couber, ao disposto nos artigos anteriores, observadas as prescrições dos órgãos normativos.

## SEÇÃO II

### Do Estatuto Social

Art. 21. O estatuto da cooperativa, além de atender ao disposto no artigo 4º, deverá indicar:

I - a denominação, sede, prazo de duração, área de ação, objeto da sociedade, fixação do exercício social e da data do levantamento do balanço geral;

II - os direitos e deveres dos associados, natureza de suas responsabilidades e as condições de admissão, demissão, eliminação e exclusão e as normas para sua representação nas assembleias gerais;

III - o capital mínimo, o valor da quota-parte, o mínimo de quotas-partes a ser subscrito pelo associado, o modo de integralização das quotas-partes, bem como as condições de sua retirada nos casos de demissão, eliminação ou de exclusão do associado;

IV - a forma de devolução das sobras registradas aos associados, ou do rateio das perdas apuradas por insuficiência de contribuição para cobertura das despesas da sociedade;

V - o modo de administração e fiscalização, estabelecendo os respectivos órgãos, com definição de suas atribuições, poderes e funcionamento, a representação ativa e passiva da sociedade em juízo ou fora dele, o prazo do mandato, bem como o processo de substituição dos administradores e conselheiros fiscais;

VI - as formalidades de convocação das assembleias gerais e a maioria requerida para a sua instalação e validade de suas deliberações, vedado o direito de voto aos que nelas tiverem interesse particular sem privá-los da participação nos debates;

VII - os casos de dissolução voluntária da sociedade;

VIII - o modo e o processo de alienação ou oneração de bens imóveis da sociedade;

IX - o modo de reformar o estatuto;

X - o número mínimo de associados.

## CAPÍTULO V

### Dos Livros

Art. 22. A sociedade cooperativa deverá possuir os seguintes livros:

I - de Matrícula;

II - de Atas das Assembléias Gerais;

III - de Atas dos Órgãos de Administração;

IV - de Atas do Conselho Fiscal;

V - de presença dos Associados nas Assembléias Gerais;

VI - outros, fiscais e contábeis, obrigatórios.

Parágrafo único. É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas.

Art. 23. No Livro de Matrícula, os associados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

I - o nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência do associado;

II - a data de sua admissão e, quando for o caso, de sua demissão a pedido, eliminação ou exclusão;

III - a conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social.

## CAPÍTULO VI

### Do Capital Social

Art. 24. O capital social será subdividido em quotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior ao maior salário mínimo vigente no País.

§ 1º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser diretamente proporcional ao movimento financeiro do cooperado ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transformados, ou ainda, em relação à área cultivada ou ao número de plantas e animais em exploração.

§ 2º Não estão sujeitas ao limite estabelecido no parágrafo anterior as pessoas jurídicas de direito público que participem de cooperativas de eletrificação, irrigação e telecomunicações.

§ 3º É vedado às cooperativas distribuírem qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios,



financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros excetuando-se os juros até o máximo de 12% (doze por cento) ao ano que incidirão sobre a parte integralizada.

Art. 25. Para a formação do capital social poder-se-á estipular que o pagamento das quotas-partes seja realizado mediante prestações periódicas, independentemente de chamada, por meio de contribuições ou outra forma estabelecida a critério dos respectivos órgãos executivos federais.

Art. 26. A transferência de quotas-partes será averbada no Livro de Matrícula, mediante termo que conterà as assinaturas do cedente, do cessionário e do diretor que o estatuto designar.

Art. 27. A integralização das quotas-partes e o aumento do capital social poderão ser feitos com bens avaliados previamente e após homologação em Assembléia Geral ou mediante retenção de determinada porcentagem do valor do movimento financeiro de cada associado.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às cooperativas de crédito, às agrícolas mistas com seção de crédito e às habitacionais.

§ 2º Nas sociedades cooperativas em que a subscrição de capital for diretamente proporcional ao movimento ou à expressão econômica de cada associado, o estatuto deverá prever sua revisão periódica para ajustamento às condições vigentes.

## CAPÍTULO VII

### Dos Fundos

Art. 28. As cooperativas são obrigadas a constituir:

I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas

atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;

II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

§ 1º Além dos previstos neste artigo, a Assembléia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

§ 2º Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas.

## CAPÍTULO VIII

### Dos Associados

Art. 29. O ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto, ressalvado o disposto no artigo 4º, item I, desta Lei.

§ 1º A admissão dos associados poderá ser restrita, a critério do órgão normativo respectivo, às pessoas que exerçam determinada atividade ou profissão, ou estejam vinculadas a determinada entidade.

§ 2º Poderão ingressar nas cooperativas de pesca e nas constituídas por produtores rurais ou extrativistas, as pessoas jurídicas que pratiquem as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas associadas.

§ 3º Nas cooperativas de eletrificação, irrigação e telecomunicações, poderão ingressar as pessoas jurídicas que se localizem na respectiva área de operações.

§ 4º Não poderão ingressar no quadro das cooperativas os agentes de comércio e empresários que operem no mesmo campo econômico da sociedade.

Art. 30. À exceção das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito, a admissão de associados, que se efetive mediante aprovação de seu pedido de ingresso pelo órgão de administração, complementa-se com a subscrição das quotas-partes de capital social e a sua assinatura no Livro de Matrícula.

Art. 31. O associado que aceitar e estabelecer relação empregatícia com a cooperativa, perde o direito de votar e ser votado, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que ele deixou o emprego.

Art. 32. A demissão do associado será unicamente a seu pedido.

Art. 33. A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou por fato especial previsto no estatuto, mediante termo firmado por quem de direito no Livro de Matrícula, com os motivos que a determinaram.

Art. 34. A diretoria da cooperativa tem o prazo de 30 (trinta) dias para comunicar ao interessado a sua eliminação.

Parágrafo único. Da eliminação cabe recurso, com efeito suspensivo à primeira Assembléia Geral.

Art. 35. A exclusão do associado será feita:

I - por dissolução da pessoa jurídica;



II - por morte da pessoa física;

III - por incapacidade civil não suprida;

IV - por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa.

Art. 36. A responsabilidade do associado perante terceiros, por compromissos da sociedade, perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos até quando aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento.

Parágrafo único. As obrigações dos associados falecidos, contraídas com a sociedade, e as oriundas de sua responsabilidade como associado em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano contado do dia da abertura da sucessão, ressalvados os aspectos peculiares das cooperativas de eletrificação rural e habitacionais.

Art. 37. A cooperativa assegurará a igualdade de direitos dos associados sendo-lhe defeso:

I - remunerar a quem agencie novos associados;

II - cobrar prêmios ou ágio pela entrada de novos associados ainda a título de compensação das reservas;

III - estabelecer restrições de qualquer espécie ao livre exercício dos direitos sociais.

## CAPÍTULO IX

### Dos Órgãos Sociais

#### SEÇÃO I

##### Das Assembléias Gerais

Art. 38. A Assembléia Geral dos associados é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

§ 1º As Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em primeira convocação, mediante editais afixados em locais apropriados das dependências comumente mais freqüentadas pelos associados, publicação em jornal e comunicação aos associados por intermédio de circulares. Não havendo no horário estabelecido, quorum de instalação, as assembléias poderão ser realizadas em segunda ou terceira convocações desde que assim permitam os estatutos e conste do respectivo

edital, quando então será observado o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação.

§ 2º A convocação será feita pelo Presidente, ou por qualquer dos órgãos de administração, pelo Conselho Fiscal, ou após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

§ 3º As deliberações nas Assembléias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito de votar.

Art. 39. É da competência das Assembléias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, a destituição dos membros dos órgãos de administração ou fiscalização.

Parágrafo único. Ocorrendo destituição que possa afetar a regularidade da administração ou fiscalização da entidade, poderá a Assembléia designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 40. Nas Assembléias Gerais o quorum de instalação será o seguinte:

I - 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;

II - metade mais 1 (um) dos associados em segunda convocação;

III - mínimo de 10 (dez) associados na terceira convocação ressalvado o caso de cooperativas centrais e federações e confederações de cooperativas, que se instalarão com qualquer número.

Art. 41. Nas Assembléias Gerais das cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, a representação será feita por delegados indicados na forma dos seus estatutos e credenciados pela diretoria das respectivas filiadas.

Parágrafo único. Os grupos de associados individuais das cooperativas centrais e federações de cooperativas serão representados por 1 (um) delegado, escolhida entre seus membros e credenciado pela respectiva administração.

Art. 42. Nas cooperativas singulares, cada associado presente não terá direito a mais de 1 (um) voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes. *(Redação dada ao caput e §§ pela Lei nº 6.981, de 30/03/82)*

§ 1º Não será permitida a representação por meio de mandatário.

§ 2º Quando o número de associados, nas cooperativas singulares exceder a 3.000 (três mil), pode o estatuto estabelecer que os mesmos sejam representados nas Assembléias Gerais por delegados que tenham a qualidade de associados no gozo de seus direitos sociais e não exerçam cargos eletivos na sociedade.



§ 3º O estatuto determinará o número de delegados, a época e forma de sua escolha por grupos seccionais de associados de igual número e o tempo de duração da delegação.

§ 4º Admitir-se-á, também, a delegação definida no parágrafo anterior nas cooperativas singulares cujo número de associados seja inferior a 3.000 (três mil), desde que haja filiados residindo a mais de 50 km (cinquenta quilômetros) da sede.

§ 5º Os associados, integrantes de grupos seccionais, que não sejam delegados, poderão comparecer às Assembléias Gerais, privados, contudo, de voz e voto.

§ 6º As Assembléias Gerais compostas por delegados decidem sobre todas as matérias que, nos termos da lei ou dos estatutos, constituem objeto de decisão da assembléia geral dos associados.

Art. 43. Prescreve em 4 (quatro) anos, a ação para anular as deliberações da Assembléia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da lei ou do estatuto, contado o prazo da data em que a Assembléia foi realizada.

## SEÇÃO II

### Das Assembléias Gerais Ordinárias

Art. 44. A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará anualmente nos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

I - prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

a) relatório da gestão;

b) balanço;

c) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal.

II - destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os Fundos Obrigatórios;

III - eleição dos componentes dos órgãos de administração, do Conselho Fiscal e de outros, quando for o caso;

IV - quando previsto, a fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e do Conselho Fiscal;

V - quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 46.

§ 1º Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens I e IV deste artigo.

§ 2º À exceção das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito, a aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração, desonera seus componentes de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como a infração da lei ou do estatuto.

### SEÇÃO III

#### Das Assembléias Gerais Extraordinárias

Art. 45. A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 46. É da competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

I - reforma do estatuto;

II - fusão, incorporação ou desmembramento;

III - mudança do objeto da sociedade;

IV - dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;

V - contas do liquidante.

Parágrafo único. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

### SEÇÃO IV

#### Dos Órgãos de Administração

Art. 47. A sociedade será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração.

§ 1º O estatuto poderá criar outros órgãos necessários à administração.



§ 2º A posse dos administradores e conselheiros fiscais das cooperativas de crédito e das agrícolas mistas com seção de crédito e habitacionais fica sujeita à prévia homologação dos respectivos órgãos normativos.

Art. 48. Os órgãos de administração podem contratar gerentes técnicos ou comerciais, que não pertençam ao quadro de associados, fixando-lhes as atribuições e salários.

Art. 49. Ressalvada a legislação específica que rege as cooperativas de crédito, as seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas e as de habitação, os administradores eleitos ou contratados não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se procederem com culpa ou dolo.

Parágrafo único. A sociedade responderá pelos atos a que se refere a última parte deste artigo se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

Art. 50. Os participantes de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 51. São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

Parágrafo único. Não podem compor uma mesma Diretoria ou Conselho de Administração, os parentes entre si até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral.

Art. 52. O diretor ou associado que, em qualquer operação, tenha interesse oposto ao da sociedade, não pode participar das deliberações referentes a essa operação, cumprindo-lhe acusar o seu impedimento.

Art. 53. Os componentes da Administração e do Conselho fiscal, bem como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

Art. 54. Sem prejuízo da ação que couber ao associado, a sociedade, por seus diretores, ou representada pelo associado escolhido em Assembleia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover sua responsabilidade.

Art. 55. Os empregados de empresas que sejam eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criadas, gozarão das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais pelo artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943).

## SEÇÃO V

### Do Conselho Fiscal

Art. 56. A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos associados eleitos anualmente pela Assembléia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ 1º Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no artigo 51, os parentes dos diretores até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§ 2º O associado não pode exercer cumulativamente cargos nos órgãos de administração e de fiscalização.

## CAPÍTULO X

### Fusão, Incorporação e Desmembramento

Art. 57. Pela fusão, duas ou mais cooperativas formam nova sociedade.

§ 1º Deliberada a fusão, cada cooperativa interessada indicará nomes para comporem comissão mista que procederá aos estudos necessários à constituição da nova sociedade, tais como o levantamento patrimonial, balanço geral, plano de distribuição de quotas-partes, destino dos fundos de reserva e outros e o projeto de estatuto.

§ 2º Aprovado o relatório da comissão mista e constituída a nova sociedade em Assembléia Geral conjunta os respectivos documentos serão arquivados, para aquisição de personalidade jurídica, na Junta Comercial competente, e duas vias dos mesmos, com a publicação do arquivamento, serão encaminhadas ao órgão executivo de controle ou ao órgão local credenciado.

§ 3º Exclui-se do disposto no parágrafo anterior a fusão que envolver cooperativas que exerçam atividades de crédito. Nesse caso, aprovado o relatórios da comissão mista e constituída a nova sociedade em Assembléia Geral conjunta, a autorização para funcionar e o registro dependerão de prévia anuência do Banco Central do Brasil.

Art. 58. A fusão determina a extinção das sociedades que se unem para formar a nova sociedade que lhe sucederá nos direitos e obrigações.

Art. 59. Pela incorporação, uma sociedade cooperativa absorve o patrimônio, recebe os associados, assume as obrigações e se investe nos direitos de outra ou outras cooperativas.



Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo, serão obedecidas as mesmas formalidades estabelecidas para a fusão, limitadas as avaliações ao patrimônio da ou das sociedades incorporandas.

Art. 60. As sociedades cooperativas poderão desmembrar-se em tantas quantas forem necessárias para atender aos interesses dos seus associados, podendo uma das novas entidades ser constituída como cooperativa central ou federação de cooperativas, cujas autorizações de funcionamento e os arquivamentos serão requeridos conforme o disposto nos artigos 17 e seguintes.

Art. 61. Deliberado o desmembramento, a Assembléia designará uma comissão para estudar as providências necessárias à efetivação da medida.

§ 1º O relatório apresentado pela comissão, acompanhado dos projetos de estatutos das novas cooperativas, será apreciado em nova Assembléia especialmente convocada para esse fim.

§ 2º O plano de desmembramento preverá o rateio, entre as novas cooperativas, do ativo e passivo da sociedade desmembrada.

§ 3º No rateio previsto no parágrafo anterior, atribuir-se-á a cada nova cooperativa parte do capital social da sociedade desmembrada em quota correspondente à participação dos associados que passam a integrá-la.

§ 4º Quando uma das cooperativas for constituída como cooperativa central ou federação de cooperativas, prever-se-á o montante das quotas-partes que as associadas terão no capital social.

Art. 62. Constituídas as sociedades e observado o disposto nos artigos 17 e seguintes, proceder-se-á às transferências contábeis e patrimoniais necessárias à concretização das medidas adotadas.

## CAPÍTULO XI

### Da Dissolução e Liquidação

Art. 63. As sociedades cooperativas se dissolvem de pleno direito:

I - quando assim deliberar a Assembléia Geral, desde que os associados, totalizando o número mínimo exigido por esta Lei, não se disponham a assegurar a sua continuidade;

II - pelo decurso do prazo de duração;

III - pela consecução dos objetivos predeterminados;

IV - devido à alteração de sua forma jurídica;

V - pela redução do número mínimo de associados ou do capital social mínimo se, até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;

VI - pelo cancelamento da autorização para funcionar;

VII - pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único. A dissolução da sociedade importará no cancelamento da autorização para funcionar e do registro.

Art. 64. Quando a dissolução da sociedade não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas no artigo anterior, a medida poderá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer associado ou por iniciativa do órgão executivo federal.

Art. 65. Quando a dissolução for deliberada pela Assembléia Geral, esta nomeará um liquidante ou mais, e um Conselho Fiscal de 3 (três) membros para proceder à sua liquidação.

§ 1º O processo de liquidação só poderá ser iniciado após a audiência do respectivo órgão executivo federal.

§ 2º A Assembléia Geral, nos limites de suas atribuições, poderá, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando os seus substitutos.

Art. 66. Em todos os atos e operações, os liquidantes deverão usar a denominação da cooperativa, seguida da expressão: "Em liquidação".

Art. 67. Os liquidantes terão todos os poderes normais de administração podendo praticar atos e operações necessários à realização do ativo e pagamento do passivo.

Art. 68. São obrigações dos liquidantes:

I - providenciar o arquivamento, na junta Comercial, da Ata da Assembléia Geral em que foi deliberada a liquidação;

II - comunicar à administração central do respectivo órgão executivo federal e ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., a sua nomeação, fornecendo cópia da Ata da Assembléia Geral que decidiu a matéria;

III - arrecadar os bens, livros e documentos da sociedade, onde quer que estejam;

IV - convocar os credores e devedores e promover o levantamento dos créditos e débitos da sociedade;



V - proceder nos 15 (quinze) dias seguintes ao de sua investidura e com a assistência, sempre que possível, dos administradores, ao levantamento do inventário e balanço geral do ativo e passivo;

VI - realizar o ativo social para saldar o passivo e reembolsar os associados de suas quotas-partes, destinando o remanescente, inclusive o dos fundos indivisíveis, ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A.;

VII - exigir dos associados a integralização das respectivas quotas-partes do capital social não realizadas, quando o ativo não bastar para solução do passivo;

VIII - fornecer aos credores a relação dos associados, se a sociedade for de responsabilidade ilimitada e se os recursos apurados forem insuficientes para o pagamento das dívidas;

IX - convocar a Assembléia Geral, cada 6 (seis) meses ou sempre que necessário, para apresentar relatório e balanço do estado da liquidação e prestar contas dos atos praticados durante o período anterior;

X - apresentar à Assembléia Geral, finda a liquidação, o respectivo relatório e as contas finais;

XI - averbar, no órgão competente, a Ata da Assembléia Geral que considerar encerrada a

liquidação.

Art. 69. As obrigações e as responsabilidades dos liquidantes regem-se pelos preceitos peculiares aos dos administradores da sociedade liquidanda.

Art. 70. Sem autorização da Assembléia não poderá o liquidante gravar de ônus os móveis e imóveis, contrair empréstimos, salvo quando indispensáveis para o pagamento de obrigações inadiáveis, nem prosseguir, embora para facilitar a liquidação, na atividade social.

Art. 71. Respeitados os direitos dos credores preferenciais, pagará o liquidante as dívidas sociais proporcionalmente e sem distinção entre vencidas ou não.

Art. 72. A Assembléia Geral poderá resolver, antes de ultimada a liquidação, mas depois de pagos os credores, que o liquidante faça rateios por antecipação da partilha, à medida em que se apurem os haveres sociais.

Art. 73. Solucionado o passivo, reembolsados os cooperados até o valor de suas quotas-partes e encaminhado o remanescente conforme o estatuído, convocará o liquidante Assembléia Geral para prestação final de contas.

Art. 74. Aprovadas as contas, encerra-se a liquidação e a sociedade se extingue, devendo a ata da Assembléia ser arquivada na Junta Comercial e publicada.

Parágrafo único. O associado discordante terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da ata, para promover a ação que couber.

Art. 75. A liquidação extrajudicial das cooperativas poderá ser promovida por iniciativa do respectivo órgão executivo federal, que designará o liquidante, e será processada de acordo com a legislação específica e demais disposições regulamentares, desde que a sociedade deixe de oferecer condições operacionais, principalmente por constatada insolvência.

§ 1º A liquidação extrajudicial, tanto quanto possível, deverá ser precedida de intervenção na sociedade.

§ 2º Ao interventor, além dos poderes expressamente concedidos no ato de intervenção, são atribuídas funções, prerrogativas e obrigações dos órgãos de administração.

Art. 76. A publicação no Diário Oficial, da ata da Assembléia Geral da sociedade, que deliberou sua liquidação, ou da decisão do órgão executivo federal quando a medida for de sua iniciativa, implicará a sustação de qualquer ação judicial contra a cooperativa, pelo prazo de 1 (um) ano, sem prejuízo, entretanto, da fluência dos juros legais ou pactuados e seus acessórios.

Parágrafo único. Decorrido o prazo previsto neste artigo, sem que, por motivo relevante, esteja encerrada a liquidação, poderá ser o mesmo prorrogado, no máximo por mais 1 (um) ano, mediante decisão do órgão citado no artigo, publicada, com os mesmos efeitos, no Diário Oficial.

Art. 77. Na realização do ativo da sociedade, o liquidante deverá:

I - mandar avaliar, por avaliadores judiciais ou de Instituições Financeiras Públicas, os bens de sociedade;

II - proceder à venda dos bens necessários ao pagamento do passivo da sociedade, observadas, no que couber, as normas constantes dos artigos 117 e 118 do Decreto-Lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945.

Art. 78. A liquidação das cooperativas de crédito e da seção de crédito das cooperativas agrícolas mistas reger-se-á pelas normas próprias legais e regulamentares.



## CAPÍTULO XII

### Do Sistema Operacional das Cooperativas

#### SEÇÃO I

##### Do Ato Cooperativo

Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

#### SEÇÃO II

##### Das Distribuições de Despesas

Art. 80. As despesas da sociedade serão cobertas pelos associados mediante rateio na proporção direta da fruição de serviços.

Parágrafo único. A cooperativa poderá, para melhor atender à equanimidade de cobertura das despesas da sociedade, estabelecer:

I - rateio, em partes iguais, das despesas gerais da sociedade entre todos os associados, quer tenham ou não, no ano, usufruído dos serviços por ela prestados, conforme definidas no estatuto;

II - rateio, em razão diretamente proporcional, entre os associados que tenham usufruído dos serviços durante o ano, das sobras líquidas ou dos prejuízos verificados no balanço do exercício, excluídas as despesas gerais já atendidas na forma do item anterior.

Art. 81. A cooperativa que tiver adotado o critério de separar as despesas da sociedade e estabelecido o seu rateio na forma indicada no parágrafo único do artigo anterior deverá levantar separadamente as despesas gerais.

#### SEÇÃO III

##### Das Operações da Cooperativa

Art. 82. A cooperativa que se dedicar a vendas em comum poderá registrar-se como armazém geral e, nessa condição, expedir "Conhecimentos de Depósitos" e Warrants para os produtos de seus associados conservados em seus armazéns, próprios ou arrendados, sem prejuízo da emissão de outros títulos decorrentes de suas atividades normais, aplicando-se, no que couber, a legislação específica.

§ 1º Para efeito deste artigo, os armazéns da cooperativa se equiparam aos "Armazéns Gerais", com as prerrogativas e obrigações destes, ficando os

componentes do Conselho de Administração ou Diretoria Executiva, emitente do título, responsáveis pessoal e solidariamente, pela boa guarda e conservação dos produtos vinculados, respondendo criminal e civilmente pelas declarações constantes do título, como também por qualquer ação ou omissão que acarrete o desvio, deterioração ou perda dos produtos.

§ 2º Observado o disposto no § 1º, as cooperativas poderão operar unidades de armazenagem, embalagem e frigorificação, bem como armazéns gerais alfandegários, nos termos do disposto no Capítulo IV da Lei n. 5.025, de 10 de junho de 1966.

Art. 83. A entrega da produção do associado à sua cooperativa significa a outorga a esta de plenos poderes para a sua livre disposição, inclusive para gravá-la e dá-la em garantia de operações de crédito realizadas pela sociedade, salvo se, tendo em vista os usos e costumes relativos à comercialização de determinados produtos, sendo de interesse do produtor, os estatutos dispuserem de outro modo.

Art. 84. As cooperativas de crédito rural e as seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas só poderão operar com associados, pessoas físicas, que de forma efetiva e predominante:

I - desenvolvam, na área de ação da cooperativa, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas;

II - se dediquem a operações de captura e transformação do pescado.

Parágrafo único. As operações de que trata este artigo só poderão ser praticadas com pessoas jurídicas, associadas, desde que exerçam exclusivamente atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas na área de ação da cooperativa ou atividade de captura ou transformação do pescado.

Art. 85. As cooperativas agropecuárias e de pesca poderão adquirir produtos de não associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações industriais das cooperativas que as possuem.

Art. 86. As cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente lei.

Parágrafo único. No caso das cooperativas de crédito e das seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas, o disposto neste artigo só se aplicará com base em regras a serem estabelecidas pelo órgão normativo.

Art. 87. Os resultados das operações das cooperativas com não associados, mencionados nos artigos 85 e 86, serão levados à conta do "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social" e serão contabilizados em separado, de molde a permitir cálculo para incidência de tributos.



Art. 88. Mediante prévia e expressa autorização concedida pelo respectivo órgão executivo federal, consoante as normas e limites instituídos pelo Conselho Nacional de Cooperativismo, poderão as cooperativas participar de sociedades não cooperativas públicas ou privadas, em caráter excepcional, para atendimento de objetivos acessórios ou complementares. (Vide Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001)

Parágrafo único. As inversões decorrentes dessa participação serão contabilizadas em títulos específicos e seus eventuais resultados positivos levados ao "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social".

## SEÇÃO IV

### Dos Prejuízos

Art. 89. Os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do Fundo de Reserva e, se insuficiente este, mediante rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do artigo 80.

## SEÇÃO V

### Do Sistema Trabalhista

Art. 90. Qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados.

Art. 91. As cooperativas igualam-se às demais empresas em relação aos seus empregados para

os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

## CAPÍTULO XIII

### Da Fiscalização e Controle

Art. 92. A fiscalização e o controle das sociedades cooperativas, nos termos desta lei e dispositivos legais específicos, serão exercidos, de acordo com o objeto de funcionamento, da seguinte forma:

I - as de crédito e as seções de crédito das agrícolas mistas pelo Banco Central do Brasil;

II - as de habitação pelo Banco Nacional de Habitação;

III - as demais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

§ 1º Mediante autorização do Conselho Nacional de Cooperativismo, os órgãos controladores

federais, poderão solicitar, quando julgarem necessário, a colaboração de outros órgãos administrativos, na execução das atribuições previstas neste artigo.

§ 2º As sociedades cooperativas permitirão quaisquer verificações determinadas pelos respectivos órgãos de controle, prestando os esclarecimentos que lhes forem solicitados, além de serem obrigadas a remeter-lhes anualmente a relação dos associados admitidos, demitidos, eliminados e excluídos no período, cópias de atas, de balanços e dos relatórios do exercício social e parecer do Conselho Fiscal.

Art. 93. O Poder Público, por intermédio da administração central dos órgãos executivos federais competentes, por iniciativa própria ou solicitação da Assembléia Geral ou do Conselho Fiscal, intervirá nas cooperativas quando ocorrer um dos seguintes casos:

I - violação contumaz das disposições legais;

II - ameaça de insolvência em virtude de má administração da sociedade;

III - paralisação das atividades sociais por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos;

IV - inobservância do artigo 56, § 2º.

Parágrafo único. Aplica-se, no que couber, às cooperativas habitacionais, o disposto neste artigo.

Art. 94. Observar-se-á, no processo de intervenção, a disposição constante do § 2º do artigo 75.

## CAPÍTULO XIV

### Do Conselho Nacional de Cooperativismo

Art. 95. A orientação geral da política cooperativista nacional caberá ao Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC, que passará a funcionar junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com plena autonomia administrativa e financeira, na forma do artigo 172 do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, sob a presidência do Ministro da Agricultura e composto de 8 (oito) membros indicados pelos seguintes representados:

I - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;

II - Ministério da Fazenda, por intermédio do Banco Central do Brasil;

III - Ministério do Interior, por intermédio do Banco Nacional da Habitação;



IV - Ministério da Agricultura, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A.;

V - Organização das Cooperativas Brasileiras.

Parágrafo único. A entidade referida no inciso V deste artigo contará com 3 (três) elementos para fazer-se representar no Conselho.

Art. 96. O Conselho, que deverá reunir-se ordinariamente uma vez por mês, será presidido pelo Ministro da Agricultura, a quem caberá o voto de qualidade, sendo suas resoluções votadas por maioria simples, com a presença, no mínimo de 3 (três) representantes dos órgãos oficiais mencionados nos itens I a IV do artigo anterior.

Parágrafo único. Nos seus impedimentos eventuais, o substituto do Presidente será o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Art. 97. Ao Conselho Nacional de Cooperativismo compete:

- I - editar atos normativos para a atividade cooperativista nacional;
- II - baixar normas regulamentadoras, complementares e interpretativas, da legislação cooperativista;
- III - organizar e manter atualizado o cadastro geral das cooperativas nacionais;
- IV - decidir, em última instância, os recursos originários de decisões do respectivo órgão executivo federal;
- V - apreciar os anteprojetos que objetivam a revisão da legislação cooperativista;
- VI - estabelecer condições para o exercício de quaisquer cargos eletivos de administração ou fiscalização de cooperativas;
- VII - definir as condições de funcionamento do empreendimento cooperativo, a que se refere o artigo 18;
- VIII - votar o seu próprio regimento;
- IX - autorizar, onde houver condições, a criação de Conselhos Regionais de Cooperativismo, definindo-lhes as atribuições;
- X - decidir sobre a aplicação do Fundo Nacional de Cooperativismo, nos termos do artigo 102 desta Lei;

XI - estabelecer em ato normativo ou de caso a caso, conforme julgar necessário, o limite a ser observado nas operações com não associados a que se referem os artigos 85 e 86.

**Parágrafo único.** As atribuições do Conselho Nacional de Cooperativismo não se estendem às cooperativas de habitação, às de crédito e às seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas, no que forem regidas por legislação própria.

**Art. 98.** O Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC contará com uma Secretaria Executiva que se incumbirá de seus encargos administrativos, podendo seu Secretário Executivo requisitar funcionários de qualquer órgão da Administração Pública.

§ 1º O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Cooperativismo será o Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, devendo o Departamento referido incumbir-se dos encargos administrativos do Conselho Nacional de Cooperativismo.

§ 2º Para os impedimentos eventuais do Secretário Executivo, este indicará à apreciação do Conselho seu substituto.

**Art. 99.** Compete ao Presidente do Conselho Nacional de Cooperativismo:

- I - presidir as reuniões;
- II - convocar as reuniões extraordinárias;
- III - proferir o voto de qualidade.

**Art. 100.** Compete à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Cooperativismo:

- I - dar execução às resoluções do Conselho;
- II - comunicar as decisões do Conselho ao respectivo órgão executivo federal;
- III - manter relações com os órgãos executivos federais, bem assim com quaisquer outros órgãos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, que possam influir no aperfeiçoamento do cooperativismo;
- IV - transmitir aos órgãos executivos federais e entidade superior do movimento cooperativista nacional todas as informações relacionadas com a doutrina e práticas cooperativistas de seu interesse;
- V - organizar e manter atualizado o cadastro geral das cooperativas nacionais e expedir as respectivas certidões;



VI - apresentar ao Conselho, em tempo hábil, a proposta orçamentária do órgão, bem como o relatório anual de suas atividades;

VII - providenciar todos os meios que assegurem o regular funcionamento do Conselho;

VIII - executar quaisquer outras atividades necessárias ao pleno exercício das atribuições do Conselho.

Art. 101. O Ministério da Agricultura incluirá, em sua proposta orçamentária anual, os recursos financeiros solicitados pelo Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC, para custear seu funcionamento.

Parágrafo único. As contas do Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC, serão prestadas por intermédio do Ministério da Agricultura, observada a legislação específica que regula a matéria.

Art. 102. Fica mantido, junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., o "Fundo Nacional de Cooperativismo", criado pelo Decreto-Lei n. 59, de 21 de novembro de 1966, destinado a prover recursos de apoio ao movimento cooperativista nacional.

§ 1º O Fundo de que trata este artigo será, suprido por:

I - dotação incluída no orçamento do Ministério da Agricultura para o fim específico de incentivos às atividades cooperativas;

II - juros e amortizações dos financiamentos realizados com seus recursos;

III - doações, legados e outras rendas eventuais;

IV - dotações consignadas pelo Fundo Federal Agropecuário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

§ 2º Os recursos do Fundo, deduzido o necessário ao custeio de sua administração, serão aplicados pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., obrigatoriamente, em financiamento de atividades que interessem de maneira relevante o abastecimento das populações, a critério do Conselho Nacional de Cooperativismo.

§ 3º O Conselho Nacional de Cooperativismo poderá, por conta do Fundo, autorizar a concessão de estímulos ou auxílios para execução de atividades que, pela sua relevância sócio-econômica, concorram para o desenvolvimento do sistema cooperativista nacional.

## CAPÍTULO XV

### Dos Órgãos Governamentais

Art. 103. As cooperativas permanecerão subordinadas, na parte normativa, ao Conselho Nacional de Cooperativismo, com exceção das de crédito, das

seções de crédito das agrícolas mistas e das de habitação, cujas normas continuarão a ser baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, relativamente às duas primeiras, e Banco Nacional de Habitação, com relação à última, observado o disposto no artigo 92 desta Lei.

Parágrafo único. Os órgãos executivos federais, visando à execução descentralizada de seus serviços, poderão delegar sua competência, total ou parcialmente, a órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como, excepcionalmente, a outros órgãos e entidades da administração federal.

Art. 104. Os órgãos executivos federais comunicarão todas as alterações havidas nas cooperativas sob a sua jurisdição ao Conselho Nacional de Cooperativismo, para fins de atualização do cadastro geral das cooperativas nacionais.

## CAPÍTULO XVI

### Da Representação do Sistema Cooperativista

Art. 105. A representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, sociedade civil, com sede na Capital Federal, órgão técnico-consultivo do Governo, estruturada nos termos desta Lei, sem finalidade lucrativa, competindo-lhe precipuamente:

- a) manter neutralidade política e indiscriminação racial, religiosa e social;
- b) integrar todos os ramos das atividades cooperativistas;
- c) manter registro de todas as sociedades cooperativas que, para todos os efeitos, integram a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;
- d) manter serviços de assistência geral ao sistema cooperativista, seja quanto à estrutura social, seja quanto aos métodos operacionais e orientação jurídica, mediante pareceres e recomendações, sujeitas, quando for o caso, à aprovação do Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC;
- e) denunciar ao Conselho Nacional de Cooperativismo práticas nocivas ao desenvolvimento cooperativista;
- f) opinar nos processos que lhe sejam encaminhados pelo Conselho Nacional de Cooperativismo;
- g) dispor de setores consultivos especializados, de acordo com os ramos de cooperativismo;
- h) fixar a política da organização com base nas proposições emanadas de seus órgãos técnicos;
- i) exercer outras atividades inerentes à sua condição de órgão de representação e defesa do sistema cooperativista;



j) manter relações de integração com as entidades congêneres do exterior e suas cooperativas.

§ 1º A Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, será constituída de entidades, uma para cada Estado, Território e Distrito Federal, criadas com as mesmas características da organização nacional.

§ 2º As Assembléias Gerais do órgão central serão formadas pelos Representantes credenciados das filiadas, 1 (um) por entidade, admitindo-se proporcionalidade de voto.

§ 3º A proporcionalidade de voto, estabelecida no parágrafo anterior, ficará a critério da OCB, baseando-se no número de associados - pessoas físicas e as exceções previstas nesta Lei - que compõem o quadro das cooperativas filiadas.

§ 4º A composição da Diretoria da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB será estabelecida em seus estatutos sociais.

§ 5º Para o exercício de cargos de Diretoria e Conselho Fiscal, as eleições se processarão por escrutínio secreto, permitida a reeleição para mais um mandato consecutivo.

Art. 106. A atual Organização das Cooperativas Brasileiras e as suas filiadas ficam investidas das atribuições e prerrogativas conferidas nesta Lei, devendo, no prazo de 1 (um) ano, promover a adaptação de seus estatutos e a transferência da sede nacional.

Art. 107. As cooperativas são obrigadas, para seu funcionamento, a registrar-se na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores.

Parágrafo único. Por ocasião do registro, a cooperativa pagará 10% (dez por cento) do maior salário mínimo vigente, se a soma do respectivo capital integralizado e fundos não exceder de 250 (duzentos e cinquenta) salários mínimos, e 50% (cinquenta por cento) se aquele montante for superior.

Art. 108. Fica instituída, além do pagamento previsto no parágrafo único do artigo anterior, a Contribuição Cooperativista, que será recolhida anualmente pela cooperativa após o encerramento de seu exercício social, a favor da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o artigo 105 desta Lei.

§ 1º A Contribuição Cooperativista constituir-se-á de importância correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor do capital integralizado e fundos da sociedade cooperativa, no exercício social do ano anterior, sendo o respectivo montante distribuído, por metade, a suas filiadas, quando constituídas.

§ 2º No caso das cooperativas centrais ou federações, a Contribuição de que trata o parágrafo anterior será calculada sobre os fundos e reservas existentes.

§ 3º A Organização das Cooperativas Brasileiras poderá estabelecer um teto à Contribuição Cooperativista, com base em estudos elaborados pelo seu corpo técnico.

## CAPÍTULO XVII

### Dos Estímulos Creditícios

Art. 109. Caberá ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., estimular e apoiar as cooperativas, mediante concessão de financiamentos necessários ao seu desenvolvimento.

§ 1º Poderá o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., receber depósitos das cooperativas de crédito e das seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas.

§ 2º Poderá o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., operar com pessoas físicas ou jurídicas, estranhas ao quadro social cooperativo, desde que haja benefício para as cooperativas e estas figurem na operação bancária.

§ 3º O Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., manterá linhas de crédito específicas para as cooperativas, de acordo com o objeto e a natureza de suas atividades, a juros módicos e prazos adequados inclusive com sistema de garantias ajustado às peculiaridades das cooperativas a que se destinam.

§ 4º O Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A., manterá linha especial de crédito para financiamento de quotas-partes de capital.

Art. 110. Fica extinta a contribuição de que trata o artigo 13 do Decreto-Lei n. 60, de 21 de novembro de 1966, com a redação dada pelo Decreto-Lei n. 668, de 3 de julho de 1969.

## CAPÍTULO XVIII

### Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 111. Serão considerados como renda tributável os resultados positivos obtidos pelas cooperativas nas operações de que tratam os artigos 85, 86 e 88 desta Lei.

Art. 112. O Balanço Geral e o Relatório do exercício social que as cooperativas deverão encaminhar anualmente aos órgãos de controle serão acompanhados, a juízo destes, de parecer emitido por um serviço



independente de auditoria credenciado pela Organização das Cooperativas Brasileiras.

Parágrafo único. Em casos especiais, tendo em vista a sede da Cooperativa, o volume de suas operações e outras circunstâncias dignas de consideração, a exigência da apresentação do parecer pode ser dispensada.

Art. 113. Atendidas as deduções determinadas pela legislação específica, às sociedades cooperativas ficará assegurada primeira prioridade para o recebimento de seus créditos de pessoas jurídicas que efetuam descontos na folha de pagamento de seus empregados, associados de cooperativas.

Art. 114. Fica estabelecido o prazo de 36 (trinta e seis) meses para que as cooperativas atualmente registradas nos órgãos competentes reformulem os seus estatutos, no que for cabível, adaptando-os ao disposto na presente Lei.

Art. 115. As Cooperativas dos Estados, Territórios ou do Distrito Federal, enquanto não constituírem seus órgãos de representação, serão convocadas às Assembléias da OCB, como vogais, com 60 (sessenta) dias de antecedência, mediante editais publicados 3 (três) vezes em jornal de grande circulação local.

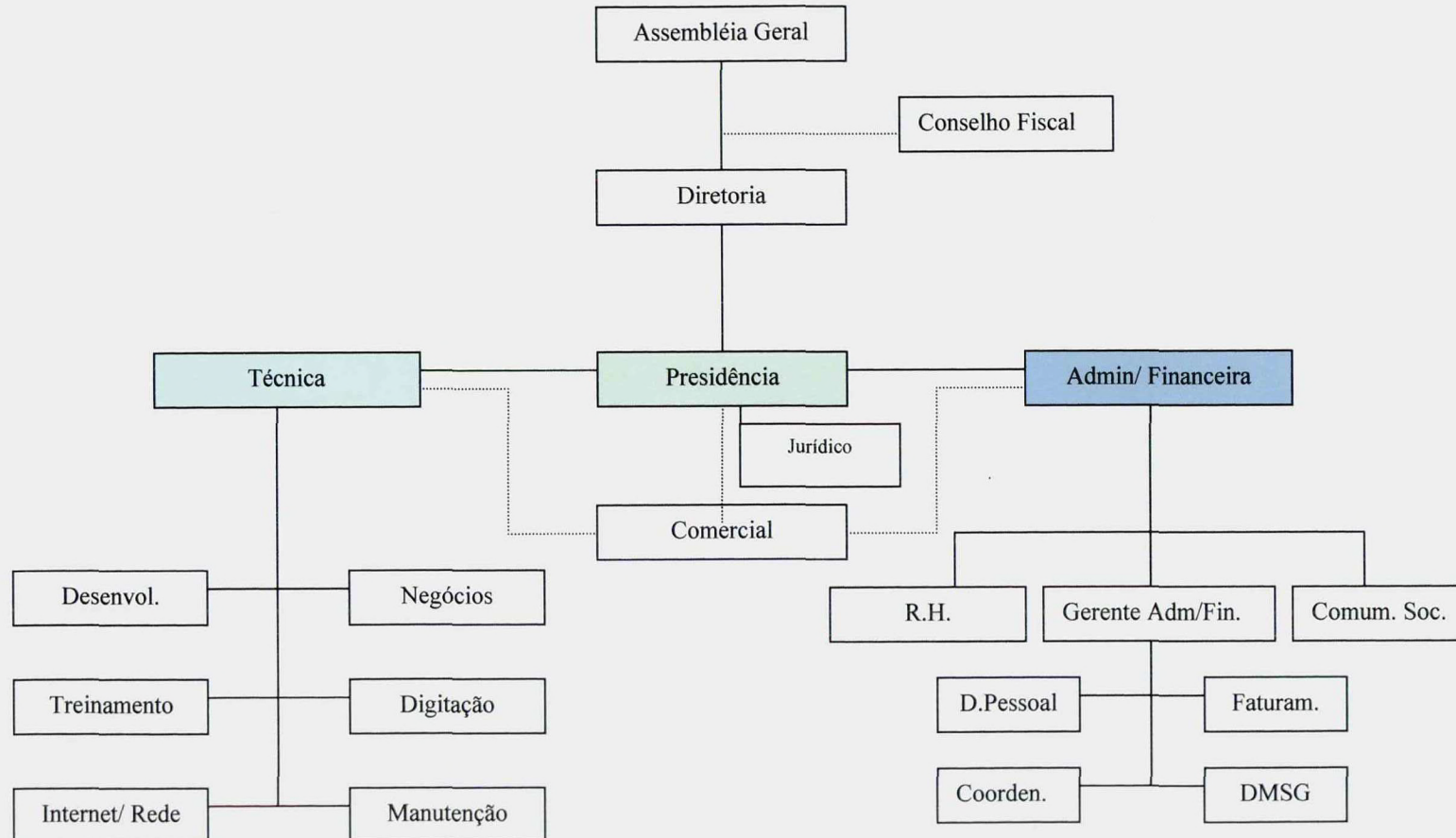
Art. 116. A presente Lei não altera o disposto nos sistemas próprios instituídos para as cooperativas de habitação e cooperativas de crédito, aplicando-se ainda, no que couber, o regime instituído para essas últimas às seções de crédito das agrícolas mistas.

Art. 117. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e especificamente o Decreto-Lei n. 59, de 21 de novembro de 1966, bem como o Decreto n. 60.597, de 19 de abril de 1967.

Brasília, 16 de dezembro de 1971; 150º da Independência e 83º da República.



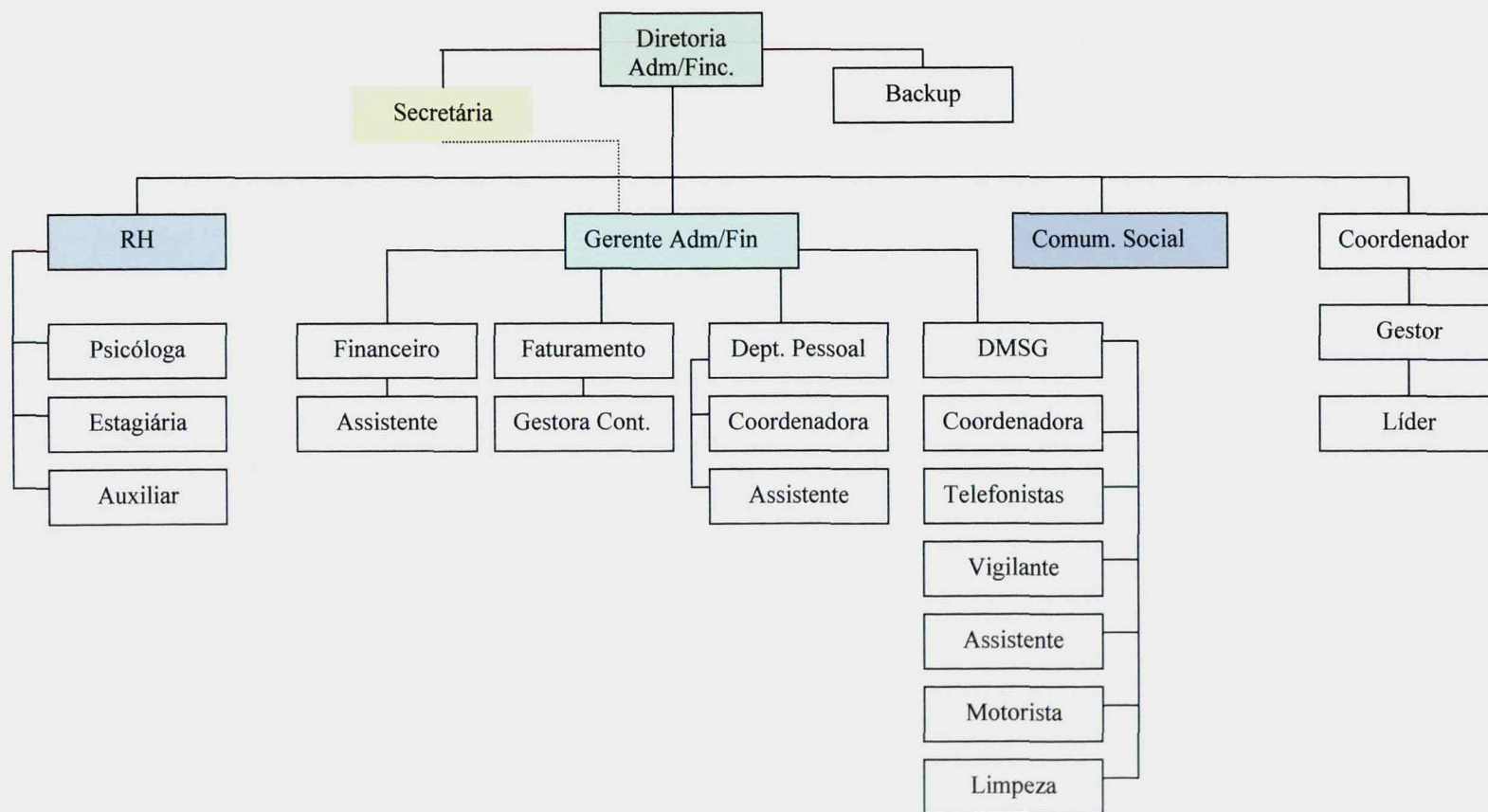
# ORGANOGRAMA





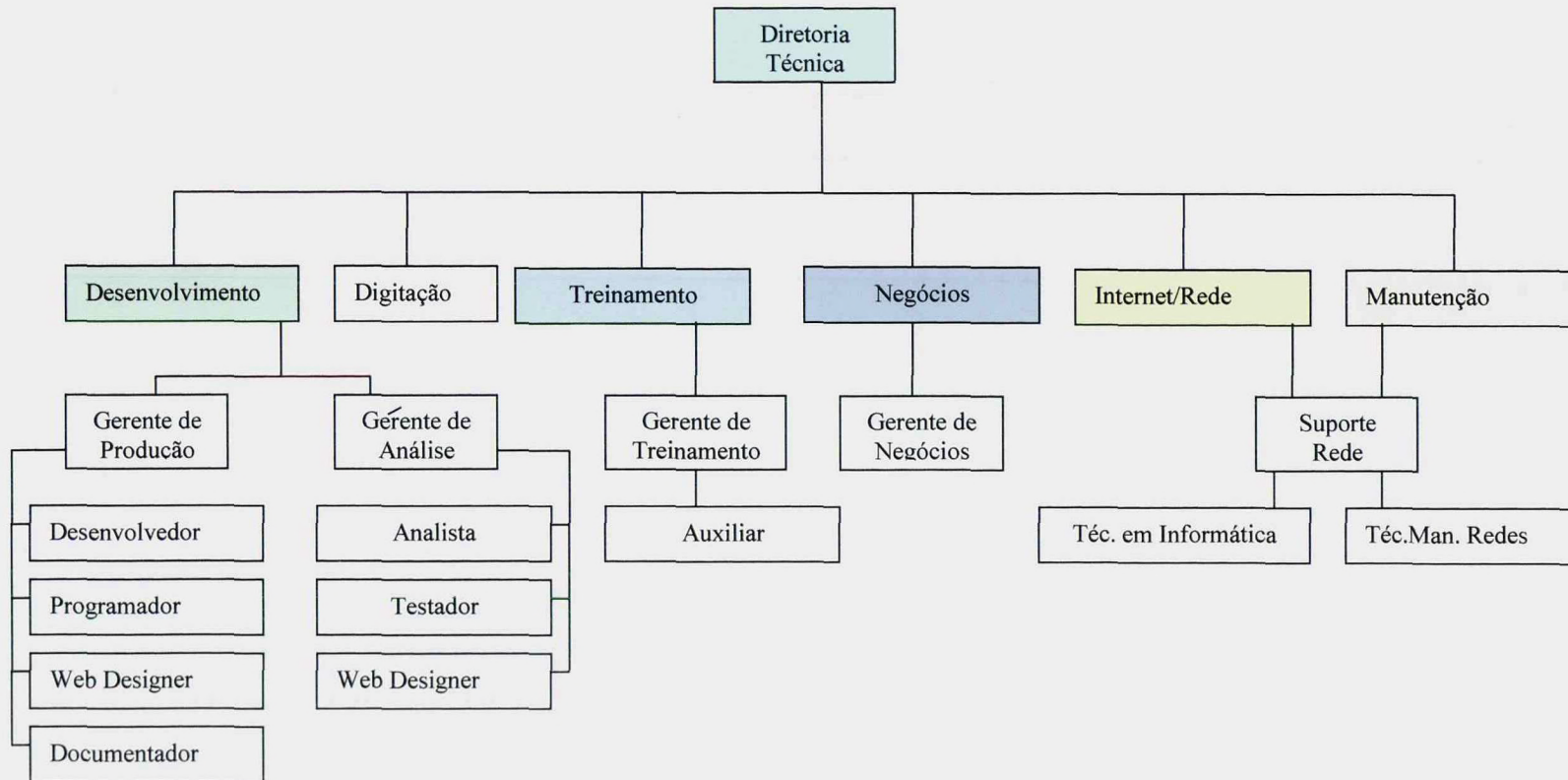
# FLUXOGRAMA

## Diretoria Adm. Financeiro



# FLUXOGRAMA

## Diretoria Técnica





**ANEXO C – Questionário aplicado de forma aleatória à Cooperativados da Cooservi**GRAU DE INSTRUÇÃO: 1º Grau ☐ 2º Grau ☐ 3º Grau ☐ESTADO CIVIL: Casado(a) ☐ Solteiro(a) ☐ Outros ☐ \_\_\_\_\_

IDADE: \_\_\_\_\_ PROCEDÊNCIA: \_\_\_\_\_

MÉDIA DE PRÓLABORE QUE RECEBE/MÊS: R\$ \_\_\_\_\_

AJUDA NO SUSTENTO DA FAMÍLIA? SIM ☐ NÃO ☐

ANTES DE INGRESSAR NA COOSERVI ESTAVA DESEMPREGADO?

SIM ☐ HÁ QUANTO TEMPO? \_\_\_\_\_NÃO ☐ POR QUÊ OPTOU EM SER COOPERADO? \_\_\_\_\_

SE TIVESSE OPORTUNIDADE DE TRABALHAR NO REGIME CLT (COM CARTEIRA ASSINADA), DEIXARIA DE SER COOPERADO?

SIM ☐ NÃO ☐

POR QUÊ? \_\_\_\_\_

VOCÊ VÊ AS COOPERATIVAS DE TRABALHO COMO ALTERNATIVA PARA O DESEMPREGO?

SIM ☐ NÃO ☐

POR QUÊ? \_\_\_\_\_

QUAL O GRAU DE SATISFAÇÃO EM TRABALHAR NO REGIME COOPERATIVISTA?

|                                    |                                      |
|------------------------------------|--------------------------------------|
| 1 <input type="checkbox"/> RUIM    | 3 <input type="checkbox"/> BOM       |
| 2 <input type="checkbox"/> REGULAR | 4 <input type="checkbox"/> EXCELENTE |

POR QUÊ? \_\_\_\_\_